

REVISTA MENSAL

RN / ECONÔMICO

ANO XIV • N.º 145 • SETEMBRO • 1983 • CR\$ 800,00

MOSSORÓ O país da liberdade

CRISE: cada mês, pior.

414

RADIR: adeus à política

VILANÍ VEÍCULOS



O MAIOR PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CARROS NOVOS E USADOS EM CURRAIS NOVOS

Vilaní Veículos tem o maior parque de exposições de carros novos e usados em Currais Novos.

Toda a linha Ford, Chevrolet, Dodge e Volkswagen você encontra em Vilaní Veículos e compra o seu automóvel sem complicações; podendo utilizar o financiamento direto ou da financeira. Os planos de vendas a prazo são os melhores do Seridó.

Na hora da compra ou da troca do seu carro, seja qualquer for a marca, procure quem tem tradição no ramo, melhores preços e é o pioneiro na Região. Procure Vilaní Veículos.



Vilaní Veículos

J. VILANI & CIA.

Rua Teotônio Freire, 44 Currais Novos - tel. 431-2062

HOMENS & EMPRESAS



SHOPPING ALUGA LOJAS — O Shopping Center da Cidade Jardim já está em plena fase de aluguel dos seus boxes e lojas pela empresa proprietária, Veríssimo e Filhos. O empreendimento tomou impulso nos últimos meses e está com toda a estrutura montada para aproveitar o movimento do verão. Localizado na esquina da estrada do Jiquí com a estrada de Ponta Negra, o Shopping também tem instalações para um pequeno cinema.

...

PAGUE MENOS ABRE QUINTA LOJA — O Supermercado Pague Menos, de Mossoró, abre a sua quinta loja na Capital do Oeste. A empresa, que é genuinamente mossoroense, atinge agora toda a zona norte da cidade, no bairro Abolição II, único bairro ainda que não era atendido pela cadeia de lojas, com oito anos no ramo de supermercado.

EDIÇÃO SOBRE DINARTE — O mundo político e empresarial de Natal esteve presente ao lançamento da edição com que **RN/ECONÔMICO** homenageou os 80 anos do Senador Dinarte Mariz, no dia 30 de agosto. O lançamento da edição foi no Palácio Po-

tengi, com o prestígio do Governador José Agripino. O jornalista João Batista Machado, Assessor de Comunicação do Governo, fez a apresentação da edição. O ato marcou o encerramento do ciclo de homenagens pelos 80 anos do Senador potiguar.



FIMAC EM NATAL

— A Fimac, empresa do ramo de construção civil, estabelecida em Mossoró há quase vinte anos, abriu sua filial de Natal. O escritório da Fimac fica na BR-101, próximo ao Viaduto. Segundo José Fernandes, Diretor da empresa, a filial visa proporcionar um atendimento melhor aos seus clientes de Natal.

...

SUBESTAÇÃO EM PAU DOS FERROS

— A Cosern conseguiu junto ao Grupo Executivo de Eletrificação Rural — GEER, investimentos da ordem de Cr\$ 600 milhões para o programa de eletrificação rural, beneficiando o Alto Oeste do Rio Grande do Norte. A Cosern construirá uma linha de 69 Kv entre Marcelino Vieira e Pau dos Ferros, bem como uma subestação em Pau dos Ferros para beneficiar os Municípios vizinhos.

HOMENS & EMPRESAS

ASSOCIAÇÃO DOS GRÁFICOS — Os gráficos de Natal partem, finalmente, para colocar em prática a Associação dos Gráficos do Estado do Rio Grande do Norte. Fundada há dois anos, a Associação não passou do papel. Agora com a vinda a Natal do Professor Sílvio Araújo, da Associação Brasileira da Indústria Gráfica — ABIGRAF, a coisa parece que vai. No último dia 23 de setembro houve um jantar no Hotel Tirol, com a participação de quase todas as gráficas da cidade para a ativação do processo e a transformação em Sindicato. Sindicato que já vinha sendo reclamado há muito tempo por alguns empresários do ramo.

...

F. ALVES NETO COM NOVA LOJA

Francisco Alves comprou um terreno na Av. Prudente de Moraes, esquina com Antônio Basílio, para a construção da sua loja de revenda de carros novos e usados. A mudança para o novo endereço é em virtude da maior facilidade de estacionamento e escoamento de tráfego, bem como uma instalação mais moderna e ampla, para melhor atendimento de sua clientela. Francisco Alves revende carros de todas as marcas. As antigas instalações na Apodi e Princesa Isabel estão à venda.

...

VILANI EM NEGÓCIO — A revenda Chevrolet de Mossoró, Vilani Veículos, está sendo negociada com um grupo



CICLO DE PALESTRAS — Na segunda-feira, 17.º de setembro, a Associação Cristã Feminina comemorou o seu 17.º ano de fundação em Natal com um ciclo de palestras realizado na Escola Doméstica e no

auditório do DER. Para o evento, entre outras convidadas, esteve presente a Presidente nacional da organização. Em Natal, Noraide Galvão, a Presidente local, organizou todo o programa.

...

A. AZEVEDO EM BÚZIOS — A Construtora A. Azevedo parte para a construção de um condomínio residencial na Praia de Búzios. O condomínio terá vinte casas

para comercialização com o público, sem financiamento pelo BNH. O objetivo é vender à classe média alta, com parcelamento do pagamento no máximo em um ano. Todas as casas deverão ficar prontas para a próxima temporada de veraneio. Serão casas com três quartos e área verde ao redor, tudo na beira da praia.

CUSTOS NA INDÚSTRIA GRÁFICA — A Federação das Indústrias, através do Centro de Apoio à Pequena Indústria — CAMPI, promoveu durante os dias 12 à 23 de setembro, a implantação de sistema de custos na indústria gráfica. A implantação foi individualizada, passando o Professor Sílvio Araújo, da Escola Theobaldo de Nigres, do Senai de São Paulo, um dia em cada uma das quinze gráficas inscritas para receberem a orientação. O trabalho feito por Sílvio Araújo, visa evitar as distorções existentes nos orçamentos apresentados pelas gráficas de Natal e conscientizar os donos que os serviços devem ser cobrados com base no custo de hora/máquina de suas oficinas. Das gráficas visitadas pelo Professor apenas a RN/Econômico Empresa Jornalística Ltda, tinha os seus custos levantados e atualizados.

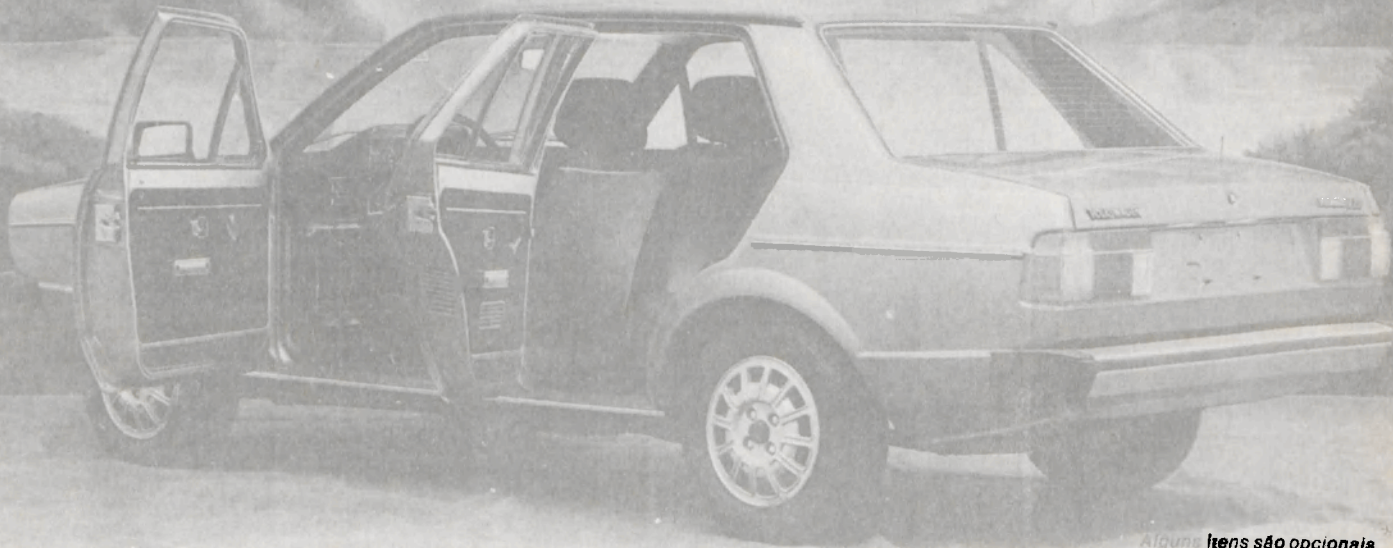
...

ABC DE PAPÉIS EM NATAL — A ABC de Papéis, empresa especializada na venda de produtos para artes gráficas, está se preparando para a instalação da sua primeira filial fora de Fortaleza. A ABC inaugura até o fim do mês de outubro a sua loja, que ficará na Av. Bernardo Vieira, e fornecerá papéis, tintas e químicos para off-set. Para conhecer os seus clientes, a ABC ofereceu um jantar por ocasião da reunião da Associação dos Gráficos do Estado.

O VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

Quatro maneiras de entrar com classe em um lugar elegante.

Voyage 4 portas.



Alguns itens são opcionais

O interior do Voyage 4 portas é um lugar elegante que leva você aos lugares mais elegantes, com a maior elegância. O Voyage 4 portas foi projetado de modo a permitir uma abertura das portas traseiras, superior a qualquer modelo de sua categoria. Isso quer dizer que agora o universo seguro, silencioso e aconchegante do Voyage ficou ainda mais aberto para você. Sem prejudicar em um centímetro o espaço interno da parte dianteira.

Mas a grande preocupação da Volkswagen foi com

a segurança. Cada Voyage 4 portas vem com um sistema especial de travas nas portas traseiras. Uma vez acionado, nem mesmo as crianças mais desobedientes vão conseguir que as portas traseiras sejam abertas por dentro.



Enquanto isso, você aproveita essa tranquilidade para apreciar o conforto, os revestimentos luxuosos das portas e dos bancos.

Mas nem tudo é novidade no Voyage 4 portas: o desempenho, a economia de combustível, a eficiência aerodinâmica e outras características que consagraram o Voyage, continuam iguais. Porque o melhor deste 4 portas é justamente isso: ele é um Voyage. Venha ao seu Concessionário Volkswagen conhecer o novo Voyage 4 portas e aproveite as facilidades de pagamento.

MARPAS S/A

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmiento, 592
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados
VOLKSWAGEN
para o Rio Grande do Norte

DISTRIBUIDORA SERIDÓ

Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228

Os primeiros sinais da convulsão

MANOEL BARBOSA

Os primeiros sintomas da convulsão social tão anunciada, nos últimos meses, começam a surgir no Rio Grande do Norte. Por ora, são sintomas esparsos, difusos. E, à primeira vista, talvez até não possam ser vinculados com a tal convulsão social. Mas a análise mais profunda de questões mais recentes fatalmente leva a essa conclusão. O termo convulsão social é muito abrangente. Ele não significa apenas agitação nas ruas, invasão dos lares pacatos, violação da propriedade, a explosão violenta do inconformismo. A convulsão social tem muitas formas de manifestar-se. A revolução social apenas é a mais aguda, o processo final. Pelo menos, tem sido assim no desenvolvimento das sociedades e não é muito difícil conferir isso — os compêndios estão aí, à disposição.

Mas o importante é destacar alguns aspectos do sintoma dessa convulsão no Rio Grande do Norte. O índice de insegurança é um deles. Não é mera coincidência o fato dos períodos de aguda crise econômica coincidirem, sobretudo no Nordeste, com as fases mais acentuadas de violência. O cangaço nasceu nesse contexto. O banditismo organizado também. Inúmeros estudos sérios mostram essa convergência fatídica. Pode-se até mesmo dizer que o cangaço é filho dileto da seca e da desigual estrutura fundiária nordestina. Portanto, o espanto das autoridades policiais com a pouca idade dos atuais criminosos em ação em Natal, e até mesmo o fato de não se originarem sempre dos antros de marginalidade tradicionais, pode ser justificado como um mero episódio desse amplo drama da convulsão social, já pipocando aqui e ali, de diversas maneiras.

O banditismo tem apresentado sinais de revigoração em regiões do Estado, como São Miguel. As mortes por encomenda voltaram ao cenário social do interior, com todos os seus aspectos dolorosos e revoltantes. A vingança ressurgiu em sentimentos que pareciam adormecidos ou esquecidos. A Fetam cataloga, semanalmente, inúmeros casos de atritos ocorridos em diversos municípios do interior; os prefeitos não se sentem seguros.

É um panorama embrionário — e de péssimos augúrios. Pode ser questão apenas de ânimos demasiadamente exarcebados na luta incruenta por recursos escassos. Mas, mesmo sendo isso, já é um quadro ca-

racterizado pela situação que se vem desenvolvendo com a sucessão de crises. Essa disputa é bem uma característica de um quadro de escassez crônica em que os fluxos normais dão lugar à busca desesperada, onde a reivindicação cede lugar à ação — legal ou ilegal. O clima torna-se desagradável e difícil, a atmosfera pesa, os ânimos ficam difíceis de controlar. Tudo passa a ser uma questão de sobrevivência.

Euclides da Cunha parece ter cometido um equívoco ao ver no sertanejo nordestino antes de tudo um forte. A realidade mostra que o sertanejo nordestino é paciente, tolerante, heróico e resistente. Poucos povos na História têm mostrado tamanha capacidade de resistir, de tolerar, de suportar espezinhamento. Milhões e milhões de pessoas literalmente passando fome, enquanto outros milhões simplesmente enganam a fome e não ocorre a explosão social violenta tão temida, apenas sintomas. É até difícil acreditar que isso possa acontecer.

Quem vive no Nordeste, pelo menos quem vive nos centros urbanos, não está tomando consciência desse perigo. Já uma vez, há quase 20 anos, o campo quis explodir e deu partida ao que parecia ser um ensaio de movimento armado. Mas naquela época o foco de tensão se limitava à área canvieira, que viu nascer as Ligas Camponesas de Francisco Julião — um advogado urbano — e Júlio Santana. Agora, a insatisfação corre o risco de arrastar o nordestino em geral, de categorias diversas, a imensa massa de não privilegiados, que pode chegar a um estado de saturação e perder as reservas de paciência.

O que vem ocorrendo são leves e distantes indícios. Nada parecido com uma reação em cadeia e em grande escala. Mas são, de toda forma, ocorrências vinculadas à deterioração de uma situação, de um agravamento de um processo. Alguns políticos com mais sensibilidade têm sentido isso e repetido essas advertências em alertas que o Governo Federal parece levar na conta de histerismo sem razão. Geralmente, tem sido assim. Ninguém acredita que se esteja passando no Nordeste seja o que for, a não ser quando a televisão mostra ou quando de Brasília enviam comissões para as chamadas verificações «in loco».

Mas uma explosão social ninguém vai querer ver de perto.



Trincheira Boca do Esgoto, improvisada pelos soldados de João Antônio na resistência a Lampião

ESPECIAL

Mossoró, o país da liberdade, do pioneirismo e da resistência

Para entender Mossoró, é preciso viver Mossoró. Sentir, sorrir, sofrer Mossoró. Saciarse de e dessedentarse de. A história que passou e a história que começa a cada manhã. As novidades e as velharias. Os fatos e os boatos. A alma encantada da cidade, que está em toda parte — nas praças e nos becos, nos bares e nas bodegas, na última conversa na calçada, na tradição de seu jornal «O Mossoroense», cento e onze anos de guerras espevitadas. No Alto de São Manuel, na Baixinha, na Praça da Catedral, nos Pintos, no Beco do Pau Não Cessa, no Saco, no Rasga. No rio geralmente tímido. Toda parte. Conhecer, sentir, amar. Se amar Mossoró, conhecerá a cidade. Os seus dengues, a sua vaidade, o seu ufanismo, as suas batalhas e epopéias. Abolição, revolta das mulheres, expulsão de Lampião, primeiro voto feminino,

independência política, resistência econômica, primeiro jornal, batalha da água, batalha da Estrada de Ferro, batalha da cultura. Batalhas. Batalha. Ontem os abolicionistas, os pioneiros, os lutadores. Hoje os perseverantes, os resistentes, os esperançosos. Ontem Jeremias da Rocha Nogueira, Francisco Fausto, Romualdo Lopes Galvão, Dix-sept Rosado, Rodolfo Fernandes. Hoje Vingt Rosado, Dorian Jorge Freire, Lauro da Escóssia, Dom José Freire de Oliveira Neto, Jaime Hipólito Dantas, Vingt-un Rosado. Até Guido Leite. Carece conhecer. Dos defuntos antigos até a gente que se inaugura, recém-inaugura. País de Mossoró, estado de espírito, jeitinho mossoroense de fazer as coisas, capacidade de resistência, uma só família. Padre Mota e Mota Neto, Jeremias da Rocha Nogueira e Jonas Reginaldo, seu Rosado e coro-

nel Romão, os Rosado, os Fernandes, os Guilherme de Melo, o padre-can-gaceiro que foi Padre Longino. Histórias, estórias. Mossoró é isso. A mais fulgurante e múltipla colcha de retalhos. O mais surpreendente e exemplar modelo de independência, de pioneirismo, de resistência, de coragem. E também, ou principalmente, de liberdade.

Os exemplos, vocês querem os exemplos? São muitos, também múltiplos. Tantos e quantos que seria impossível enumerá-los todos em espaço tão reduzido, tempo tão limitado. Melhor, portanto, se restringir ao principal, ao essencial.

Um século de liberdade

O 13 de maio de 1888, data em que a Princesa Isabel assinou a famosa

Lei Áurea, não significa absolutamente nada para Mossoró. Quatro anos, cinco meses e treze dias antes, a cidade já havia escrito a sua própria história, libertando os escravos que existiam por aqui. Foi na manhã de 30 de setembro de 1883, exatamente há 100 anos passados, que a abolição da escravatura concretizou-se oficialmente. Extra-oficialmente, no entanto, a abolição começou antes, muito antes. Conta Jorge Freire de Andrade que o sentimento mossoroense em prol da libertação dos escravos começou em 1832, quando algumas cartas de alforria já eram registradas nos cartórios da cidade. Lauro da Escóssia, decano da imprensa norte-riograndense, garante que em 1874 o jornal «O Mossoroense» iniciava uma tímida mas persistente campanha em favor dos abolicionistas — noticiando regularmente o crescente número de escravos que estavam sendo libertados no vizinho Estado do Ceará.

Foi no início do ano de 1883, no entanto, que o movimento abolicionista tomou forte impulso, ganhou novos defensores e se transformou numa bandeira de luta da grande maioria da população de Mossoró. Incentivados pelos exemplos que chegavam do Ceará, onde os escravos começavam a ser libertados em várias cidades e municípios, os mossoroenses iniciaram, então, uma «guerra aberta» em favor da liberdade. Logo no dia 6 de janeiro daquele ano, por exemplo, foi fundada a Sociedade Libertadora Mossoroense, em sessão solene realizada na Câmara Municipal. Em 22 de abril a colônia norte-riograndense que morava em Fortaleza fundou o Clube Abolicionista, nos salões do Hotel do Norte. Em 10 de junho nasce o Clube dos Espartacus, presidido pelo ex-escravo Rafael Mossoroense da Glória e que tinha como finalidade dar guarida aos negros fugitivos não só de Mossoró como também de outras cidades, outros municípios e até outros Estados. E neste mesmo dia ainda, a Libertadora Mossoroense se reuniu e libertou de uma só vez 40 escravos — preparando terreno para a abolição total, que não deveria e nem poderia demorar muito.

De fato, não demorou muito o dia da libertação definitiva dos escravos. Em reuniões sucessivas, realizadas principalmente na Loja Maçônica 24 de Junho, os abolicionistas faziam planos para que a abolição da escravatura em Mossoró não tardasse. Escolheram primeiramente o dia 28 de setembro como data ideal. Depois,



Trincheira da Estação de Ferro ou Saboinha

em reunião realizada a 15 de agosto, resolveram celebrar a liberdade dos escravos a 30 de setembro, com uma grandiosa festa a que seriam convidadas personalidades ilustres de toda a região.

E foi o que aconteceu. Segundo a ata histórica de autoria de Almino Álvares Afonso, que veio de Fortaleza especialmente para se juntar aos abolicionistas mossoroenses, a festa da libertação dos escravos começou às 12 horas da manhã de 30 de setembro de 1883, no Paço da Câmara Municipal, onde hoje funciona o Museu da Cidade. Ali, em sessão solene, foi declarada “livre e emancipada esta

bela porção da Terra Americana”. Ali também redigiu-se um telegrama ao Imperador Pedro II, assinado por Almino Afonso e Romualdo Lopes Galvão, informando que “Mossoró acaba libertar seus escravos embora contra a vontade de Vossa Majestade”. E ali, ainda, vários oradores anunciavam a boa-nova à multidão que cercava todo o prédio — centenas de pessoas em festa, cantando, dançando e saudando a abolição definitiva da escravatura.

Mossoró se transformava, então, na sexta cidade e 15.º município a abolir a escravatura. Aracape, no Ceará, tinha libertado os seus escla-

**Há nove anos cortamos
o Rio Grande do Norte**

**AUTO VIAÇÃO
OESTE LTDA.**

Rua Dr. Amauri, 230 — Mossoró — RN
Fones: 321-5066/321-3814 - (box rodoviária)

vos a 1.º de janeiro de 1883. Depois veio Pacatuba, São Francisco, Baturité, Icó, Tauá, Maranguape, Messejana, Aquiraz, Fortaleza, Soure, Pedra Branca, Pereiro e Viçosa — também no Ceará. Cidades eram somente Icó, Baturité, Maranguape, Fortaleza e Viçosa.

Há que se destacar, também, a continuidade da luta mossoroense em favor dos escravos. Pois segundo se sabe, o exemplo de Mossoró serviu para que vários outros municípios norte-riograndenses (Açu, Caraúbas e Augusto Severo, por exemplo) também declarassem a abolição da escravatura. Além do mais, durante muito tempo abolicionistas do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco recorriam aos mossoroenses para a libertação dos seus escravos — mandando-os refugiarem-se em Mossoró para que ali, protegidos dos grandes proprietários e senhores de engenho, ganhassem a liberdade. Isso chegou até a gerar furiosos protestos no Re-

cife, onde o «Jornal do Comércio» fazia uma acirrada campanha contra os abolicionistas.

A força das mulheres

As mulheres mossoroenses também têm uma participação decisiva, marcante e inesquecível durante todo o desenrolar da história da cidade. Ontem como hoje, o papel da mulher nos caminhos de Mossoró é de uma importância fora de série.

Três exemplos podem ser anotados, lembrados, até comemorados.

O primeiro, de importância nacional. Porque é de Mossoró a primeira eleitora brasileira: dona Celina Guimarães Vianna, mulher do professor Eliseu Vianna. Graças à lei número 660, de 25 de outubro de 1927, as mulheres ganharam o direito de ir às urnas como eleitoras. E Mossoró saiu na frente, já que um mês depois, exatamente no dia 25 de novembro da-

quele ano, dona Celina inscrevia-se na lista de eleitores do Rio Grande do Norte junto ao juiz de Direito da Comarca, Israel Ferreira Nunes. Votou pela primeira vez nas eleições majoritárias de 8 de abril de 1928, para senador da República.

Outro bom exemplo da força da mulher mossoroense, é mais atual. Falamos de dona América Fernandes Rosado Maia, mulher do historiador Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, filha do farmacêutico Américo Brasil Fernandes e da professora Esther Pereira. Assistente social, escritora e professora de Problemas Brasileiros na Escola Superior de Agricultura de Mossoró, dona América tem uma extensa folha de serviços prestados à comunidade. Juntamente com seu marido, o historiador Vingt-un Rosado, é ela uma das principais responsáveis pela famosa «Batalha da Cultura» e é ela, também, uma das organizadoras da excepcional «Coleção Mossoroense» — uma coletânea de

Há um aspecto importante do ato histórico da abolição em Mossoró que não tem sido realçado. A base moral e filosófica do movimento que levou à libertação dos escravos cinco anos antes da Lei Áurea, constitui o foco das homenagens e reverência com que cultuamos o grande feito de 1883 e saudamos as figuras que, em nossa terra, deram tão elevada demonstração de amor à liberdade e respeito à dignidade da pessoa humana.

O ato de emancipação não foi meramente um belo exemplo de coragem, romântico e lírico, mas traduz uma opção consciente e amadurecida, dentro dos temas em discussão na época, calcada na formação jurídica dos abolicionistas, onde havia cultores do direito e intelectuais, em função da qual se repeliram os argumentos escravocratas fundados, entre outros, no direito de propriedade. Esse era então o ponto culminante do debate parlamentar.

Sabemos que a escravidão nunca foi legitimada entre nós. Rui demonstrou que a legislação civil legada pela metrópole condenava o cativo. De fato, contrariando o

direito romano, as ordenações e o alvará de 30 de julho de 1608 afirmavam que o legislador sempre considerara a escravidão um atentado à natureza. Uma lei de 6 de junho de 1755 garantia o direito de liberdade aos índios do Pará e Maranhão e uma outra, de 8 de março de 1758, qualifica de livres todos os indígenas brasileiros. Datado de 1.º de setembro desse ano, um Alvará emancipa os pretos importados à metrópole, vindo a seguir uma série de favores concedidos contra as regras gerais do direito.

Também a Constituição do Império não contém qualquer dispositivo favorável ao cativo e quando alude, algumas vezes, a libertos, evidentemente que a referência se aplica aos já existentes e não ao futuro, como interpreta Rui.

O debate sobre a natureza jurídica da propriedade servil surgiu quando a consciência nacional já se sensibilizara às idéias libertárias e nada podia deter avanço do movimento reformista. Seu objetivo era obviamente assegurar uma indenização ao senhor. Sem querer penetrar no mérito dessa discussão, lembremos apenas os

argumentos defendidos pelo duque de Broglie, segundo os quais, se os escravos são uma propriedade puramente legal, a lei que assim os declarou, não é irrevogável, nem foi concebida ou decretada no espírito de perpetuidade: a escravidão é uma instituição excepcional e por isto mesmo temporária. Se o Estado que a criou, a suprime, cabe indenização? Claro que não, porque não se trata de desapropriação, por utilidade pública, mas somente de voltar ao direito comum, abolindo-se um privilégio que não mais se justifica.

Isto na França, onde a lei legitimara a escravidão. E no Brasil, onde nunca houve esse respaldo legal?

Os abolicionistas de Mossoró não ignoravam esses aspectos do problema e assim se compenetraram da legitimidade de uma decisão adotada contra uma realidade puramente fática. E aqui, estando o movimento estruturado na participação mais ampla possível de todas as classes sociais, de todo o povo do município, ocorria como que a renúncia expressa a supostos direitos indenizatórios, de tal sorte que, na época, efetiva-

O aspecto jurídico

livros e de folhetos que ainda hoje, agora, representa a maior bibliografia histórica da cidade de Mossoró e de toda a Região Oestana.

É por fim, voltando um pouco no tempo, a saga relembra o memorável episódio que ficou conhecido como «A revolta das mulheres», ou «O motim das mulheres».

Em 27 de fevereiro de 1875, o Visconde do Rio Branco baixou um decreto (número 5881) aprovando o recrutamento para o Exército e a Armada. Tal decreto repercutiu desfavoravelmente em todo o Brasil, gerando violentíssimos protestos e provocando a revolta das comunidades. Também aqui no Rio Grande do Norte, particularmente em Mossoró, a decisão do Visconde do Rio Branco foi recebida com descontentamento. As mulheres, principalmente, não aceitavam ver seus filhos levados ao Serviço Militar — porque sabiam que os

chefes políticos de então dariam preferência aos descendentes de seus adversários

Foi aí que aconteceu a «Revolta das mulheres», ou, como alguns historiadores fazem questão de dizer, o «Motim das mulheres». No dia 31 de agosto daquele mesmo ano, cerca de 300 mulheres mossoroenses saíram às ruas e promoveram uma ruidosa manifestação contra o decreto imperial. Comandadas por Ana Rodrigues Braga, mais conhecida como Ana Floriano, esposa de Floriano da Rocha Nogueira e mãe de Jeremias da Rocha Nogueira, as mulheres rasgaram os editais afixados na Igreja da cidade e foram também à redação do jornal «O Mossoroense», onde destruíram todas as cópias dos mesmos editais — que deveriam ser publicadas na edição do dia seguinte. E não pararam por aí, não. Saíram em passeata para a Praça da Liberdade, passando pela rua que hoje se chama 30 de Setembro, e lá se encontraram com

os soldados da Força Pública, mandados para que dominassem a rebelião. Houve luta corporal entre os soldados e as mulheres, várias pessoas saíram feridas e consequências mais graves só não aconteceram porque alguns populares interferiram.

A Revolta (ou Motim) das mulheres provocou, então, a ira do juiz de Direito da cidade, João Antônio Rodrigues, que comunicou o fato ao presidente da Província (João Bernardo Galvão Alcanforado Júnior) e abriu inquérito para punir as responsáveis pela rebelião. Tal inquérito, no entanto, não foi adiante — já que as líderes do movimento eram pessoas de grande prestígio na cidade. Ana Floriano, por exemplo, era a segunda esposa de Floriano da Rocha Nogueira, comerciante abastado, e era também a mãe do jornalista Jeremias da Rocha — fundador e diretor do jornal «O Mossoroense». Maria Filgueira, outra que tomou parte na rebelião, era esposa do capitão Antônio Secundes

o da emancipação

mente já não existia trabalho servil no território mossoroense.

A repercussão internacional desses atos atesta-lhes a legalidade.

No dia 1.º de agosto de 1884, quase um ano após o ato histórico de Mossoró, houve em Londres uma grande festa para comemorar o 50.º aniversário da abolição dos escravos nas colônias inglesas. Na reunião, promovida no famoso Guildhall da City e presidida pelo Príncipe de Gales, prestigiada por toda a sociedade britânica, dizia o herdeiro da Coroa: atualmente o Brasil possui cerca de um milhão e meio de escravos em suas vastas fazendas, muitos dos quais levam uma vida pior do que a de animais de carga.

Os acontecimentos de Mossoró, Redenção e outras cidades brasileiras atenuaram os deprimentes efeitos dessa declaração para o país, tanto mais grave quanto formulada pela autoridade que a fez. Sucedeu que, na mesma sessão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lord Granville, propôs uma moção de aplauso à abolição em duas províncias do Brasil pela ação voluntária das autoridades locais.

Eram o Ceará e Amazonas, cujos Presidentes, aliás, foram demitidos no dia seguinte ao da libertação.

Está claro que, mais uma vez, foram ampliados os limites cearenses a Mossoró, mais justificadamente numa época em que as comunicações eram difíceis, principalmente as internacionais, porque sem dúvida nenhuma na notícia relativa às duas províncias estava incluído o evento mossoroense, ligado desde a origem ao de Redenção pela ação da Maçonaria.

Há cem anos isto aconteceu, quando a democracia ocidental ainda era para muitos um sonho mal definido em tímidos contornos. Isto aumenta a grandeza do ato histórico praticado pelos pioneiros de 1883, deixando na índole de seus descendentes e na memória do povo a marca que singulariza sua extremada vocação para o culto da liberdade. Afirmamos no passado que é falsa a teoria da propriedade do homem sobre o seu semelhante e ao escravo sem direito algum elevamos à condição de titular dos direitos comuns da humanidade.

Eis o gesto altivo de um povo

brioso, orgulhoso de sua saga e de suas tradições que lastreiam a responsabilidade do presente. Também nele se inclui a ação samaritana de curar delicadamente, apropriadamente, mazelaque enodoava a nação, ajudando na salvação da honra nacional comprometida na prática escravagista. Era como se tivéssemos ouvido, a nós dirigido, o apelo de Nabuco ao Imperador, lembrando-lhe o segundo recesso do sétimo Inferno de Dante: Por que me dilaceras? Não tens sentimento algum de compaixão? Nós fomos homens, e hoje não somos senão troncos. Tua mão deveria ser menos cruel quando mesmo fôssemos almas de serpentes.

Os abolicionistas mossoroenses penetraram na floresta das harpias, “onde as árvores eram almas em que elas faziam seus ninhos, de cujas folhas se alimentavam e de cujas feridas saíam ao mesmo tempo palavras e sangue”. Apanharam os galhos gotejantes e restituíram, no tronco mutilado, a imagem do ser humano digna de nosso respeito e dos laços sagrados que unem todas as criaturas.

RAIMUNDO S. DE SOUZA

Filgueira e mãe de Francisco Romão. E Joaquina Maria de Góis, que também teve uma participação decisiva no movimento, era a mãe do historiador Francisco Fausto de Souza.

Alguns historiadores, como Celso Mariz, correlacionam este movimento de revolta às manifestações populares que ficaram conhecidas como «quebra-quilos» — rebeliões que aconteceram principalmente entre as populações rurais, revoltadas com “esse maldito costume novo de pesar e medir, que trocava por metros e litros a vara de cinco palmos e a velha tijela do Reino”.

A cidade expulsa Lampião

Corria o ano de 1927 e todo o sertão nordestino era amedrontado pelo bando de Lampião, o capitão-cangaceiro que invadia cidades, municípios, vilas e fazendas, saqueando, matando e aterrorizando. Mossoró, então uma cidade em rápido desenvolvimento, com pouco mais de 20 mil habitantes e um comércio que se destacava em todo o Nordeste, era governada pelo Prefeito Rodolfo Fernandes e chamava a atenção de todos



Jararaca: baixa de Lampião

pela sua riqueza. Ninguém imaginava, no entanto, que Lampião fosse invadir a cidade — mesmo sabendo-se que o cangaceiro e seu bando esta-

vam naquela época no Rio Grande do Norte e se aproximavam rapidamente. Nem Lampião, certamente, tinha a idéia de pôr em prática plano tão corajoso.

Foi aí que surgiu Massilon, vulgo Benevides, cangaceiro que tinha o seu próprio bando e que andava saqueando algumas cidades do Rio Grande do Norte. Massilon juntou-se a Lampião e propôs o plano ousado de invadir Mossoró, “terras de muitas riquezas, sem uma força policial competente”. Lampião aceitou com reservas, que até então não havia invadido e nem saqueado cidade tão grande. Além do mais, conta-se que Lampião havia feito uma promessa de não atacar cidade cuja padroeira fosse Santa Luzia...

Já era tarde demais, no entanto, para voltar atrás. Lampião e seu bando estavam no Rio Grande do Norte, próximos a Mossoró, e Massilon insistia em dizer que a cidade não ofereceria resistência alguma. O capitão-cangaceiro resolveu, então, seguir em frente. E começou a caminhada.

Finzinho de maio a população mossoroense é notificada da invasão dos bandidos-cangaceiros em cidades,

SAUDAÇÃO AOS MOSSOROENSES

Quando Mossoró celebra o primeiro centenário da Abolição - gesto pioneiro que reflete as tradições libertárias de nossa gente -, queremos levar, como filho da terra e em nome de todos os potiguares, o reconhecimento àqueles que plantaram o 30 de Setembro na história da brasilidade, convicto de que as gerações

de agora, como as do passado, manterão, para a posteridade, o sentimento maior de um só povo, unido pelo sentimento cristão e pelo respeito aos valores humanos de cada irmão.

Que o 30 de Setembro, exemplo secular de liberdade e obstinação do povo mossoroense, nos inspire no seu gesto maior, para que

possamos quebrar os grilhões que ainda nos prendem ao subdesenvolvimento, e que a igualdade social, plantada pela abolição, nos oriente na missão de trazer o bem-estar merecido pela nossa gente.

José Agripino Maia
Governador

povoados e fazendas da região. Mossoró se assusta e começa a temer. O Prefeito Rodolfo Fernandes coloca a cidade em sinal de alerta, preparando-se para o pior. O comércio fecha suas portas, as repartições públicas contratam vigias armados em plantão permanente, a tranquilidade mossoroense cede lugar a um clima de medo, quase pavor. E durante os dias subsequentes todos andam pelas ruas receosos, amedrontados, cabisbaixos.

Somente em junho, no entanto, Lampião e seu bando chegaram realmente perto de Mossoró. Dia 11 estavam na Serra de Martins, saqueando propriedades, invadindo o povoado de Boa Esperança, maltratando moradores e sequestrando comerciantes. Dia 12 o grupo entra em Várzea Grande, massacrando três rapazes e saqueando o povoado de São Sebastião, a 14 léguas de Mossoró. E no dia 13, finalmente, Lampião e seus comandados chegam a Bom Jesus, a três quilômetros da cidade mossoroense.

Antes de invadir Mossoró, onde na noite anterior já havia sido dado o alarme, Lampião escreveu ao Prefeito Rodolfo Fernandes exigindo 400 contos de réis para desistir da empreitada. O Prefeito mossoroense, porém, recusa a oferta, aceita o desafio e manda dizer ao capitão-cangaceiro, em bilhete de resposta, que "estamos dispostos a acarretar com tudo que o Sr. queira fazer contra nós. A cidade acha-se, firmemente, inabalável na sua defesa, confiando na mesma".

Tempo esgotado, Mossoró resistindo às ameaças dos cangaceiros, Lampião ordena o ataque e o seu bando entra em Mossoró pelo Alto da Conceição. Eram quatro horas da tarde e a cidade já estava prevenida, timidamente armada e policiada em algumas trincheiras improvisadas. Começa o tiroteio, 50 «cabras de Lampião» formando dois grupos e atacando ao mesmo tempo a Estação Ferroviária, a Igreja de São Vicente e a casa do Prefeito Rodolfo Fernandes. Colchete foi o primeiro a cair, atingido mortalmente por uma bala vinda da torre da Igreja. Depois chegou a vez de Jararaca, ferido quando tentava entrar na casa do Prefeito Rodolfo. E aí Lampião resolveu desistir, ordenando a retirada. Foi o seu primeiro insucesso, transformando Mossoró na única cidade do Nordeste brasileiro a resistir ao seu bando.

Dias depois Jararaca ainda é apri-

cionado e, mais tarde, assassinado no cemitério público. Não se sabe quem o matou, mas sabe-se que estavam lá, no cemitério, os tenentes Laurentino de Moraes, Abdon Nunes e João Antunes, além dos sargentos Pedro Sílvio e Eugênio Rodrigues, do cabo José Trajano e dos soldados José Abreu, João Aracanzo e Militão.

José Otávio Pereira Lima, poeta repentista, deixou gravados os seguintes versos:

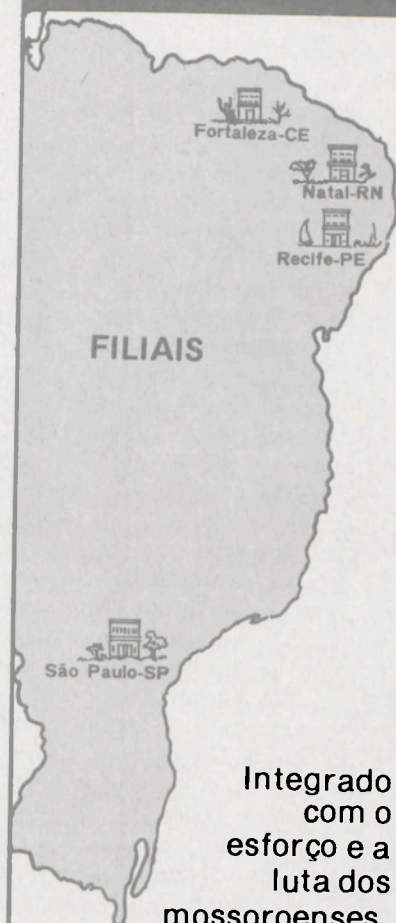
«Seu» Massilon eu me queixo
De você e mais ninguém
Dizer a mim que esse povo
Muita coragem não tem!
Mas veja que em Mossoró
Os seus homens não têm dó
De bandidos que aqui vêm.
Fujamos logo daqui
Eu estou envergonhado
De ir dizer ao Padre Cícero
Que por cá fui derrotado!
Em que camisa me meti
Meus dois amigos perdi
Estou aterrorizado!

Batalhas & batalhas

Disse alguém, não me lembro quem e nem tampouco quando, que Mossoró é uma cidade permanentemente mobilizada. A frase se encaixa perfeitamente bem em todo o desenrolar da história mossoroense. A cidade está sempre pronta a lutar pelos seus interesses, disposta a brigar pelos seus direitos, alerta na defesa do seu futuro. São as chamadas «batalhas mossoroenses», que transformam toda a população da cidade numa só família.

A batalha em favor da construção de uma estrada de ferro em Mossoró, por exemplo, pode e deve ser citada. Começou em 1875, exatamente no dia 26 de agosto daquele ano, quando o suíço João Ulrick Graff conseguiu a concessão para construir a estrada ligando Mossoró a Boa Vista, margens do Rio São Francisco. Com o passar dos anos, no entanto, o traçado original foi arquivado, o projeto esquecido, a estrada adiada. E só em 1915, no dia 19 de março, após uma longa e difícil campanha de toda a cidade, era inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro de Mossoró, até Porto Franco. Depois um novo trecho seria construído, até a cidade paraibana de Souza, 253 quilômetros de distância. Nada igual, no entanto, ao traçado original elaborado por Ulrick Graff — que atingiria o Rio São

**Chegando
mais perto
de você,
servindo a
sua região**



Integrado
com o
esforço e a
luta dos
mossoroenses,
comprometido com o
apoio às suas
atividades, o Banco
de Mossoró vê o
100.º aniversário da
Abolição como uma
data sua. Uma data
que é de todos, pela
grandeza do seu
significado.



BANCO DE MOSSORÓ S/A

O banco mais nosso

Francisco e ligaria Mossoró, direta e indiretamente, a Pernambuco, Alagoas, Natal, Paraíba, Ceará e Piauí.

Batalha da água. Outro (mais um) exemplo que não pode ficar de fora. Anos a fio a cidade lutou para ter o seu serviço de abastecimento d'água, deixando de recorrer às cacimbas, poços artesianos e cisternas. Só na década de 50, porém, a luta ganhou força. Foi quando Dix-sept Rosado eleger-se Governador do Rio Grande do Norte, transformando numa das prioridades da sua administração a construção dos serviços de abastecimento d'água e saneamento da cidade. Mas Dix-sept não chegou até o fim. Morreu antes e deixou para Sílvio Pedrosa, seu sucessor, o encargo de levar água encanada a Mossoró. Assim foi feito e no dia 13 de julho de 1955 o Governador Sílvio Pedrosa e o engenheiro Saturnino de Brito, Chefe das obras, inauguraram uma vasta rede de distribuição d'água em Mossoró — com um sistema de poços por captação, uma estação de recalque, uma estação de tratamento, dois reservatórios elevados.

E a famosa «batalha da cultura», hein? Ainda hoje, ainda agora, ela continua. Começou no século passado, com o lançamento do primeiro jornal do Rio Grande do Norte, o «O Mossoroense», fundado por Jeremias da Rocha Nogueira e Ricardo Vieira do Couto, e continuou com a fundação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró e Universidade Regional do Rio Grande do Norte. O jornal «O Mossoroense», 111 anos de existência, transformou-se em diário e agora é dirigido por Dorian Jorge Freire. A Esam, fundada em 1967 graças aos esforços dos irmãos Dix-huit e Vingt-un Rosado, é uma das principais escolas de agricultura de todo o Brasil. É a Universidade Regional, que tem no deputado federal Vingt Rosado o seu grande incentivador e defensor, sobrevive quase que heroicamente e já possui 13 cursos superiores.

São apenas alguns exemplos das lutas de Mossoró e de sua gente, «batalhas» que ficaram na história e que ainda hoje, agora, repercutem para o bem-estar da comunidade.

Resistência e independência

Acreditem, podem acreditar: resistência e independência, pioneirismo também, são palavras de ordem para

Mossoró. Através de toda a sua história, a cidade mantém esta linha de conduta. Na política, na economia, na cultura, nas lutas sociais. No dia-dia.

Voltando ao começo do século, por exemplo, a gente lembra que foi em Mossoró, no ano de 1915, que nasceu o cooperativismo norte-riograndense. Nasceu com a fundação da Sociedade Mossoró-Novo, que depois ganhou o nome de Sindicato Rural Sertanejo — uma entidade criada por Tércio Rosado Maia com o objetivo de desenvolver, defender e estudar os interesses da agricultura e da pecuária.

Lembra, ainda, que também no começo do século Mossoró era chamada de «empório do Nordeste». O comércio mossoroense tinha uma situação privilegiada e para lá estavam voltados os interesses de grandes firmas do Rio, de São Paulo e do Recife. Em alguns anos, segundo contam os historiadores, Mossoró chegou mesmo a competir palmo a palmo com a capital do Estado, Natal, e só perdeu terreno porque as condições de acesso à cidade eram difíceis e as repetidas secas acabaram provocando uma estagnação econômica de vários anos.

Resistência lembra, também, o jornal «O Mossoroense» e a Universidade Regional do Rio Grande do Norte. O jornal, 111 anos de uma vida de guerras constantes. Ontem os empastelamentos, as censuras oficiais, as dificuldades para se manter de pé um

espaço cultural e político independente. Hoje o boicote governamental decretado pelo ex-Governador Lavoisier Maia Sobrinho e mantido pelo seu primo, o Governador José de Agripino Maia. A Universidade Regional, por sua vez, assim como o jornal «O Mossoroense» também resiste à falta de apoio do Governo Estadual. Entidade do município criada e defendida pelo deputado Vingt Rosado, por isso mesmo é esquecida pelos atuais governantes do Estado e só sobrevive às custas de um esforço da própria cidade.

Na política, não só um como dois, três, quatro, cinco ou até seis exemplos. Ontem Dix-sept Rosado, Rafael Fernandes, Mota Neto, Soares Júnior. Hoje a resistência heróica do deputado federal Vingt Rosado, surpreendente para gregos e troianos. O parlamentar mossoroense consegue o milagre de se manter em constante luta a favor da cidade e de toda a Zona Oeste, mesmo enfrentando a guerra aberta do poder estadual. Prova maior foi dada nas eleições passadas, quando decidiu defender a sua independência e por pouco, muito pouco, não acabou sendo devorado pelos Governadores Tarcísio, Lavoisier e Agripino Maia.

E há mais ainda, muito mais. Há a resistência de uma economia que ao mesmo tempo enfrenta os desastinos da política governamental e a seca de cinco anos. Mas isso já é outra história... □

**Torrefação e moagem
Oeste Ltda.**



FABRICA: RODOVIA BR-304 — Km 26 SANTA JÚLIA
ESCRITÓRIO: RUA JERONIMO ROSADO, 90/120 — FONES: (084) 321-4661 321-4662
CAIXA POSTAL, 43 — ENDEREÇO TELEGRÁFICO «KIMIMO»
Telex (842) 609 TMOL BR

MOSSORÓ — RN

A história simples e emocionante de um mossoroense ilustre

Nasci em 1905, no dia 14 de março e com bem pequena idade ingressei na imprensa, através de uma gráfica que meu pai possuía e onde era impresso o jornal O Mossoroense. Eu já com dez anos de idade estava em contato com o jornalismo e começava a fazer pequenas notícias e mesmo fazia composição e aprendi a arte gráfica. Em 1922 eu já deixava a parte gráfica e ingressava mesmo na imprensa, como cronista esportivo, até chegar a me diplomar pela Escola Normal de Mossoró e cheguei a galgar a Secretaria do jornal, na época em que o Dr. Rafael Fernandes Gurgão era diretor. Em 1930 e poucos, deflagrada a Revolução de 30, com nova fisionomia política desencadeada no Brasil, eu e meu irmão tomamos à frente do jornal e trouxemos até determinada época, quando fomos obrigados, por política, a fechar. Em 46 eu retornei, passando a dirigir o jornal e vim na direção do jornal até 75, quando então nós desfizemos e passamos o patrimônio do jornal a Dorian Jorge Freire. Integrou todas as sociedades esportivas, recreativas de Mossoró. Presidente do Tiro de Guerra durante onze anos, da ass. dos escoteiros, professor da Escola Normal 3 anos. Depois ingressou na Secretaria da Fazenda, tendo sido tesoureiro da Recebedoria de Renda, depois diretor da Recebedoria durante cinco anos. Hoje dirige o Museu Histórico de Mossoró, nomeado há quase cinco anos.

RN — Mossoró está comemorando agora 100 anos de sua Abolição. Então o Sr. poderia dizer o que significou, realmente, a Abolição para Mossoró?

L. ESCÓSSIA — A Abolição da escravidão de Mossoró é um assunto que desperta muita atenção, muita curiosidade de todo mossoroense, porquanto, nós mais antigos da cidade temos verdadeiro culto por esse movimento. Mossoró não foi a primeira cidade do Nordeste a libertar seus escravos, mas pela repercussão do mo-

vimento que Mossoró fez em 83, ela é considerada uma das pioneiras do movimento, porque efetivamente em 30 de setembro de 83 nós tivemos aqui representações de quase todos os Estados do Norte e Nordeste do País, desde o Pará até Pernambuco e Bahia. As cidades libertadoras todas fizeram se representar. Almino Afonso trazia representação de 14 cidades libertadoras fundadas em três províncias nos Estados do Norte. O Movimento foi extremamente grato a Mossoró, porquanto esteve integrado por todo elemento social, a Loja Maçônica. Naquela época todo mundo estava integrado na Abolição. Por isso a importância da Abolição prá Mossoró.

RN — Quer dizer que, ao contrário do que alguns pensam, Mossoró não foi a primeira cidade a abolir seus escravos?

L. ESCÓSSIA — Não, em absoluto. A primeira cidade foi Acarape, no Ceará, hoje cidade de Redenção. Mas acontece o seguinte: Mossoró pode estar colocado no décimo sexto povoado a libertar seus escravos. Acarape libertou os escravos em janeiro, outros povoados do Ceará também e Mossoró apenas no dia 30 de setembro. Mas a repercussão da libertação em Mossoró foi muito maior. Nem uma autoridade de outra cidade teve a coragem de comunicar ao Imperador que a cidade tal havia libertado seus escravos sem precisar da ajuda dele. De Mossoró, partiu justamente um telegrama firmado por Romualdo Lopes Galvão e por Almino Afonso. dando ciência ao Imperador de que Mossoró havia libertado seus escravos sem precisar da ajuda oficial. Isso efetivamente foi um movimento muito importante.

RN — E em termos práticos, quais os resultados da Abolição?

L. ESCÓSSIA — Em termos práticos, o resultado foi imensamente satisfatório. Avalie que nesse telegrama, quando eles esperavam que viesse um revide do Imperador, eles rece-

beram uma carta do Ministro, agradecendo em nome do Imperador.

RN — A Abolição foi o acontecimento que mais influenciou a história de Mossoró?

L. ESCÓSSIA — Efetivamente, esse foi o acontecimento mais importante na história de Mossoró (resposta dada com ênfase).

RN — Além da Abolição, quais os momentos mais importantes da história de Mossoró?

L. ESCÓSSIA — Nós tivemos movimentos importantes. Tem até um movimento formado pelas mulheres, no qual figurava a minha bisavó, Ana Floriana. Era no tempo do recrutamento militar. Eram dois partidos formados em Mossoró. Era o Conservador e o Liberal. O Partido Liberal, que era dirigido pelo Irineu Caio Wanderley, mas não tinha mando nenhum no Governo. O Governo era dirigido pelo Partido Conservador. Então o delegado, o recrutador só se encarregava de recrutar, justamente, filhos de pais do Partido Liberal. Foi quando então houve uma revolta chamada na história como o «Motim das Mulheres». Ana Floriana aliciar pelo subúrbio da cidade 300 mulheres e então dirigindo-se à Igreja, lá rasgou o viro de recrutamento, rasgou os editais, foi à redação d'O Mossoroense, rasgou os editais que iam ser publicados e então essas mulheres entraram em conflito com a Polícia, com o contingente policial que existia em Mossoró, houve ferimentos, as mulheres foram processadas, mas o processo desapareceu e o fato é que elas não chegaram a nenhuma condenação. Tem também o movimento, esse mais recente, de defesa da cidade contra o ataque de Lampião. Foi um movimento que o nosso pessoal pegou em armas e defendeu a cidade com bravura, não saiu ninguém ferido, a não ser do lado dos atacantes, que perdeu vários elementos. Lampião perdeu Jararaca e Coquete e perdeu vários outros feridos em Mossoró. Esse, efetivamente, é um movimento que recordamos com entusiasmo.

RN — Quando foi mesmo essa Resistência?

L. ESCÓSSIA — Foi no dia 13 de junho de 1927. Mas o mais importante eu digo que foi o movimento de 30 de setembro.

RN — O Sr. não acha que esse movimento de resistência está um pouco esquecido dos mossoroenses?

L. ESCÓSSIA — O dia 13 de junho chegou a ser feriado, mas depois com

uma reforma na Câmara, eles retiraram esse feriado. Mas recordamos através da imprensa, pelo menos quando eu estava na direção do jornal, todo ano eu lembrava aquela epopéia dos mossoroenses, de defender a cidade contra Lampião.

RN — Mossoro também orgulha-se do pioneirismo da primeira eleitora feminina, o que significa também um dos primeiros passos para a emancipação da mulher. Como foi?

L. ESCÓSSIA — Ah, sim. Foi a Dona Celina Guimarães Viana, professora Celina Guimarães Viana, esposa do Dr. Eliseu Viana, que foi diretor da Escola Normal. A Dona Celina requereu o título de eleitor a 25 de novembro de 1927 e exerceu o direito de voto, pela primeira vez, no dia 5 de abril de 1928. O processo dela foi deferido no mesmo dia pelo Juiz distrital de Areia Branca, no exercício do Juiz de Direito de Mossoró, que foi o Dr. Israel Ferreira Nunes. Com isso ela se tornou a primeira eleitora da América do Sul. Mas houve um fato muito curioso, a Dona Du Barbosa, que casou-se posteriormente com o professor Ivo Filho, ela requereu também no mesmo dia, mas aconteceu que o Juiz Montenegro, Juiz da 1.^a Vara de Natal, baixou diligência no processo dela, porque ela era solteira e a exigência eleitoral daquela época era de que provasse a condição civil e Du não juntou a opção de que era solteira. Dona Celina era casada e juntou logo, aí foi deferido e ficou como a primeira eleitora. Nós temos aqui (no Museu) cartazes de Du Barbosa dizendo que era a primeira eleitora do Rio Grande do Norte. Mas a primeira eleitora foi Celina Viana. Por sinal é uma honra para Natal, porque Celina é filha de Natal.

RN — Fugindo um pouco da história, o Sr. acredita que as perspectivas para Mossoró, atualmente, são melhores do que há algum tempo atrás ou as coisas só têm feito piorar?

L. ESCÓSSIA — Nós estamos atravessando uma crise muito grande. Há esse processo inflacionário, que tem nos atingido muito. Nós estamos fazendo esse 30 de setembro, não como nós o desejamos. Desejamos fazer com repercussão estrondosa, mas estamos fazendo com muita economia face à situação atual. As perspectivas não são boas, não. Nós receamos até daqui para o dia 30 de setembro haver uma hecatombe (brincou).

RN — Mas o Sr. acha que a situação está piorando em relação aos anos anteriores?

L. ESCÓSSIA — Em certos pontos melhora, noutros piora. Nós nunca tivemos essa crise de desemprego como se acentua em Mossoró, em compensação nós nunca tivemos uma expansão no setor habitacional como existe agora. A área urbana de Mossoró hoje passa de duas léguas.

RN — E as críticas que estão sendo feitas aos gastos com os festejos de 30 de setembro?

L. ESCÓSSIA — A crítica que meu colega Canindé (diretor da Gazeta do Oeste) faz é simplesmente em cima do Prefeito de Mossoró. Canindé foi um candidato a vice-prefeito na primeira administração de Dix-Huit, mas nunca chegou a assumir, porque ele logo entrou em choque com Dix-



Canindé critica porque não chegou a assumir antes

Huit. Agora foi candidato a Prefeito de Mossoró, contra Dix-Huit e foi derrotado. Essa crítica a própria Igreja também está fazendo. A Igreja recebeu a resposta conveniente. Dom José Freire, o Bispo Auxiliar de Mossoró, fez uma crítica dizendo que a comissão estava tratando de fazer festas suntuosas, quando devia se lembrar da seca, dos flagelados. Mas não há razão para isso, porque a própria Igreja faz as festas para Santa Luzia. Santa Luzia faz bem um mês que está nas ruas, angariando dinheiro, e esse dinheiro não é prá outra coisa não, é simplesmente prá Igreja. Não havia razão de crítica. Eles deviam pegar esse dinheiro no fim da arrecadação e distribuir esse dinheiro prá pobreza. O que eles não fazem em absoluto. A Igreja não faz isto.

Não há festa suntuosa no dia 30. Nós abolimos isso completamente. Fazemos com absoluto cuidado, com economia. A princípio surgiram propostas estapafurdias para comemorar. Até a Escola de Samba Beija-Flor chegou a ser falada prá vir à Mossoró, mas o cachê era muito alto. A proposta da Beija-Flor era de trazer apenas cem figurantes, de avião, com hospedagem e queriam mais Cr\$ 15 milhões. É muita coisa. Depois falaram em Grande Otelo, mas o cachê dele também era alto. Nós estamos fazendo um esforço enorme. Estamos gastando apenas convite, mandando prá todo mossoroense que mora fora e também para as Lojas Maçônicas. Outra coisa: há o Conteste, um movimento dos rádio-amadores de Mossoró. Eles têm uma sociedade aqui e eles expedem, através das ondas artesianas, a notícia do movimento do dia 30 de setembro e quem mandar uma mensagem para Mossoró, recebe um diploma do Conteste. Nós já recebemos mensagem de toda parte do mundo. Já foram expedidos 1.200 diplomas.

RN — Quais os homens públicos que mais trabalharam por Mossoró?

L. ESCÓSSIA — O deputado Vingt Rosado é, efetivamente, um homem dedicado a Mossoró. Ele, Mota Neto, falecido, foi um homem que muito batalhou por Mossoró. Na administração teve Padre Luís da Mota. Foi um bom administrador. Padre Mota passou 9 anos do Governo. Das figuras antigas, o próprio Jeremias da Rocha, foi pioneiro da imprensa, meu avô. Dr. Almeida Castro também foi um homem muito dedicado. Jerônimo Rosado. Dr. Rafael Fernandes, foi o Prefeito de Mossoró, foi Governador do Estado. Dix-Sept Rosado, um homem que morreu moço. Ele chegou a me dizer que passaria dois anos do Governo em Natal, depois de transferia para Mossoró e terminaria aqui a gestão dele.

RN — Qual foi a maior figura histórica de Mossoró?

L. ESCÓSSIA — Eu posso dizer que a mais dedicada foi Ana Floriana (risos). Mulher braba, decidida.

RN — Ana Floriana do Motim das Mulheres?

L. ESCÓSSIA — Sim. Ana Floriana era mãe de Jeremias da Rocha, minha bisavó. Mulher valente. Empastelamento de jornal ela tomava a frente. Era mulher disposta.

RN — Que chances Mossoró teria para se desenvolver?

L. ESCÓSSIA — Melhorando a si-

tuação do País, Mossoró vai ter um crescente desenvolvimento, não tenha dúvida. Hoje não. Nós temos a situação da Guararapes, que fechou. Era uma empresa que juntava, francamente, mil pessoas. Mil desempregados a mais, não é? As possibilidades de indústria em Mossoró são boas, mas é a tal coisa. A crise é que avassala tudo.

RN — E as figuras, o povo de Mossoró, como o Sr. definiria?

L. ESCÓSSIA — Mossoró é uma cidade imensamente pacífica. Nós temos uma característica muito interessante. Brigamos em campanha política, mas terminou a campanha política, todo mundo é amigo. As paixões políticas ficam restritas às urnas e acabam u-se. Não tenha dúvida.

RN — É a famosa rivalidade entre Mossoró e Natal. Como conhecedor das coisas de Mossoró, o Sr. teria alguma explicação para o fato, ou mesmo saberia a sua origem?

L. ESCÓSSIA — A animosidade fica somente em pilhéria. É tanto que alguns mossoroenses, que moram em Natal, se encarregam de fazer pilhéria com Mossoró.

RN — Quais os tipos humanos, em Mossoró, que mais o impressionaram?

L. ESCÓSSIA — Eu devo me omitir nisso. Efetivamente tivemos alguns tipos populares, mas acho que não merecem muito realce.

RN — Como se situa a política de Mossoró no contexto do Estado?

L. ESCÓSSIA — Eu tenho impressão que, se por ventura, havia uma divergência entre o Governo do Estado e o Governo do Município, a ten-

dência é melhorar e a minha impressão é que em menos de um ano isso sana tudo. O Governo do Estado e o Governo do Município terminarão de mãos dadas. Eles já estão se aproximando. Nessa questão de socorro aos flagelados já há um amplo entendimento entre o Prefeito de Mossoró, que é de uma corrente, e Dr. José



Na questão dos flagelados há o entendimento

Agripino, que é Governador e é de um extremado. Eles já se cumprimentam e meu desejo é de que eles se aproximem. Isso só trará benefício para Mossoró. Eu só puno pelo benefício de Mossoró. Não me interessa que ala tal seja vitoriosa, comande a política do Estado durante tantos anos ou ala tal procure suplantar.

RN — Qual a importância que se

tem dado, em termos políticos, a Mossoró?

L. ESCÓSSIA — Mossoró é, inegavelmente, um município de maior ressonância no Estado, territorial, político, eleitoral. Quer dizer que pesa alguma coisa na política do Estado, não resta dúvida. E eu acredito que tudo isso é olhado com bons olhos pelos políticos de todo Estado. Há uma coisa interessante: há vários políticos que jamais pisam em Mossoró, mas na época de eleição todo mundo recebe voto e todo mundo aranja. É uma cidade cosmopolita, dá voto a todo mundo.

RN — Qual o fator histórico de maior importância psicológica para o mossoroense: a resistência a Lampião ou o Movimento Abolicionista?

L. ESCÓSSIA — O fato mais importante para Mossoró foi o 30 de setembro e é uma data que, francamente, não devia ficar restrita ao município. É uma data que devia ser estadual. Devia ser feriado estadual, porquanto foi a primeira cidade no Rio Grande do Norte a libertar os escravos e deu nome. A repercussão do 30 de setembro é tão grande que no cartão da Loteria Esportiva, na semana do dia 30, vai figurar todo o movimento de Mossoró.

RN — Até que ponto a abolição dos escravos em Mossoró influenciou o movimento no restante do País?

L. ESCÓSSIA — A libertação de Mossoró fez com que as outras cidades se libertassem e nós tivemos elementos como Almino Afonso, que fez o movimento do Ceará, veio fazer de Mossoró e depois foi para o Pará, fazer o movimento libertador lá. □

A PUREZA DO MAR EM SUA MESA

F. SOUTO IND. COM. E NAVEGAÇÃO.
Av. Rio Branco, 1028/38 — Mossoró-RN

Radir não vai concorrer mais a cargos políticos

O vice-Governador Radir Pereira, em entrevista a **RN/ECONÔMICO**, analisou a realidade sócio-econômica do Estado, criticou o comportamento oposicionista, a que chamou de radical, destacou a importância da união de todos para o enfrentamento dos problemas da atual conjuntura e disse que pretende cumprir o seu mandato até o fim, não manifestando disposição de vir a candidatar-se a qualquer outro cargo, seja a nível estadual ou federal.

Chamado a manifestar-se a respeito da atual realidade norte-riograndense, afirmou Radir que o Estado passa por uma grande crise, a exemplo dos demais Estados nordestinos, agravando-se o quadro local pela inexistência de um grande parque industrial, disse, acrescentando que, mesmo assim, as situações de dificuldade são compensadas pela presença e atuação do Governador José Agripino, a quem qualificou como "muito hábil e que tem conseguido, dentro do possível, melhorar muito a situação do nosso povo, principalmente do humilde, do homem do campo".

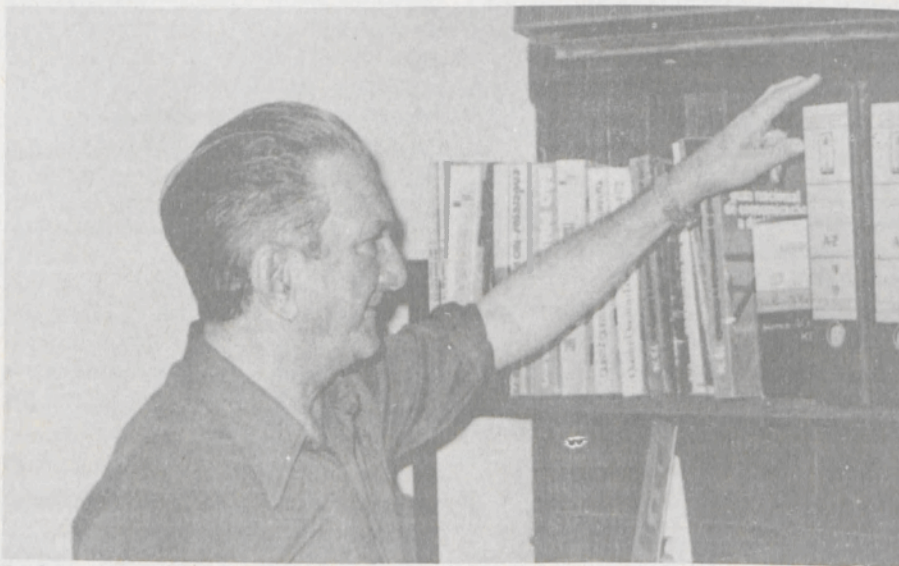
PUXANDO COBRA — Após admitir que fala-se muito em agitação no interior, fome e necessidade do povo ("Tudo isso é uma realidade"), disse que a ação do Governo Estadual tem servido de exemplo aos demais Executivos estaduais, especialmente com movimento junto ao Ministério do Interior, e na área de atuação de recursos financeiros. Segundo o vice-Governador, à medida em que há o aporte de recursos e amplia-se o número de inscritos no Programa de Emergência, há o direcionamento dessas verbas para o atendimento de uma situação de urgência e que assim deve ser encarada e enfrentada.

Citou então a venda de alimentos a preço de custo nas frentes de trabalho, "para aquele homem mais sofrido, aquele que está no campo, eu posso dizer na nossa linguagem, puxando cobra para os pés". O vice-Governador lembrou que o trabalhador rural, cumprida a tarefa junto à Emergência, fica ainda com três dias

para procurar uma atividade avulsa, a fim de complementar a renda familiar.

Estendendo as suas considerações, lembrou que, além da questão do campo, todo aquele que tem posição de responsabilidade, deverá preocupar-se com o problema da classe média, que, mesmo obtendo um diploma de nível superior, "tem um canudo e não tem um emprego. As Universidades estão soltando milhares e milhares de pessoas, sem mercado de trabalho".

Detalhando, disse que diariamente recebe "centenas de pessoas", todas com uma só preocupação: encontrar



Radir não tem mais ambição política

um emprego. E comentou: "É a moça que não vai se alistar na frente de emergência. O funcionário burocrático, que também não vai para a Emergência, mas quer ter também condições de trabalho. É esse o ponto vital. É esse o ponto que eu acho hoje mais difícil para o Rio Grande do Norte".

Colocando a questão econômico-social em termos de uma abordagem a partir da realidade urbana, Natal e cidades maiores do Estado, disse que, com o aumento da inflação, o assalariado, com menos dinheiro, passa a consumir menos, com reflexos negativos na arrecadação de impostos, "e daí fica um círculo vicioso, e a coisa

vai ficando a cada dia mais difícil. Agora, eu não sou pessimista. A gente tem de encontrar os caminhos, lutar para encontrar os caminhos. Daí o esforço do Governador José Agripino, que tem feito várias viagens, com seguindo grupos empresariais para aqui se instalar".

Disse Radir que, sempre que se sabe que uma fábrica está por encerrar atividades, "é como se fosse uma punhalada naqueles que fazem o Governo do Rio Grande do Norte. Porque essa é a preocupação maior: a zona urbana, homem que está na capital, ou mesmo nas cidades maiores do Rio Grande do Norte, sem condições de trabalho".

PARLAMENTAR DO ANO — O vice-Governador, mesmo considerando a ação da Emergência como uma medida paliativa, ponderou que já é algo que está sendo feito para a questão do desemprego da mão-de-obra rural, tornando-se necessária agora

uma ação coordenada em favor da absorção de trabalho nas cidades de maior porte, especialmente na área da periferia. Quanto ao assunto, disse, defende um ponto de vista: o fortalecimento do artesanato, como forma de ocupar a mão-de-obra familiar, gerando novas fontes de renda.

Em alguns países, e citou o México, o artesanato absorve um expressivo contingente de trabalho, defendendo também o incentivo e apoio ao surgimento de cooperativas, que comprariam essa produção, feita sem que o trabalhador sequer saia de sua própria casa. Aprofundando suas observações, lembrou que em recente viagem ao México, constatou que ali

se produz um artesanato em pedra, semelhante ao que também é feito em Currais Novos, e de bem melhor qualidade. Assim, afirmou, será de grande valia o total apoio ao artesanato.

Ainda abordando alternativas econômicas de aproveitamento do trabalho, disse que, antes mesmo da Sude ne dar início ao Projeto Garimpeiro, o Prefeito de Currais Novos, José Dantas de Araújo, tomou a iniciativa, reativando as atividades de uma mina de ouro, garantindo assim emprego e salário a quase mil homens.

Chamado a manifestar-se a respeito do desempenho da oposição, disse: "Eu acho que a coisa mais fácil do mundo é criticar. Realizar é que é difícil". Defendendo tal ótica, citou-se como exemplo, quando, como deputado oposicionista na Assembléia Legislativa, chegou a ser, durante dois anos consecutivos, considerado como "o parlamentar do ano", pelo fato de pronunciamentos de cunho reivindicatório e críticos ao Governo.

QUER FATURAR VOTOS — Segundo Radir, para o deputado oposicionista projetar-se, "basta preparar um bom discurso de crítica a determinados setores do Governo, que o Governo não pode estar eficiente em todos os setores, de crítica e crítica acirrada e forte, e ele, num discurso só, ele se projeta para a semana inte-

ra. Aquele discurso rende uma semana de manchetes e de comentários. Ele não fez nada. Para o povo ele responde o seguinte: esse Governo é um corrupto, esse Governo não faz nada, esse Governo não dá emprego".

Enfatizando sempre que "ser oposição é fácil", viu então o problema a partir do deputado de Governo, afirmando "que o homem chega, quer o emprego e a solução para o seu problema. Então, é a razão pela qual eu digo: criticar é muito fácil, realizar é que é difícil". Para o vice-Governador, a oposição ainda não se teria conscientizado que passou o período eleitoral e a eleição foi perdida por 106 mil votos.



Um cargo que deixou de ser decorativo

havia uma certa coesão entre o seu estilo e o de seu vice, Genivaldo Barros. Então, havia necessidade de conduzir as coisas com homogeneidade, porque se temia possíveis descontroles num tempo em que a palavra de ordem era austeridade.

ESTILOS OPOSTOS — No Governo Lavoisier Maia o cargo de vice-governador, ocupado por Geraldo José de Melo, deu margem a um dos seus maiores dilemas. Empresário acostumado a decisões

Segundo Radir, não defende qualquer tipo de acordo ou conchavo, mas a união de todos em favor do Rio Grande do Norte: "Devemos nos dar as mãos, para alimentar os nossos irmãos, para lutarmos juntos e não criarmos problemas e mais problemas. Eu condeno a oposição nesse ponto, porque ela não se conscientizou que nós não estamos numa época eleitoral. Quer faturar votos em cima da miséria e da fome do povo".

O vice-Governador fez questão de lembrar o assassinato do Prefeito de Angicos, Expedito Alves, a quem considerou como um seu amigo, afirmando entender que a oposição teria utilizado o episódio como desdobramento político, garantindo que o Governo Estadual não teve qualquer participação no acontecimento. Para Radir, o clima de intranquilidade, alardeado pelo PMDB, existe em todo o Estado, podendo atingir pessoas que estão no Governo ou fora dele, tratando-se de uma questão do crescimento da violência urbana.

Afinal, questionado a respeito do seu futuro político, disse que pretende cumprir o mandato até o final do Governo, colaborando com a administração José Agripino dentro de tudo o que puder fazer, perante o crescente quadro de dificuldades que atinge tão duramente toda a economia do Rio Grande do Norte. □

rápidas, Geraldo, nos momentos de interinidade no poder, jamais se limitou a cumprir apenas o protocolo — com exceção apenas da fase onde a ruptura política era evidente demais. A diferença de estilos foi tão marcante que mais parecia haver dois Governos distintos, com suas respectivas equipes. Essa diferença terminou por criar arestas inconciliáveis, pois logo ficou evidente a determinação de Geraldo em seguir seus próprios rumos sem adaptar-se aos projetos políticos então em implantação.

A HARMONIA — Com Radir Pereira e Agripino Maia sobreveio a harmonia exatamente pela diferença de estilos e propósitos — a chamada união dos contrários. A Radir parece-lhe bastar exercer a interinidade com competência e comedimento, pois faltam-lhe projetos políticos maiores — o que não é o caso de José Agripino.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
Gabinete do Prefeito

Ao longo deste mês de setembro de 1983 estamos comemorando o centenário da abolição da escravatura em Mossoró.

Não disputamos a primazia no calendário cívico mas nos colocamos no país como a única comunidade a festejar o brilhante evento eis que a própria nação retirou do almanaque festivo a data manumissiva nacional.

São, assim, cem anos desde que a Libertadora Mossoroense, em sessão solene, realizada em 30 de setembro de 1883, alforriou os últimos escravos.

Lá estavam homens e mulheres admiráveis que deixaram a história municipal impregnada de amor e renúncia. Por isso, em gesto repetido e centenário veneramos as figuras que compuseram a mais linda saga dos fastos mossoroenses.

São também cem nomes que travaram o bom combate e que paladinos das liberdades estão registrados em relevo moral como verdadeiros brasões no armorial mossoroense.

Assim potiguares de todos os quadrantes de nossa querência no dia 30 de setembro exaltaremos festivamente a grande data.

Venham, assim, para nos ver que continuamos dignos dos nossos antepassados, preparando a cidade helênica para entregá-la aos esponsais do futuro.

Jeronimo Dix-huit Rosado Maia

JERONIMO DIX-HUIT ROSADO MAIA
Prefeito

Os jovens querem espaço também no partido oficial

Mobilizando um expressivo contingente a nível nacional e buscando dar ao PDS uma maior penetração numa área onde normalmente as idéias às propostas do Partido do Governo não conseguem vicejar com tanta facilidade, um movimento sob a sigla JDS tenta sensibilizar os jovens às suas propostas. Assim, a Juventude Democrática Social, na empreitada de formar quadros para o Partido, aspira a renovar o discurso pedessista, mesmo enfrentando questionamentos internos e as naturais resistências dos setores mais conservadores do «PDS velho».

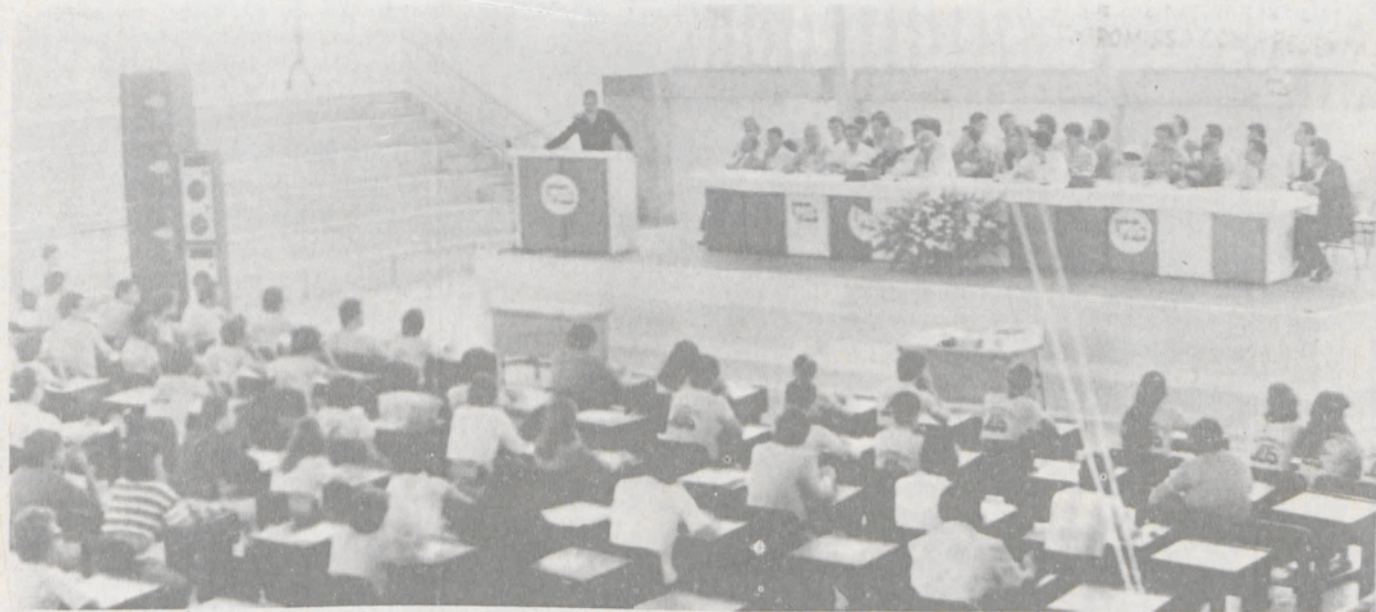
processo de abertura, disse entender que o jovem brasileiro, dessa forma, passou a organizar-se, no sentido de fundar um movimento “cujo objetivo fosse levá-lo a participar do novo processo político brasileiro, sobretudo na época em que está-se vivendo o aperfeiçoamento das instituições nacionais”.

Diante disso, afirmou, tornava-se necessária a participação da juventude no debate dos temas atuais, frente a um “compromisso com a democracia e os valores que ela encerra”. E citou os objetivos gerais da JDS: congregar os jovens, que amanhã se-

cente a realização de palestras, seminários e debates questionando a realidade brasileira, com relevância para o problema nordestino e norte-riograndense em particular. Com relação à presença da JDS em Natal, em atuação conjunta com o Presidente do Diretório Municipal, Djalma Marinho Neto, serão articulados núcleos da entidade nos bairros, visando fortalecer o movimento.

A preocupação maior, disse, é com a participação da juventude já incluída no rol dos eleitores, e filiada ao PDS. Segundo afirmou, torna-se importante para a JDS mobilizar em torno de si pessoal mais engajado nas discussões e questionamentos, motivo pelo qual não há um maior interesse em sensibilização de setores menos experientes no trato político.

ESCOLINHA POLÍTICA — E o PDS velho? Como tem recebido a presença e as idéias da JDS? De acordo



Efervescência política atrai os jovens no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, palco do recente II Congresso Nacional da JDS, os jovens militantes do Partido também estão incorporados à proposta e tentam levar adiante as vigas mestras da proposta, que envolve a participação de gente dos 18 aos 35 anos. Severino Vicente da Costa, presidente da JDS no Estado, falou a respeito do assunto e demonstrou suas expectativas quanto ao futuro da entidade partidária que, caso conseguisse maior autonomia de voto, poderia funcionar como força paralela dentro do PDS.

ENCONTROS REGIONAIS — Referindo-se ao desenvolvimento do

ráo responsáveis pelos destinos nacionais; ensejar uma maior participação da juventude a nível político; lutar pela presença efetiva dos Estados nas decisões de interesse nacional.

Em termos de ações imediatas, revelou que serão fundados diretórios municipais, lembrando que tal iniciativa teve início quando da gestão do primeiro presidente da entidade, Renato Dantas, seguido de Álvaro Dias e agora, com ele, que tenta manter o ritmo. Tentarão também, proxima-mente, a realização de encontros regionais, para o debate de temas de interesse da JDS.

Também é plano de Severino Vi-

cente, o apoio maior ter partido do ex-Governador Tarcísio Maia (“A quem nós consideramos um jovem”), da mesma forma que o Governador Agripino Maia, presidente de honra do movimento. Chamado a definir a Juventude Democrática Social dentro do PDS, disse: “A JDS está para o PDS mais como uma abertura de espaços. Nós estamos à frente. Nós estamos vigilantes aos problemas do PDS. Nós estamos abrindo espaços, participando, nos engajando em todo o processo político do Rio Grande do Norte”.

E mais: “Evidentemente, a JDS é mais uma escolinha política, mas es-

colinha essa, cuja participação é mais de abrir espaços dentro do Rio Grande do Norte, para um futuro melhor, para uma juventude que amanhã possa participar com uma maior capacidade de trabalho e uma maior capacidade política, alicerçadas na experiência política da qual nós participamos”.

Manifestando-se a respeito do II Congresso Nacional da JDS, garantiu que o encontro teve resultados positivos, reforçando a JDS local, com a participação de figuras expressivas da política nacional, fazendo questão de salientar que o Presidente Figueiredo dá grande estímulo à JDS: “Se não fosse a sua doença, que o levou a ser operado em Cleveland, ele teria vindo pessoalmente participar do nosso encontro, que era desejo dele. Ele nos afirmou em Brasília que tinha todo o desejo de participar do Encontro”.

Ao encerrar, Severino Vicente afirmou que “a Juventude Democrática Social está aberta para todos. Os nossos objetivos são fazer com que a juventude do Estado e do País amanhã sejam homens conscientes e responsáveis do dever que eles têm a cumprir. Nós, realmente, somos um movimento oficial, mas um movimento



A juventude participa..

oficial aberto e lutando também por uma sociedade aberta e pluralista, para que a juventude possa participar. Participar consciente dos seus deveres e amanhã possam ser políticos responsáveis e possam também dar a sua parcela de contribuição ao Rio Grande do Norte e ao Brasil”. □

... das grandes questões

SE É DE LEITE QUE VOCE PRECISA! PORQUE COMPRAR UMA VACA?

Computador ou computação? Será que você precisa de instalações de C. P. D., analistas, técnicos, programadores, computador, periféricos, digitadores, manutenção, etc? Ou será que você precisa realmente só de informações necessárias, às tomadas de decisão no tempo certo, corretas e objetivas?

Pare!

Pense!

Consulte-nos: — Faça como mais de 200 empresas em todo o Estado. Nós podemos mostrar-lhe como se utilizar dos serviços do computador sem ter que arcar com altos custos.



“10 ANOS A SERVICO DA INFORMATICA”

PROCESSAMENTO DE DADOS
sistema s.a.



Estrada de Ponta Negra — 1831 — Natal-RN
Fones: (084) 231-4215 — 231-4890 — Telex: 0842-531

O Debate do Nordeste

GARIBALDI FILHO

O Nordeste volta a ser discutido ante o agravamento da seca. Os auditórios são vários: desde do Congresso Nacional, onde assistimos, em Brasília, na última quarta-feira, pronunciamento do líder peemedebista Humberto Lucena, até os auditórios das Universidades, onde se contesta tudo o que se fez na região até agora. A impaciência não domina, apenas, os jovens. Quem ouviu o senador Teotônio Vilela, falando na reunião da Comissão Executiva do PMDB, não tem dúvidas de que há um consenso nacional em torno da indagação: até quando teremos os nordestinos morrendo de fome por ocasião da repetição dos anos de seca?

Teotônio foi veemente. Para que tantos simpósios e conferências, se o povo está morrendo de fome? O que querem mais os homens do Governo? Que apareça um novo anacoreta, como Antônio Conselheiro, renunciando uma guerra fratricida que dividirá a Nação? Bradou o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena.

A imprevidência como o problema do Nordeste tem sido encarado tem unido no mesmo tom de crítica, de condenação, oposicionistas e governistas, só que, segundo os oposicionistas, os deputados e senadores do PDS usam da máxima que diz: "Faça o que eu digo e não o que faço". Não é isto o que acontece quando das votações, no Congresso Nacional, com os governistas negando-se a apoiar os projetos que amenizariam o drama nordestino? E Iranildo Pereira, cearense, mostra o que aconteceu com o seu projeto de emenda constitucional, que dava ao Nordeste três por cento do orçamento da União: foi arquivado com os votos pedessistas.

Na verdade, em termos de Congresso Nacional, pelas observações que fizemos, em Brasília, quando da nossa passagem por lá agora, há poucos dias, o Nordeste tem sido tema de seminários, simpósios e até de Comissões Parlamentares de Inquérito. Mas não tem passado disto. A decisão política esperada não surge, porque o Nordeste não consegue sensibilizar os parlamentares nordestinos para agirem em bloco na "hora da onça beber água", na hora do voto, da decisão do Congresso Nacional.

Agora mesmo, na discussão da sucessão presidencial, o que se esperava era que o Nordeste falasse em bloco, ou que se negasse a falar como propunha o jornalista Jaime Hipólito Dantas.

Quando convocados, os governadores diriam ao Presidente: sucessão só depois de falarmos sobre o

Nordeste. É, porém, querer demais. E os cestões de Andreazza estão aí dando sopa, ou melhor, feijão, farinha e arroz, com os quais os governadores esperam estar enfrentando galhardamente o problema da seca, descontando isto de um salário pago na base de 15 mil e 300 cruzeiros.

E o que pensam os leitores do Ministério para o Nordeste? É outra questão que já está dando o que falar. Cria-se ou não o Ministério para o Nordeste? A questão não parece ser, exatamente esta, nem muitas outras que tem sido lançadas, nos últimos dias. Trata-se de repensar o desenvolvimento do Nordeste. Dai por que aplaudimos a iniciativa do CENOR — Centro de Estudos do Nordeste, com sede em Recife e que estará promovendo neste mês de setembro debates sobre o desenvolvimento da Região Semi-Árida Nordestina.

Vejam os que pretendem os promotores deste seminário, ao lançarem esta idéia. O CENOR, diz o texto do convite que recebi para participar destes debates, pretende realizar um simpósio no qual se procurará ressaltar os pontos positivos da região: e de sua viabilidade econômica, tais como os altíssimos índices de produtividade do Vale do São Francisco, o imenso lençol d'água subterrânea do Vale do Gurjeia e a fertilidade do Vale do Açú.

Pretende estudar, também, as soluções técnicas inovadoras e bem sucedidas, que possam permitir a convivência com a seca. E mais: além da técnica, os componentes econômico e social do fragelo da seca. A primeira é constituída pela fragilidade da economia sertaneja, que a falta de outras opções de trabalho, além da agricultura de subsistência e de reservas de capital, provocam o desmoronamento da atividade econômica, após a perda da precária produção agrícola de curto ciclo. A segunda, proveniente do fato da estrutura fundiária local ser constituída de latifúndios que impedem o acesso à terra ser responsável pelo desestímulo às obras de reserva hídrica, de irrigação, de práticas de lavoura seca.

Dirão alguns que se constitui em mais um seminário, um simpósio daqueles sobre os quais Teotônio Vilela falou na Comissão Executiva Nacional do PMDB. Não sei. Estou querendo apostar que nunca é tarde para se rediscutir o Nordeste. Não foi preciso que a Rede Globo viesse ao Nordeste para mostrar que todos nós somos brasileiros. Fiquemos com o grande poeta Fernando Pessoa: "Tudo vale a pena, se a alma não é pequena". Nem a alma nem a causa.



Em toda parte os aspectos da crise provocada pela seca

CRISE

A seca continua sob ritmo das medidas de emergência

Quando o quinto ano consecutivo de seca configurou-se no Nordeste, trazendo a todos a temida confirmação de que o flagelo continuaria, arrasando a terra, exaurindo a economia e desfalecendo o ânimo do sertanejo, começaram também a surgir sérias ponderações quanto à urgente necessidade de uma tomada de posição, sob pena da Região transformar-se, de deserto escaldante, em perigoso barril de pólvora social, com o estopim aceso pelo desespero do povo e a inércia de soluções. Realmente. E isso porque, a única iniciativa, paliativa e limitada, o Programa de Emergência, já então não funcionava a contento, seja no pequeno salário-referência pago sempre com atraso, pouco mais de Cr\$ 15 mil, seja pela grande quantidade de pessoas que sequer conseguiam cadastrar-se para as frentes de trabalho.

Ainda no início do ano, recém-eleitos, os governadores do PDS da Re-

gião reuniram-se em Natal, para um debate específico: a questão do semi-árido, a fim de que fossem propostas visões e questionamentos acerca do problema. Tinham, todos, a convic-



O quadro dramático

ção de que ali, naquela larga e causticante nesga de terra nordestina, encravava-se o mais preocupante clima de pobreza, carências sociais e sofrimento do homem sertanejo e sua família.

E razões não lhes faltaram para tal conclusão, com o agravamento assustador da seca e todas as suas consequências. A situação, hoje, é de tensão, por parte do sertanejo, e de preocupação, pelo lado das autoridades. Os jornais do Sul e as grandes redes de TV têm mostrado aos olhos das outras Regiões, que desconhecem a seca, fotos e teipes de homens, mulheres, velhos e crianças comendo calangos e camaleões, numa visão da chocante realidade de hoje. Na Sudeste, os governadores pedessistas ficam em silêncio, ante um atônico Ministro Mário Andreazza, numa sutil demonstração de exigência de soluções. Nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais espalhadas pelos Estados flagelados, elevam-se os protestos de parlamentares, sejam do Governo, ou integrantes oposicionistas: é que a seca, invadindo tudo, propicia momentos de união, ainda que passageiros.

“EU VENHO TENTANDO” — A questão da seca, entretanto, encon-

tra-se presa a uma realidade social complexa e quase imutável: as intermináveis e radicais brigas da política sertaneja, com acusações de oposicionistas indicando que, nas cidades onde a Prefeitura tem a direção do PMDB, a água que vem nos carrossipas somente é facilitada aos eleitores ou cabos eleitorais do PDS, além das tradicionais preterições de inscrição no Programa a pessoas que, notoriamente, tenham votado na oposição, durante o último processo eleitoral.

E para tornar isso mais patente, 21 prefeitos norte-riograndenses, todos peemedebistas, compareceram à Sudene no início de setembro, para denunciar a situação, juntamente com os deputados federais Henrique Eduardo Alves e Antônio Câmara, além dos parlamentares estaduais Garibaldi Filho, Patrício Jr. e Paulo de Tarso, líder da bancada na Assembléia. E a descrição que fizeram foi tão veemente, que o superintendente do órgão, Walfrido Salmiteo, pediu que lhe fosse encaminhado um relatório circunstanciado, a fim de ter ali um roteiro de providências a serem adotadas, visando corrigir as distorções, que incluíam ainda utilização de trabalhadores em obras particulares.



Pádua: fato consumado

No plano local, o diretor do Escritório da Sudene, Antônio de Pádua, aceitou como um fato consumado o acolhimento das denúncias oposicionistas, mas observou que o radicalismo político do interior contribuiu para assanhar ainda mais a carga de problemas suportada pela comunidade, comentando que as correntes políti-



Corrupção é um problema já crônico

Corrupção. Esta é uma palavra que tem se vinculado sistematicamente ao problema da seca e, no caso do ciclo atual de cinco anos, ao Programa de Emergência em seus diversos desdobramentos. As denúncias de corrupção, anos atrás, diziam respeito ao que se convencionou chamar de «indústria da seca». Dizia que muita gente na região se aproveitava da seca para auferir vantagens. Como agora, falava-se mais do que se apontava fatos, embora as evidências existissem — como existem agora. Segundo os mais experien-

tes observadores do problema da seca, as denúncias de corrupção sempre se perdem no vazio porque tanto a indústria da seca como os Programas de Emergência surgem da improvisação e do clamor do momento em função de uma situação altamente crítica. Tudo é desorganizado, improvisado, realizado ao sabor das contingências e ao correr da agudização das necessidades. Em tais circunstâncias, fica muito difícil qualquer tentativa de definir responsabilidades, de situar posições, porque não há organização, não há base.

QUEM ESPECULOU? QUEM PRESSIONOU? — As denúncias caem no vazio por isso. O superintendente das Sudene, Walfrido Salmiteo, quando recebeu a comissão de deputados do PMDB potiguar que lhe foi apontar irregularidades e pressões contra oposicionistas através da discriminação na destinação das verbas do Programa de Emergência, pediu tudo por escrito. A sua intenção era ter nomes, base. Mas as denúncias foram genéricas, a não ser pelo fato de incluir o Governo do Estado como principal responsável. Assim foi no caso das denúncias sobre a especulação com o dinheiro do Programa, depois que ele saía do Banco do Nordeste do Brasil. Até hoje sabe-se apenas que ele demora no trâmite do Banco, pela Sudene até o bolso do trabalhador inscrito. Mas o percurso desse dinheiro e seus eventuais pousos são totalmente desconhecidos e, até hoje, apesar de todo o justificável alarido, não houve quem fizesse a indicação exata.

cas querem demonstrar, mais que a outra, seu poder e prestígio. E citou um caso concreto: um político (não citou o nome ou a cidade) quer o controle exclusivo da água fornecida através do caminhão-pipa, negando-se a aceitar que seja despejada na cisterna pública, e completou:

“Eu venho tentando pacificar esses tipos de ocorrências, mostrando às correntes políticas nos municípios, nos distritos, que isso não pode ser feito, porque trata-se de uma emergência e com isso não se brinca”.

Ainda quanto à ida da delegação oposicionista à Sudene, o Governador Agripino Maia, comentando o assunto, disse que melhor seria que todos tivessem ido ao Palácio Potengi, conversar francamente a respeito do problema, temendo que, dessa forma, criem-se mais condições ao recrudescimento de brigas paroquianas e desavenças pessoais, agravando o momento de crise.

PALCO DE LUTAS — O governador, entretanto, em outras declarações, havia advertido para fatos mais graves: um retrocesso político, em decorrência da crise político-econômica que atravessa o País, mesmo manifestando a crença de que virão as eleições diretas para presidente da República, mas não agora, diz, quando do processo de sucessão de Figueiredo. Idêntico ponto de vista foi exposto pelo Senador Dinarte Mariz, exatamente num momento de grande significância em sua carreira política: a homenagem que lhe prestava a As-



A crise fustiga em toda parte



sembléia Legislativa, pela passagem dos seus 80 anos.

Alçado à torre da sua vivência histórica e respaldado nas informações que certamente detém de escalões dos mais altos patamares de Brasília, Dinarte vaticinou a possibilidade de “uma crise que poderá nos levar a um retrocesso”. E mais: “Construímos apenas o berçário e estamos esperando que a democracia nasça”, para então chegar à conclusão: “Só chegaremos a ela, quando resolvermos o problema econômico”.

O Senador, seridoense de tradição, sertanejo, afinal assestou suas observações para a questão nordestina e advertiu que, quanto aos problemas da Região, “as coisas estão vindo muito devagar”, referindo-se à expedição de soluções para o momento vivido: “Parece que não querem ajudar, para que continuemos pobres”, e golpeou: “Se continuar assim, tenho receio que a nossa terra seja palco de lutas”.

Mas se Dinarte falou isso de forma generalizadora, abordando as dificuldades regionais, o Rio Grande do Norte, em particular, enfrenta uma situação das mais difíceis, muito bem expressa pela cifra de Cr\$ 57 bilhões 9 milhões de dívidas, segundo dados oficiais firmados pelo Governador Agripino Maia em atendimento a solicitação da Assembléia Legislativa. Na verdade, a capacidade de endividamento do Estado é de Cr\$ 4 bilhões, 375 milhões, 566 mil, 639 cruzeiros e 32 centavos, o que dá bem uma visão ampla de como é difícil a situação do Tesouro Estadual.

O Governo, entretanto, mesmo reconhecendo o problema, tem anunciado a busca de recursos para injetar na economia norte-riograndense, salientando que o Governador que recentemente foram pleiteados recursos da ordem de Cr\$ 6 bilhões, junto ao Banco Central, para fortalecimento do capital de giro do Bandern, acreditando em reais possibilidades de liberação desse dinheiro. Isso, além de continuados contatos em áreas ministeriais, visando garantir recursos e programas voltados para a angustiante situação suportada por todo o Estado.

O APOIO DO BRASIL — E problemas é que não faltam. Em Mossoró, como demonstrativo mais veemente da crise vivida por todo o interior do Estado, cerca de 500 homens, mulheres e crianças, famintos, invadiram a cidade, buscando desesperados al-

gum alimento. Desalentados, sem ter aonde trabalhar, o contingente flagelado penetrou na cidade, atirando-se a um desesperado e reprimido saque, com a Polícia nas ruas, contendo a fome à força do cassetete. Mas providências de última hora foram tomadas e as famílias esfomeadas foram atendidas, recebendo alimentos.

E na Assembléia Legislativa pipocaram exemplos como os de Mossoró, com os deputados, governistas ou oposicionistas, buscando mostrar o mais dramaticamente possível como estava a situação na área por cada um deles representada. Enquanto Jota Belmont alardeava o desespero em Mossoró, falando como homem do PMDB, o líder do PDS, Vivaldo Costa, fazia questão de advertir quanto à cidade de Caicó, onde há poucos alistados na Emergência, para em seguida relatar o chocante caso de uma mãe que suicidou-se em Serra Negra,

por não encontrar o sustento para a família.

Analisando a questão de forma mais ampla, o deputado Willy Saldanha (PDS), pregou a união de todos frente ao problema comum, "para acabar com esta miséria em Mossoró e no Estado. Não deve haver discriminação se o Prefeito é do PMDB ou do PDS, ou se existem brigas". E o líder do PMDB, deputado Paulo de Tarso, com seu discurso contundente e sóbrio, apontou: "Não basta mais expor a miséria, a pobreza de cada um. Ouvimos aqui relatos localizados em municípios diferentes, mas a gravidade é ampla. Falou-se em suicídios de mães, em morte de crianças por inanição, em invasões de flagelados famintos. Ou as lideranças nordestinas reagem, mostrando ao Governo Federal, ou ele não mais terá o apoio do Nordeste, se o Nordeste não tiver o apoio do Brasil". □

SITUAÇÃO DELICADA — A situação tornou-se delicada para o Governo porque, é inegável, existe um cadáver... e mais: há agravantes na história, que os próprios assessores do Palácio Potengi, em conversas reservadas, não podem deixar de admitir. Um deles é o fato do Prefeito assassinado ter procurado inúmeras vezes as autoridades policiais do Estado e o próprio Governador para pedir garantias, poucos dias antes de consumar-se o crime. A lógica dos Alves tem-se centrado aí. Mas há observadores mais ponderados que arriscam dizer que, se a família não estivesse tão perturbada com o choque emocional pela perda do irmão, poderia direcionar o episódio com mais competência. Porque, segundo essa corrente de pensamento, alguns delegados e grupos políticos do interior realmente vêm extrapolando e, aproveitando-se da sombra do Poder, têm praticado exorbitâncias à revelia do Palácio Potengi, o que só pode prejudicar o Governador José Agripino. Por esse aspecto, há algum fundamento na versão do clima de inquietação. Inclusive, antes do crime a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte vinha fazendo denúncias semelhantes e en-

POLÍTICA

Um crime lamentável pode criar mais tensão política

A morte do Prefeito Expedito Alves, assassinado em Angicos na noite do dia 10 de setembro, deu novos aspectos ao clima de tensão política que já vem se agravando no Rio Grande do Norte desde as eleições de novembro. A bala disparada por Ednardo Silva não só extinguiu a vida de um homem que era, efetivamente, querido, como atizou a fogueira de ódios em que se transformou a política do Estado, segundo o entendimento de muitos observadores que vêm acompanhando o desenrolar da situação com muita preocupação. A família Alves, liderada pelo ex-Governador Aluizio Alves e seu irmão Agnelo, naturalmente chocada e sentindo a perda do parente, fechou-se mais ainda na sua posição irreconciliável em relação ao Governo e acredita estar diante de um crime político. Por vários dias os Alves de várias gerações têm trocado idéias e opiniões e nenhum deles se conforma com as explicações da Polícia e certos detalhes do crime. A cada lembrança dos seus diversos aspectos mais cresce a convicção de que havia uma atmosfera para a morte de Expedito Alves, embora não cheguem ao ponto de acusar diretamente o Governador José Agripino.



O lamento da família enlutada...

tregou um documento com pedido de garantias para os agricultores, sujeitos a constantes violências. O Governo, numa situação delicada e com graves problemas a resolver em várias frentes, especialmente a financeira, porta-se com a maior cautela. Seus estrategistas temem qualquer precipitação, para não desencadear acontecimentos desagradáveis e que lhes seriam extremamente desfavoráveis nas atuais circunstâncias. □



... na missa de 7.º dia

FOLCLORE

Raízes da cultura não morrem

Ao contrário do que muitos estudiosos pensam, os meios de comunicação de massa e a televisão em particular — esta responsável, ou acusada de, pela padronização do comportamento dos brasileiros de Norte a Sul — não tem contribuído para acabar com as raízes culturais do povo e seu folclore, mais especificamente. Segundo o professor Veríssimo de Melo, Diretor do Museu Câmara Cascudo, considerado por alguns como o continuador da obra do Mestre Luís da Câmara Cascudo, “o folclore é dinâmico, vai se modificando. O que a garotada está falando aí parece novo, mas tem suas raízes antigas. Embora haja influências alienígenas, devido aos meios de comunicação de massa, porque a cultura popular não escrita é uma realidade que vem do fundo dos séculos e continuará através do futuro”.

Disse o folclorista e historiador Veríssimo de Melo que as expressões populares envelhecem e morrem, mas surgem novas expressões com as mesmas motivações “e que em verdade são as nossas raízes do folclore brasileiro, nordestino e universal”, frisou. Com isso ele desmistifica as afirmações de que, principalmente após o advento da televisão, as nossas raízes foram esquecidas e até desvirtuadas. Exemplificando o namoro como a continuidade dos costumes, Veríssimo afirma que com o passar do tempo esse costume sofreu apenas modificações, mas permanece.

Em tom didático, Veríssimo dá o conceito de cultura popular, que segundo ele é o mesmo que folclore: “Os conhecimentos humanos universais se transformam de geração a geração em dois níveis. Primeiro pela palavra escrita, que é a cultura oficial, erudita. Ela está condensada em livros didáticos e na literatura erudita de todas as épocas. São os livros nos quais aprendemos desde o ensino primário até a Universidade. Segundo, pela palavra oral. São os conhecimentos que se transmitem de boca a ou-



Folclore sempre em alta

vido, não escritos, através das gerações. Na rua, em casa, nas escolas, nas atividades espirituais, no trato social, no amor, no jogo do amor e do sexo”.

E é a cultura oral, espontânea, a verdadeira cultura popular, o folclore, diz Veríssimo, frisando que é assim que pensam aqueles da escola de Cascudo.



Veríssimo: folclore vive

MUITO RICO — O Nordeste é uma das regiões mais ricas em termos de folclore do Brasil e do Rio Grande do Norte, o folclore é um conjunto de manifestações de origem portuguesa (70 por cento), africana (20 por cento) e indígena (10 por cento). E bem verdade que há regiões do Nordeste em que a influência negra (africana) é bem maior, como na Bahia, mas no geral, essa mesma situação do Rio Grande do Norte se repete nos demais Estados nordestinos.

O folclore no Rio Grande do Norte é riquíssimo, diz o professor Veríssimo de Melo, completando que o folclore começa antes da gente nascer e vai após a nossa morte, o exemplo está nas crendices que acompanham o nosso nascimento e a vida após a morte.

Além das crendices, inumeráveis, o nosso folclore caracteriza-se também pelos autos (fandangos, bumba meu boi, congós) ou teatro popular e folguedos (danças sem enredo, somente com música, como o Araruna, Asa Branca, Caboclinhos e Bambelô, entre outros). Para preservar essa cultura, argumenta Veríssimo, é preciso mais interesse em apoiar e proteger das companhias de turismo. O folclorista acha que o turismo necessita da exploração da verdadeira cultura do Estado. Por outro lado, Veríssimo destaca o trabalho que vem sendo feito pela Fundação José Augusto, através do também folclorista Deífilo Gurgel, para proteção e valorização desses grupos folclóricos.

Veríssimo, porém, faz um alerta: “É muito importante procurar não desvirtuar esses autos e folguedos, trazendo-os à praça pública na época oportuna”. A época de apresentação de tais folguedos, disse o professor, é no São João e no Natal.

Outro aspecto que Veríssimo acha importante destacar é a diferença entre arte popular e artesanato e cita a definição de um aluno seu — “arte popular é criação, artesanato é a cópia” — embora se trate de uma expressão popular regional. No passado, conta ele, houve distorções no nosso artesanato, quando pessoas

Uma reação contra as barreiras

alheias à região quiseram impor aos artesãos de uma cidade do interior do Estado modelos de bolsas típicas de outros Estados do Sul do País.

Chico Santeiro, na sua opinião, é uma das maiores expressões da arte popular no Estado, muito embora ele tenha feito algumas vezes peças em série, passando então a fazer artesanato. O que se tem feito com frequência também, continua, é arte remanejada (um artista pega um material do povo e modifica-a).

“Do ponto de vista folclórico é um erro, porque desvirtua a peça original. Mas do ponto de vista artístico está certo, porque o artista é livre para criar o que quiser”.

MODISMO — De um certo modo, a arte popular tem se transformado ao longo dos últimos anos em modismo, principalmente para elite intelectualizada, mas Veríssimo acredita isso, também, às influências dos meios de comunicação de massa. Ele acredita que realmente exista um interesse pela cultura popular, principalmente pelos conjuntos musicais, pela dança, “mas de um modo geral o Rio Grande do Norte não está dando ao povo que se dedica à arte popular o amparo que eles merecem”.

Merece destaque também, frisa Veríssimo, o folclore aplicado, utilizado nas escolas e isso, segundo ele, já

vem sendo feito a nível de Estado. Utilização do folclore infantil, as cantigas de rodas, jogos populares, caracol, gongos populares, parlendas, etc. Além da preservação do folclore, isso ajuda na socialização da criança.

Para Veríssimo, é preciso instrumentalizar essa aplicação das manifestações folclóricas ao ensino primário e médio, institucionalizando-o através de normas gerais, portarias, leis. Ele insiste na introdução desses conhecimentos nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus, porque a nível de Universidade Federal do Rio Grande do Norte, já foi criada a cadeira de Folclore, a exemplo do que ocorre na Universidade Federal da Bahia.

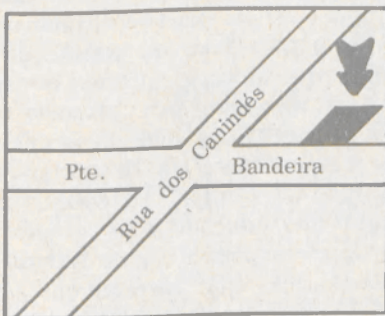
VERÍSSIMO — Autor de vários livros sobre folclore, além de 70 ensaios publicados, introdução da Antologia da Literatura de Cordel, editado pelo Banco do Nordeste do Brasil, Veríssimo de Melo destaca dentre suas obras “Folclore Infantil”, editado em 1981 pela Editora Cátedra — Rio de Janeiro. Esse livro, diz Veríssimo, fala das cantigas de ninar, adivinhações, parlendas, jogos populares e cantigas de roda e está sendo adotado em colégios do Rio de Janeiro e a Funabem de Sergipe está utilizando-o como livro-padrão para recreação. □

Depois de uma certa letargia, o meio artístico local começa a se agitar e em parte a agitar-se entre si, diante da falta de oportunidade, das barreiras e dificuldades que são impostas por fatores alheios a seus interesses. Atores, músicos e artistas plásticos se debatem na teia de desinteresse dos órgãos ditos culturais, e alguns mais afoitos se reúnem e formam cooperativas que tentam, senão viabilizar, pelo menos movimentar mais o meio artístico local. A Federação do Teatro Amador do Rio Grande do Norte já tem algum tempo, mais recentemente foram fundadas a Associação dos Artistas Plásticos e por último a Cooperativa dos Artistas de Natal. Embora aparentemente se trate de um ato isolado, o artista plástico Eduardo Alexandre, conhecido como Dunga, está com um projeto para mostrar ao Governo do Estado para permanência da Galeria do Povo que, por sua filosofia e abertura, deverá beneficiar todos os artistas interessados.

Se por um lado os pintores sentem a dificuldade de se conseguir um espaço para expor, dinheiro para comprar material de trabalho e até quem compre seus trabalhos, os músicos reclamam principalmente da falta de apoio oficial, vez que para se montar um show, além do espaço, há uma gama de detalhes que devem ser olhados com cuidado com serviço de luz, som e divulgação, dentre outros aspectos. A falta de público já é uma consequência de todas essas barreiras que surgem a cada apresentação.

QUALIDADE TEM — Há um ditado que diz que “Santo de casa não faz milagre”. O fato é que o público natalense se condicionou a só procurar aquilo que já se conhece e como os nossos artistas, por motivos óbvios, ainda são desconhecidos do grande público, por mais divulgação que se faça de um trabalho, não desperta grande interesse. Falta de qualidade não é e quem garante isso é Carlinhos Moreno, que forma com outros cole-

PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SAVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira, 737
VEÍCULOS LTDA. Alecrim — Tel.: 223-1551
Natal-RN



Pixinguinha: bom exemplo

gas da Escola de Música a Banda Imaginária.

“O nível artístico em Natal é incrível e isso é reconhecido pelos artistas de nível nacional”, diz Carlinhos citando o exemplo de Arrigo Barnabé, com quem se apresentou no último Pixinguinha, no Alberto Maranhão, que chegou a citar a qualidade do trabalho musical desenvolvido em Natal, numa entrevista à revista Isto É. Para Carlinhos, um dos grandes e graves problemas é até uma questão geográfica. Tudo que se consome vem do eixo Rio-São Paulo e como consequência, “todo mundo daqui tá querendo ir embora. Está faltando algo que unisse os artistas, porque os órgãos responsáveis não se manifestam”.

“A questão geográfica tem muito a ver. Apesar de Natal ser uma cidade interessante, a gente vive aqui quase fora do Brasil. A gente pega as coisas já embrulhadas, falta até informação”, completou Carlinhos.

Além disso, há a questão financeira. Os custos de um show estão aquém das possibilidades dos artistas e sem dinheiro as coisas são feitas de improviso, o que leva a um mal espetáculo e “assim o público desacredita”.

De qualquer forma, Carlinhos destaca o trabalho do atual Superintendente do Teatro Alberto Maranhão, Iaperi Araújo, que por ser um artista tem compreendido melhor a classe. Ele cita um projeto de Iaperi, para apresentação semanal, no horário do Pixinguinha.

DEZ ANOS NA BATALHA — Há dez anos «transando» música e tentando ser reconhecido e respeitado pelo trabalho que faz, Raul da Alcatéia Maldita se diz desanimado e acredita algumas vezes que vai «pirar» de tanto se preocupar com a mú-



Artistas despertam

sica e sua atual condição dentro do contexto do Rio Grande do Norte. Embora tenha seu grupo formado, Raul deixa claro que não se deixou levar pelas facilidades dos conjuntos musicais que estão aí faturando em bailes nos finais de semana, tocando mecanicamente, embora precise sobreviver.

Frisando que está falando por ele mesmo e não pelo grupo, Raul denuncia uma máfia que impede que os

músicos, a maioria marginalizados, mostre um trabalho sério, pelo simples fato de não se amoldar ao sistema. Diante desse fato, continua, “prá fazer som em Natal tem que se usar uma estratégia”, tentar criar oportunidades, mesmo enfrentando o sistema contrário. Mas “há fatores que determinam que as coisas continuem como estão”, sentencia Raul.

Para lutar contra isso, ele acha que deve haver uma luta de classe, uma maior união entre os artistas. Além disso, Raul também bate na mesma tecla de outros artistas quanto à quase inexistência de espaço, embora tenha melhorado um pouco com o novo superintendente do TAM. De qualquer forma, Raul diz que nunca teve apoio, mas que também nunca procurou porque se procurar, “a gente vai ter que entrar no sistema deles, e isso não interessa”.

A Alcatéia Maldita é um grupo de rock e o público natalense, à exceção de uma turma interessada, pouco conhece seu trabalho e, portanto, “é preciso uma estratégia para uma maior sacação”, finaliza Raul.

ENSAIOS — Os grupos de teatro, que tiveram uma maior abertura após a inauguração do Teatrinho Jesiel Figueiredo, no Alecrim, consideram um grande problema o espaço até para os ensaios. O grupo Nuvem Verde, por exemplo, pode ser considerado privilegiado porque conta com o apoio da TV-Universitária, inclusive para os ensaios.

Segundo Vicente Vitoriano, que juntamente com Jaime Lúcio e Carlos Lima, compõe o Nuvem Verde, os órgãos que teriam obrigação de ajudar os grupos de teatro, como Secretaria de Educação, Fundação José Augusto e a Pró-Reitoria de Extensão da UFRN, não ajudam.

Além de ator, Vicente Vitoriano também é artista plástico e como tal, aproveita para falar da grande dificuldade que a classe enfrenta no Estado: a comercialização. Como sua arte segue uma linha mais experimental e menos decorativa, há grande dificuldade de vender. “O público de Natal é mal educado e só compra o que dá certo com a cor do tapete”, desabafa ele, que carrega em seu currículo alguns prêmios, inclusive da FJA. Mas diante de todo esse desinteresse, Vicente destaca o trabalho da Secretaria Municipal de Educação, que agora está organizando leilões para venda de quadro dos artistas natalenses. □



Promover a integração pelo progresso. Esta é a nossa bandeira.

O Banco do Nordeste é o banco de 35 milhões de brasileiros, quase um terço da população do País.

Sua política, voltada para a defesa dos interesses do Nordeste, se fundamenta num ideal que transcende o âmbito regional: a integração nacional.

Pois os milhões de brasileiros que vivem, amam e fazem o Nordeste, pensam Brasil.

Para ajudar neste esforço, o BNB conta com o apoio das lideranças políticas e empresariais, do Governo e do povo do Nordeste.

E faz da promoção do

progresso do Nordeste a sua palavra de ordem, a sua bandeira.

Uma divisa que exalta o trabalho comum, aponta os caminhos do futuro e irmana todos os brasileiros.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

bnb BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

O Contemporâneo



Genival: um otimismo controvertido

SINDICALISMO

O otimismo de Genival vê situação sem problemas

Há 11 anos à frente do Sindicato dos Empregados do Comércio no Rio Grande do Norte, Genival Inocêncio da Penha tem orgulho de dizer-se plenamente identificado com os ideais da categoria: “Dentro de mim sinto a consciência do dever cumprido”, afirma e, fazendo um paralelo com as administrações anteriores, lembra que quando assumiu, em 1972, “do Sindicato só existia apenas um nome e pouco mais de 400 associados. Hoje eles são mais de 20 mil”.

Dentre as suas maiores realizações na condução do órgão classista, Genival enumera as seguintes: implantação da assistência médico-odontológica; ampliação do número de bolsas de estudo (“recebemos 60 bolsas e hoje elas são mais de 800”); realização de cursos de alfabetização em convênio com o SESC; assistência jurídica gratuita; construção de uma sede social à rua Vaz Gondim, com três pavimentos, quatro gabinetes dentários e três gabinetes médicos. Mas o projeto mais ambicioso ainda está para acontecer. Trata-se da construção de um conjunto habitacional totalizando 8.500 unidades habitacionais, cuja concretização está agora na de-



O comércio não dispensa, tudo bem?

pendência da liberação de recursos do Governo Federal. O projeto e o terreno já existem, garante Genival. Faltam apenas os recursos, os quais, “infelizmente, estão tardando devido à crise econômica do País”. Mas ele assegura que mais cedo ou mais tarde o projeto se tornará realidade,

“trazendo uma melhoria inestimável para a categoria”.

No campo salarial, Genival Inocêncio também tem vitórias significativas a enumerar, traduzidas em benefícios a mais para os empregados do comércio: índice de produtividade igual ao determinado pelo Governo, quinquênio, abono de caixa, feriado destinado ao comerciário, reajuste na base de 42.6 por cento, todos resultantes da convenção coletiva de abril passado. Segundo ele, esses benefícios foram fruto do bom relacionamento que o Sindicato mantém com a classe patronal, a qual elogia pelo alto grau de compreensão e receptividade às dificuldades dos seus empregados.

Na opinião de Genival Inocêncio, o patronato do Estado, e especialmente o natalense, tem atendido à maioria das solicitações feitas pelo Sindicato no sentido de evitar dispensas de pessoal, revelando inclusive que já conseguiu, em contatos diretos com empregadores, que algumas demissões fossem tornadas sem efeito.

ROTATIVIDADE — Contraditoriamente, porém, Genival admite que reina um alto índice de rotatividade de mão-de-obra no comércio natalense.

se. Para ele, isto se deve basicamente às altas taxas de juros praticadas pelos bancos, taxas estas que afetam de forma bastante acentuada a classe patronal. E destaca que caso essas altas taxas de juros baixassem, estaria resolvido o principal problema do comércio. Enfático, afirma: “O

câncer deste País se chama juros", e explica: "Os juros altos sufocam o comerciário, levando-o erradamente a optar pela dispensa, pois um dos custos mais altos do comércio é o da folha de pagamentos", assinalando que um salário de Cr\$ 100 mil, sai para o empregador por não menos de Cr\$ 160 mil, com o pagamento dos encargos sociais.

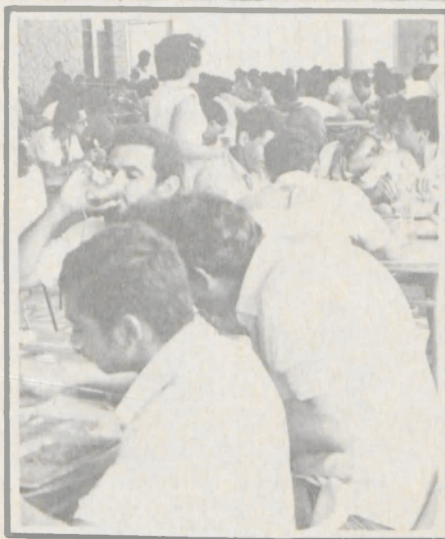
Outro motivo da rotatividade de mão-de-obra no comércio é, segundo o presidente do Sindicato dos Comerciários o caráter transitório do setor. Segundo diz, o comerciário não aspira à profissionalização, buscando um emprego temporário que pretende largar no futuro quando conseguir algo melhor, fato que ele deplora, pois a seu ver "a profissão do comércio é bela e de muita importância para a sociedade". Com esse raciocínio, Genival chega a afirmar que a rotatividade que aí se estabelece torna-se uma mera consequência, e pode ser vista como algo normal.

Mas se hoje já não há rotatividade, mas sim desemprego no comércio, segundo termina por admitir o Presidente do Sindicato dos Comerciários, isto se deve não a uma decisão unilateral dos empregadores. O verdadeiro fator reside na política salarial do Governo, através de decretos que estão achatando os salários dos trabalhadores e provocando uma queda no consumo. Consequência: o comércio vende menos e só tem uma alternativa, que é a redução de pessoal.

Mais objetivo, Genival assinala que refere-se especificamente aos dois últimos decretos salariais — o 2.024 (recentemente derrotado pelo Congresso Nacional) e o 2.045 (que nivela os reajustes salariais de todas as categorias a apenas 80 por cento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC). Para ele, ambos os decretos são prejudiciais à classe e afirma que através da Federação Nacional do Comércio está sendo em-



No restaurante do Sesc...



... comerciário teme crise

preendida uma luta no sentido de fazer voltar a lei de número 6.708, que concede reajustes maiores para os salários mais baixos e vice-versa.

DISPENSAS — Insistindo numa revisão urgente da política salarial, em particular, e da econômica, a nível geral, Genival observa que os resultados dessas políticas se traduzem em índices alarmantes de dispensa no comércio natalense. Só no primeiro semestre deste ano cerca de 1.200 comerciários perderam seus empregos, diz, sem falar nas rescisões que são feitas diretamente pela firma (no caso dos empregados que têm menos de 1 ano de atividade), e ainda nas

rescisões mediadas pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Quanto a irregularidades praticadas pelos empregadores, Genival prefere dizer que elas são insignificantes, "pois existe um ótimo nível de entendimento entre patrões e empregadores, acrescentando ainda que os empregadores estão relutando em demitir. "Eles cooperam na medida do possível", observa, dizendo porém que "aspiramos bons salários, mas sentimos carência de empregos no Estado e até certo ponto nos conformamos com o salário que temos na atualidade".

Genival reconhece também que em termos de reivindicações salariais, 1983 está sendo um ano pobre, mas emenda: "Em 84 faremos reivindicações dessa natureza".

E embora esteja na presidência do Sindicato dos Comerciários há mais de dez anos, Genival Inocêncio não pensa em afastar-se: "Temos metas ainda a realizar pelo Sindicato", dentre as quais aponta a concretização do plano habitacional, um projeto de criação de creches e uma colônia de férias, com vistas a melhorar o nível de bem-estar dos associados e dos seus dependentes". □



VENCEDOR

é café puro

Colorau Coração de Ouro Creme de Milho PL

Rua dos Paianazes, 1490 — Tels.: 223-4400/4401 — Alecrim — Natal-RN.

CDI LANÇA PROPOSTA PARA RECUPERAR INDÚSTRIAS

Consciente que a atual escassez de recursos aconselha investimento de pequeno vulto, cujo retorno econômico e efeitos sociais se façam sentir a curto prazo, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte — CDI, está levando uma mensagem, ou melhor, uma proposta, especialmente às micro, pequenas e médias empresas potiguares, no sentido delas fortalecerem a qualidade de seus produtos, aumentando, por conseguinte, seu poder de competitividade. "O que é feito aqui é bom. Então vamos comprar aqui", é este o sentido da proposta da CDI.

Capacitar tecnicamente às empresas do Rio Grande do Norte para poderem competir — e ganhar — na concorrência, atendendo, primeiramente, o mercado oficial, como também suprindo a iniciativa privada dos mais variados produtos, que vão desde os fabricados de madeira, até mesmo o couro, foi a maneira mais eficaz que a CDI viu, nessas horas difíceis, para apoiar a atividade industrial do Estado, especificamente às micro, pequenas e médias empresas. Consumir o que é feito aqui, conforme conclusão da Companhia de Desenvolvimento, é uma forma de recuperar muitas de nossas indústrias. Mas, para tanto, é necessário que elas se capacitem, aprimorando a qualidade dos seus produtos.

A QUALIDADE DO PRODUTO — Não é segredo para nenhum comerciante dizer que "o que é bom não tem preço". E, principalmente, quando o cliente dispõe do crédito. Com base neste fato a Companhia de Desenvolvimento Industrial envereda numa agressiva campanha perante às unidades industriais produtivas, no sentido delas se capacitarem tecnicamente. É consolidar o parque industrial existente, visando não só o desenvolvimento harmônico, como



Sapatos: aprimorar qualidade

também o aumento do seu poder de competitividade.

Assistir tecnicamente às unidades industriais potiguares, concedendo-lhes incentivos, consubstanciados em linhas de financiamento, através do BDRN e BANDERN, além da desburocratização da política fiscal, faz parte da estratégia da CDI, assim afirmou seu Diretor, Miguel Segundo.

DESDE A MATÉRIA-PRIMA — A campanha de estímulo ao consumo de produtos pelo mercado local lançada pela CDI, engloba desde a matéria-prima. O Rio Grande do Norte produz sal, calcário, algodão, couro, resíduos industriais. Então, por que não vamos começar aproveitando a nossa matéria-prima? A utilização de matérias-primas e insumos locais pelas indústrias é uma forma de promover os recursos naturais, elevar o número de emprego e aumentar a participação da região no PIB.

De acordo com levantamento feito pela CDI, o aproveitamento da matéria-prima local, de forma mais expressiva, significaria dizer fabricarmos, a preços mais baixos, produtos químicos, cal, tintas, óleos, calçados e até mesmo sabão.

FACILITA CONDIÇÕES —

Quem entrar em qualquer Secretaria de Estado do Rio Grande do Norte, ou mesmo em qualquer órgão público, facilmente observará que da mobília existente nessas repartições, nada é fabricado aqui. Tudo vem de fora. Então, afirma Miguel Segundo "se as indústrias do ramo fortalecem a qualidade dos seus produtos, naturalmente terão mais facilidade no processo de licitação do Estado. Este exemplo aplica-se aos mais diversos produtos industrializados feitos aqui.

Na hora em que as indústrias do RN se capacitarem tecnicamente melhor, o mercado interno consumirá, sem qualquer dúvida, seus produtos, a começar pela própria estrutura do Estado. Depois vem o crédito da iniciativa privada.

UM LEVANTAMENTO — O que você faz, a quem vende, foi a tônica de um levantamento recentemente realizado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial, envolvendo confeccionistas e lojistas. Todos foram unânimes afirmando que as indústrias capacitando-se tecnicamente terão escoamento garantido.

E o primeiro passo foi dado no sentido de aprimorar a qualidade de produtos, inclusive diversificando-os. Foi criado o Clube da Moda. Com a iniciativa, as indústrias de confecções do Estado se conscientizam que produtos de qualidade não encaixam nas prateleiras. O segredo é trabalhar bem o produto, diversificando-o, pois, só assim aumenta o poder de competitividade. É mercado certo.

BANCÁRIOS

Rodízio na função causa inquietações

Sem garantias mínimas de trabalho, o bancário é hoje, no Rio Grande do Norte, um trabalhador que pouco ou nada usufrui dos benefícios que o setor desfruta na atual conjuntura econômica, quando os bancos despontam como uma ilha de tranquilidade, altos lucros proporcionados pelas elevadas taxas de juros do mercado e investimentos com retorno garantido.

— O bancário é um trabalhador altamente vulnerável, até mesmo ao mal-humor do empregador. A expressão é de Horácio Paiva, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado. Causa básica: maior lucratividade, ou seja, os bancos demitem aqueles funcionários mais antigos, cujos salários são acrescidos de gratificações, anuênios etc, e colocam em seu lugar funcionários em início de carreira. Com isto, reduzem sensivelmente os gastos com pessoal e aumentam, em consequência, seus lucros. Quando questionados, porém, os banqueiros preferem alegar razões superiores, como racionalização de custos, nova política de pessoal, etc, sempre determinadas pelas matrizes que, devido a se encontrarem invariavelmente no Centro-Sul, tornam-se inacessíveis.

DIFERENÇAS — De acordo com Horácio Paiva, existem duas espécies de bancários no Rio Grande do Norte. A primeira, composto pelos que trabalham em bancos oficiais: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bandern, etc. A outra, congrega aqueles lotados na rede particular de bancos, por sinal, a maioria. A primeira categoria é amparada por uma legislação nitidamente favorável ao empregado, destacando-se aí oportunidades diversas de ascensão profissional, além de bons salários e, o que é mais importante, garantia de estabilidade no trabalho. Nesses bancos é praticamente inexistente a ocorrência de demissões, tirante um outro caso excepcional, o que, todavia, não invalida a regra.



Quem tem
Caderneta de Poupança
ganha tudo isto:

Bancários: incertezas

Já na rede privada, o quadro que se apresenta é totalmente diverso. Obstáculos à ascensão funcional decorrentes de uma política de pessoal defasada com a realidade da rede oficial; salários não condizentes com as reais necessidades dos empregados; exploração da mão-de-obra mediante excesso de horas sem compensações financeiras, elementos que no fim de-



Horácio: luta

terminam grande rotatividade de mão-de-obra no setor, fenômeno este, entretanto, que não pode ser debitado à chamada «crise econômica» nacional, visto que, ao contrário da indústria e do comércio, o setor bancário é um dos poucos que atravessa fase de notável expansão e que lucra, na realidade, com a chamada **crise**. E se algo pode ser tachado de crítico, isto é justamente a condição do ban-

cário, haja vista que, temendo perder seu emprego, ele prefere subjugar-se aos caprichos dos empregadores, não reclamando e passando ao largo das infrações trabalhistas que não raro ocorrem no âmbito de suas repartições. Ou, como diz Horácio Paiva, «a falta de estabilidade e de profissionalização (o bancário da rede privada, sobretudo nos pequenos e médios bancos, raramente chega a se «profissionalizar») leva a dificuldades na organização do trabalho bancário». E observa ainda que: — nesse clima de recessão e de desemprego, os bancários sentem-se receosos em participar das atividades da classe”.

PROBLEMAS — Indagado sobre a atuação do Sindicato com respeito a tais problemas, Horácio observa que o órgão classista só pode agir diante de denúncias concretas, escritas e identificadas, o que pouco ocorre devido ao temor de represálias por parte dos patrões. Admite, porém, que em muitas repartições bancárias da rede particular essas denúncias são comentadas a boca pequena, o que traduz manifesta insatisfação de alguns bancários com relação ao tratamento que recebem dos seus empregadores.

Horácio destaca ainda que o Sindicato vem procurando dialogar com aqueles empregadores mais recalcitrantes, acrescentando que se há alguns anos atrás o clima de diálogo e negociação entre as partes era ruim, isso mudou substancialmente de uns anos para cá, sem todavia ter-se dis-

sipado "os antagonismos de interesses com algumas direções de bancos". Lembra também que a partir de 1981 os banqueiros organizaram uma comissão nacional de negociação, o que provocou a abertura de um novo canal de diálogo com vistas a questões pertinentes a políticas salariais. Mas, reitera, nem isto eliminou os antagonismos entre as classes, face às divergências de interesse.

Apesar de tudo, Horácio Paiva não descarta a ocorrência de progressos sensíveis no setor: — A estabilidade é melhor do que em outros setores, principalmente na rede de bancos federais. Nos bancos particulares, porém, há setores que apresentam grande instabilidade, em função, principalmente, de políticas dirigidas pelas matrizes do Sul.

SOLUÇÃO — Para Horácio Paiva, só existe uma maneira do setor ban-

cário voltar a oferecer melhores condições a seus empregados. É através do fortalecimento da organização sindical da categoria, e esta é, segundo ele diz, o grande objetivo diretivo do órgão.

Para tanto, já foram tomadas algumas medidas, como a criação de seminários de planejamento sindical (abril passado); comissões voltadas diretamente para a definição dos direitos dos empregados, além de comissões culturais (grupos de teatro, cinema e esportes), todas com o propósito de atrair os seus mais de dois mil associados.

Só a partir de um melhor nível de organização da categoria, reitera, serão finalmente solucionados os problemas diversos que afetam muitos dos bancários norte-riograndenses, e serão eliminadas gradualmente as desigualdades reinantes entre os bancos federais e os privados. □

de de se procurar o consumidor esteja onde estiver. Disse também que essas promoções já iniciadas e outras que, porventura, virão, são necessárias para que se tenha um mercado com algum retorno.

Carlos Humberto Porto confirmou que não só as concessionárias estão indo a Feira do Carro realizada na Prudente de Moraes e que os revendedores de carros usados já ficam no estacionamento ao lado na tentativa de também venderem seus carros. O Diretor Administrativo da Savel confirmou que mesmo que a Feira se proponha primeiro às concessionárias, não impede que os outros revendedores participem dela, mesmo que não seja de uma maneira oficial como as vendas autorizadas:

— Isso é uma coisa natural que tem de ocorrer. Você sabe que nos Estados Unidos também estão se movimentando para vender aos domingos e feriados. O marketing atualmente tem evoluído de uma maneira maior, em torno de uma maior movimentação em cima do consumidor. Essas idéias, por si, virão por gravidade. É normal que o domingo seja o comércio aberto em quase todos os setores.

Confirmou em seguida que, no momento, não existe qualquer proposição para se vender peças na Feira do Carro e que acha não ser algo que dê certo porque deslocar um setor de peças, um estoque muito grande, seria completamente inviável. No entanto, não descartou a possibilidade de, no futuro, se montar no local alguns pequenos serviços como, por exemplo, uma regulação de motor:

— Mas a peça em si eu acho inviável até mesmo pelo espaço.

SERVIÇOS — A Savel foi a primeira concessionária, nestes últimos anos, a colocar um «socorro» à disposição dos proprietários de veículos da marca Fiat. "O socorro vai onde você estiver, basta apenas telefonar". É um carro que tem todos os equipamentos necessários para um serviço rápido na rua.

Por outro lado, Carlos Porto lançou uma nova idéia e para isso está tentando junto as outras concessionárias o apoio para a campanha que deverá se desenvolver dentro de alguns meses.

Essa campanha seria em cooperativa com todas as concessionárias para tentar trazer de volta o consumidor às oficinas das concessionárias. Disse também que é fato notório uma evasão por parte do consumidor das ofi-



É difícil vender

VEÍCULOS

Mercado continua ruim, mas boa idéia pode melhorá-lo

O Diretor Administrativo da Savel, Carlos Humberto Porto, disse que o mercado de automóveis, principalmente em relação à firma que dirige, está passando por uma fase de recessão e, como todos sabem, ela faz parte da conjuntura atual do Brasil. Afirmou que, através de idéias e publicidades, pode ser superada. Confirmou que a concessionária está

implantando novos segmentos para que o consumidor tenha mais alternativas de compra. Citou como uma dessas novas alternativas a "Feira do Carro" e que vem trazendo bons frutos para os concessionários. "Estes eventos são para ligar o consumidor à concessionária, numa época difícil e você sabe que a escassez se torna maior". Então, vem daí a necessida-

cinas autorizadas para "as que nós chamamos de beira de calçada":

— Nós estamos pensando em fazer uma campanha justamente no sentido de alertar a esse consumidor o que a concessionária oferece a mais que os outros.

Citou em seguida como primeira alternativa de melhoramento e de oferecimento de uma oficina autorizada a segurança do veículo; a garantia das peças; a valorização do próprio carro porque "ele hoje é um patrimônio e se colocando-o numa oficina autorizada a tendência é valorizá-lo cada vez mais":

— O seu carro será sempre melhor tratado numa oficina autorizada que numa não autorizada. Então, essa é uma das coisas que nós estamos propondo para tentar a volta do consumidor de carro às concessionárias.

Disse que é interessante também que o concessionário não vise só a lucratividade da oficina mas sim manter sempre o fluxo de pessoas na loja. "Só a oficina consegue que a concessionária tenha movimento":

— É interessante para o concessionário manter a oficina cheia porque assim ele terá sempre contato mais direto com o consumidor para trocar o carro, trocar idéias, para ver o lançamento que está acontecendo; ver acessórios. É interessante que as concessionárias se conscientizem que mantenham a oficina sempre cheia. Não só pela lucratividade, mas pelo aspecto do fluxo de pessoas que ele consegue ter dentro da concessionária sem gastar nenhum dinheiro a mais.

DESERTA — Complementou afirmando que a "oficina seca" deixa a concessionária praticamente deserta e isso é ruim até mesmo para o departamento de venda e principalmente para esse departamento porque ele terá que tentar trazer o consumidor só para tratar da compra e venda e não consegue ter um papo meramente informal como quando ele vem a oficina e nessa conversa informal através da visita espontânea a concessionária poderá sair um novo negócio como a venda de um carro ou mesmo acessórios e peças.

Para Carlos Porto a evasão dos proprietários de veículos das oficinas autorizadas se deve primeiro porque se criou uma imagem de que na concessionária "tudo é mais caro" e ele explica dizendo que na realidade isso não é verdade porque o serviço é de maior qualidade "agora, acontece

que você indo numa oficina não autorizada você sempre faz uma arrumação" e por essa razão, continua, eles cobram mais barato e quem se prejudica é o consumidor porque além do carro se desvalorizar ele também perde boa parte de sua segurança:

— Mesmo que seja um pouquinho mais caro você tem uma valorização do seu carro e a segurança sua e dele. Quando eu falo em qualidade é bom lembrar que nas oficinas autorizadas os mecânicos são treinados nas fábricas e possuem equipamentos que só as concessionárias, como é o caso da Fiat, possuem. Ora, se determinada peça a gente tira com uma ferramenta apropriada nas oficinas não autorizadas e que não possuem essas ferramentas tira batendo com um martelo, podendo até mesmo estragar outros componentes do carro.



Carro, mercadoria difícil

Carlos Porto entende que o proprietário de carro que leva seu veículo a uma oficina não autorizada está correndo muito risco até mesmo o fato do serviço não ser perfeito. Outro fator que pode ter feito com que o consumidor afaste-se da oficina autorizada é o de que também se criou uma imagem de que "tudo o que acontece de ruim no veículo vem por conta da oficina autorizada". Mas o Diretor Administrativo da Savel disse que, em sua maioria, esses casos acontecem porque as pessoas colocam seus veículos em oficinas não autorizadas e depois, quando não há mais o que fazer, levam o carro para a autorizada tentar consertar aquilo que os outros quebraram. Por essa razão, ele afirma que existe sempre uma

prevenção do consumidor para com a concessionária:

— Essa publicidade que nós estamos tentando fazer em cooperativa com as demais concessionárias e justamente para tentar mudar a imagem da oficina da concessionária.

RECESSÃO — Carlos Humberto Porto considera uma pena mercado que trazia bons frutos para os concessionários tenha entrado numa grande recessão. Mas para ele a gravidade maior provocada pela recessão é a fonte de emprego que está desaparecendo em virtude da situação econômica do País, não só na indústria automobilística do Brasil como também nas concessionárias:

— Há no Brasil atualmente um desinteresse total por parte das pessoas que dirigem o País pelas unidades

produtivas, citando, evidentemente, a indústria e o comércio. É lamentável que não haja um incentivo maior em cima dessas unidades produtivas.

Para o Diretor da Savel, é necessário uma mudança geral na política, não só administrativa do Governo, se "quisermos alcançar um lugar ao sol" não só para as concessionárias, como também para a indústria automobilística, como para o comércio em geral. Salientou que com essa recessão, obviamente, as concessionárias têm passado os piores dias de sua existência e o fato vai se agravando a cada dia que passa:

— E, com isso, está se agravando o problema maior que a lucratividade que é o social: o desemprego. Por que se você não tem lucro na sua empre-

sa, você tem de diminuir os custos. E como se diminui os custos? Colocando gente para fora.

Por essa razão, Carlos Porto acha que a política do Governo tem que mudar com a maior brevidade, incentivando o comércio e a indústria porque aí é que estão os meios para gerar impostos e empregos. No entanto, ele confirmou também que o que se "vê hoje no Brasil é a valorização do capital através dos juros altíssimos" nas aplicações do «open e over», uma política econômica a curtíssimo prazo sem pensar no "comércio e na indústria porque um país só pode sair de uma recessão aumentando sua produção interna":

— Não está se pensando no momento nisso. Por essa razão eu não vejo com bons olhos o futuro. Chegou ao ponto de se dizer aqui que o amanhã será pior que o hoje. Para nós não há saída, a não ser que haja uma reviravolta na política econômica do Governo.

Carlos Porto considerou a valorização do capital como sendo uma «política preguiçosa» porque se tem menos trabalho para se obter maiores rendimentos. Citou também que alguns comerciantes, mesmo vendendo bem, estão diminuindo os seus estoques e conseqüentemente barateando os seus custos e diminuindo sua folha de pessoal, aplicando essa diferença de estoque no mercado de capitais:

— Essa política fatalmente acabará com as unidades produtivas do País e cada dia exterminando essas

unidades produtivas a recessão será pior. Os países desenvolvidos galgaram essa posição porque eles incentivaram suas produções, isso é o certo. Esse incentivo deve vir até para que se tenha o excedente e a partir daí comece a exportação.

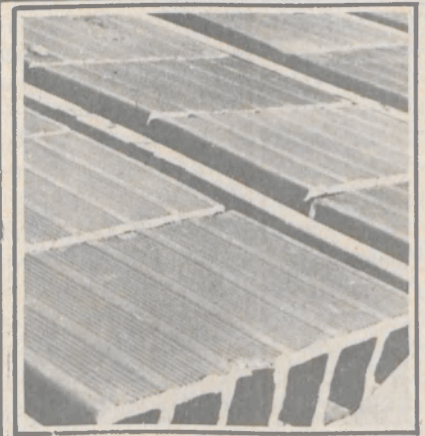
EXPORTAÇÃO — Para ele, essa exportação dará condições a que nossa moeda seja valorizada e a partir daí comece uma saída da recessão. Comentou ainda que através dessa política econômica de valorização sempre do capital que não incentiva o comércio e indústria e a outras unidades produtivas, no caso da construção civil que está se agravando sem ter nem como pagar sua folha, "isso vai gerar conflitos sociais imensos".

Finalizando, Carlos Porto disse que o Brasil é um País de riquezas imensas em termos de mineração, território fértil "é um País que tem tudo para sair dessa recessão", mas falta cabeça.

O problema do Nordeste, continua, é de fácil solução, "agora falta quem planeje" e não faça política paliativa de última hora "como é o caso da Emergência e que não traz frutos" pelo contrário, até muda o comportamento de um povo:

— Porque a Emergência está centralizando de mais o dinheiro na mão de uma pessoa e deixa o homem emergenciado sempre esperando que todo ano ele seja empregado por ela. Está desviando até o seu objetivo de trabalho. O Nordeste precisa o quê? Que se irrigue a terra. □

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



**É MELHOR
PROTEGER OS
OLHOS...
...DO QUE
SUBSTITUI-LO**

Use óculos
de segurança



Representante para o
Rio Grande do Norte:

Todos esses equipamentos aprovados pela ABNT, Min. Trab. e Capitania dos Portos
Rua Sampaio Correia, 4000 — Bom Pastor - tela.: 223-2400-3557 — Natal-RN

OPÉL MÁXIMO EM PROTEÇÃO



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

A missão do leigo

PE. PIO HENSGENS

A raiz mais profunda e o significado da missão do leigo encontra-se em seu ser mais profundo, que o Concílio Vaticano II sublinhou em alguns documentos.

O Batismo e a Confirmação incorporam o cristão a Cristo e o tornam membro da Igreja. O cristão participa, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo e exerce-a na condição que lhe é própria. A fidelidade e coerência com as riquezas e exigências do seu ser lhe conferem a identidade de homem de Igreja no coração do mundo e do homem do mundo no coração da Igreja. (Puebla 786) De fato, o cristão se situa por vocação na Igreja e no mundo. Membro da Igreja, fiel a Cristo, acha-se comprometido na construção do Reino em sua dimensão temporal.

É no mundo que o cristão encontra seu campo específico de ação. Pelo testemunho de sua vida, por sua palavra oportuna e sua ação concreta, ele tem a responsabilidade de ordenar as realidades temporais para as pôr à serviço de instauração do Reino de Deus.

No vasto e complexo campo das realidades temporais, algumas exigem especial atenção dos cristãos: a família, a educação, as comunicações sociais e de modo especial a atividade política que abarca um vasto campo, desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis. (P. 790)

O que visa a ação do cristão? Em todos os casos o cristão deverá buscar e promover o bem comum. Entende-se "bem-comum" no sentido que lhe dá a doutrina social cristã: o conjunto de condições materiais e espirituais, de que o homem necessita para se realizar como homem, isto é, alguém criado à semelhança e imagem de Deus. Dentro da sociedade humana o cristão é aquele que busca e promove a defesa da dignidade do homem e dos seus direitos analienáveis; a proteção dos mais fracos e necessitados; a construção da paz, liberdade e justiça e afinal a criação de estruturas mais justas e fraternas. (P. 792)

O cristão de hoje precisa duma sólida formação. À medida que cresce a participação dos cristãos na vida da Igreja e da missão desta no mundo, torna-se também mais urgente a necessidade de uma sólida formação humana e geral, formação doutrinal, social e apostólica (P. 794) Os cristãos têm direito de a receber primordialmente em seus próprios movimentos (Por ex. Cursilho, Casais com Cristo etc), mas também em institutos adequados (ITEPAN) e no contato com seus pastores. Eles também dão sua contribuição pela experiência da vida, pela competência profissional, científica e trabalhista. (Gaudium et Spes).

O cristão deve haver uma espiritualidade, uma mística (o porquê de seu agir, por. ex. os comunistas têm aquilo de modo excelente) As dimensões essen-

ciais entre outras, são as seguintes. O cristão não deve fugir às realidades temporais para buscar a Deus e assim perseverar, presente e ativo, no meio delas e ali encontrar o Senhor. Ele deve infundir nesta presença e atividade uma inspiração de fé e um sentido de caridade cristã e assim à luz da fé descobrir nesta realidade a presença do Senhor. Em maio à sua missão, não raro geradora de conflitos e cheia de tensões para sua fé, deve buscar renovar a sua identidade cristã no contato com a Palavra de Deus, na intimidade com o Senhor e na oração.

Tal espiritualidade deverá ser capaz de dar à Igreja e ao mundo "cristãos com vocação para a santidade, sólidos na fé, seguros na doutrina proposta pelo magistério autêntico (Encíclica da Igreja e documentos da CNBB) firmes e ativos na Igreja, fundados numa densa vida espiritual. Perseverantes no testemunho e ação evangélica, coerentes e denodados em seus compromissos temporais, constantes promotores da paz e de justiça contra toda violência e opressão, penetrantes no discernimento crítico das situações e ideologias à luz dos ensinamentos sociais da Igreja, confiados na esperança no Senhor.

Vejamos por exemplo a miséria. Puebla constata que a nossa realidade sócio-econômico-religiosa é "miserável". Puebla a descreve como "o mais devastador e humilhante flagelo que é a situação de desumana pobreza em que vivem milhões de pessoas, vítimas de salários de fome, de desemprego, de subemprego, da desnutrição, da mortalidade infantil, da falta de moradia digna, dos problemas de saúde, de instabilidade de trabalho, migrações forçadas, analfabetismo, enfermidades crônicas, dependência cultural etc (P. 26-29) Pobreza e miséria que não é uma etapa casual, mas produto de determinadas situações e estruturas econômicas e sociais. Pobreza que é permanente violação da dignidade da pessoa humana (P. 300)

Como um cristão age? Ele faz uma percepção da miséria da realidade. A realidade miserável revela duas faces: a das angústias por causa da fome, enfermidade, analfabetismo, injustiça (p. 26), e a esperança que clama por libertação, participação, comunhão (24) Constata-se uma divisão profunda entre ricos e pobres — opressores e oprimidos — que é tanto mais escandalosa porque uns e outros professam a mesma fé.

A primeira reação de quem se orienta pela fé cristã é de protesto: Isso não pode ser. À luz da fé, vemos a distância entre ricos e pobres como um escândalo e uma contradição com o ser cristão. O luxo de uma minoria constitui um insulto à miséria das grandes massas. Esta situação é contrária ao plano do Criador e à honra a Ele devida" (P. 28)



O comércio vem atravessando crise de todo tipo

COMÉRCIO

Está difícil vender. E, pior, receber

O índice inflacionário a cada mês aumenta mais, empresas fecham, deixando milhares de pessoas desempregadas, além da seca, que persiste há mais de cinco anos, também deixando milhares de pessoas na mais absoluta miséria. Diante desse quadro, o consumo diminui e, como é natural, o comércio enfrenta sérias dificuldades, com menor índice de venda e menos dinheiro na caixa. Segundo dados fornecidos pelo presidente do CDL (Clube de Diretores Lojistas), Antônio Gentil, em termos comparativos de junho de 82 a junho de 83, a queda na venda foi de 4,5, de julho a julho, esse índice subiu para 6,3 e em agosto (82/83), a queda foi de 10,3.

Isso aconteceu, acredita Antônio Gentil, devido à defasagem do reajuste salarial do Governo, que em maio concedeu 40% de aumento, com uma outra parcela de 30% previsto para novembro próximo. Mas o presidente do CDL acha também que em outubro esse nível seja equilibrado, já em função do reajuste que virá em novembro.

Criticando a política adotada pelo Governo, que centraliza as decisões econômicas, Antônio Gentil diz que é possível que a partir de janeiro o índice de vendagem percorra o mesmo caminho, ou seja, sofra uma queda considerável. No momento, adiantou ele, os bens de menor valor, do chamado ramo mole, estão vendendo bem mais do que os bens do ramo duro, sejam móveis ou eletrodomésticos: "Se bem que os bens do ramo mole também já começam a sentir a política do Governo Federal".

ESTÍMULO — Diante da situação difícil que enfrenta o comércio — a retração pode ser observada até a olho nu, na movimentação diária no comércio local — o CDL está tentando chamar a atenção dos consumidores através de publicidade, estimu-

lando a compra. Recentemente a TV Globo tentou vetar um filme, alegando agressão à poupança.

A publicidade do filme diz que, com poupança o comércio não vende, a indústria não produz e o Governo não arrecada impostos. Todos perdem, enquanto que, com as compras no comércio, todos ganham, principalmente empregos. Antônio Gentil acredita, realmente, que comprar é uma maneira de economizar, porque os custos "sobem na frente da poupança".

Além da propaganda, que na sua opinião cria um clima para a compra, Antônio Gentil informou que o CDL está elaborando um documento em que se pede ao Governo do Estado incremento nas linhas de crédito, parcelamento do ICM do faturamento do mês de dezembro. O Clube quer que



Vender e, depois, receber: problemas

o comércio pague o ICM nos seguintes prazos: 30 de janeiro, 28 de fevereiro e 30 de março. Este documento, adiantou Antônio Gentil, deverá ser entregue em outubro próximo, sob a alegação de que tais medidas minimizarão os problemas enfrentados pelo comércio.

DIFÍCIL RECEBER — Se vender está sendo difícil, imagine receber. De acordo com dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), órgão vinculado ao CDL, em agosto a recuperação de crédito diminuiu 24 por cento, enquanto que as negatificações (encaminhamento de ficha do comércio para o SPC) cresceram 57 por cento de agosto de 82 para agosto de 83, “o que significa uma queda no poder aquisitivo da população”, observou Gentil.

O fechamento do crédito (fichamento no SPC), o cliente deixa de comprar e assim o SPC poderia soar como uma faca de dois gumes para o comércio. Mas segundo Antônio Gentil, o SPC apenas protege o consumidor honesto, é tanto que para se fichar um cliente, são utilizados alguns códigos e motivo de doença, desemprego ou viagem são atenuantes para evitar o envio da ficha ao SPC. O desemprego é uma das maiores causas da indimplência, frisou.

Outro mecanismo utilizado é a ficha de passagem, que informa sobre o endividamento do cliente na praça, dando uma certa proteção ao vendedor. Essa ficha, disse ele, informa sobre salário do indivíduo e em quantas lojas ele mantém compromisso e, dependendo do valor de endividamento, a compra a prazo pode ser vetada ou não. Para Gentil, é também um alerta contra os caloteiros, que muitas vezes fazem dívida em várias lojas ao mesmo tempo.

“Na verdade o SPC protege os bons clientes”.

O deficit de venda, acompanhado do deficit de recebimento é uma realidade, concorda Antônio Gentil que, diante da situação do País, acha que Natal ainda mantém uma posição privilegiada, “uma posição diferente”, devido à faixa de emprego público, à presença de militares “e tem também a eficácia do SPC, porque ninguém quer ser fichado”.

Apesar do decreto 2.045, que contribui para o achatamento dos salários, e do desemprego, conclui Antônio Gentil, “temos ainda uma faixa de emprego muito boa e isso ajuda a liquidez de Natal”.



Ambiente terá defesa

AMBIENTE

Afinal um órgão para atuar em defesa do meio-ambiente

Embora instalado ainda no Governo passado e seguindo orientação de sua legislação, só agora o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Meio-Ambiente teve ampliado o número de seus membros e definida a criação de uma Coordenadoria do Meio-Ambiente (CMA) que, dentre outras, tem a função de coordenar a política e atividades de ciência, tecnologia e meio-ambiente em desenvolvimento no Estado, além de assessorar o Conselho.

O Conselho de Ciência e Tecnologia, segundo seu presidente, Manuel Pereira, também Secretário de Planejamento, já vinha exercendo suas atividades desde a sua criação, porém a ampliação de seus membros dará maior ênfase aos trabalhos. Os membros natos do Conselho são representados pelos Secretários de Agricultura, da Indústria e Comércio, Saúde Pública, Educação e Cultura, Transportes e Obras Públicas e Planejamento (presidente), além de representantes do CNPq, UFRN, ESAM-Mossoró, Assembléia Legislativa, Federação da Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte e Secretaria Especial do Meio-Ambiente, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, como também a Secretária Executiva, Délia Fernandes, indicada para coordenadora do CMA.

A posse desses membros ocorreu no dia 22 de setembro, oportunidade em que foi apresentado um Plano Estadual de Ciência e Tecnologia e

Meio-Ambiente para o Rio Grande do Norte, preparado pela Secretaria Estadual de Planejamento.

Segundo o Secretário Manuel Pereira, a proposta procura definir o que é para o Estado a preocupação com as áreas de meio-ambiente e de pesquisas no âmbito da ciência e tecnologia. O Plano se propõe ainda a sistematizar as diversas ações em curso ou previstas para as áreas de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente; definir instrumentos de coordenação dos diversos órgãos que atuam nessas áreas e estabelecer um programa de trabalho para o Conselho e a Coordenadoria, para o período 1983/1986.

ONDE ATUARÁ — Disse ainda Manuel Pereira que a Coordenadoria de Meio-Ambiente atuará na preservação e utilização racional dos recursos que integram o meio-ambiente, como na produção agropecuária, com o desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias voltadas para a melhoria de produção e produtividade nos setores vegetal, animal e florestal.

Ele destacou também as ações da CMA voltadas para o aproveitamento integral das potencialidades mineral e industrial do Estado e o desenvolvimento social, onde se busca o envolvimento dos serviços básicos de saúde, educação e trabalho, na busca de soluções alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população do Rio Grande do Norte.

NAP COORDENA SISTEMA ESTADUAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Norte — SIC, com a finalidade básica de coordenar as atividades de planejamento do Sistema Estadual de Indústria e Comércio criou o NAP — Núcleo de Articulação e Planejamento, órgão de natureza especial, que trabalha em consonância com o que estabelece o Sistema Nacional de Órgãos Governamentais da Indústria e Comércio — SISNIC. A iniciativa proporciona a integração entre as unidades vinculadas à SIC, evitando, assim, o desperdício de ações individualizadas, o que repercute negativamente. E, a nível técnico, o canal de articulação com o Ministério da Indústria e Comércio — MIC.

Hoje, em termos técnicos, nada chega ao Ministério da Indústria e Comércio, procedente do Rio Grande do Norte, sem passar pelo NAP. O NAP é um órgão técnico-funcional de planejamento, integrado à estrutura da SIC, que programa, coordena, acompanha e avalia todo e qualquer projeto do Sistema de Indústria e Comércio do Estado, sintetizando, desta forma, o pensamento e idéias geradas pelo Sistema.

PROMOVER A INTEGRAÇÃO — *Instituir, no âmbito da Secretaria de Indústria e Comércio, uma estrutura técnico-funcional capacitada a promover a integração dos órgãos do Sistema e das ações a serem implantadas, de modo a maximizar os esforços conjuntos, direcionados para o desenvolvimento do setor, foi este o objetivo da criação do Núcleo de Articulação e Planejamento — NAP.*

O aperfeiçoamento de um órgão de planejamento que executasse as funções de programação, coordenação, acompanhamento e avaliação, elimina quaisquer distorções no posicionamento da SIC, componente central do Siste-

ma Estadual de Indústria e Comércio — SEIC. A falta de integração entre SIC/Vinculadas resultava nos desperdícios de ações individualizadas, dificultando todas as fases do processo de decisão, desde a formulação das diretrizes e objetivos, até ao estágio da execução programática. O Sistema de Planejamento Integrado e Participativo eliminou as disfunções prevaletentes no Sistema Estadual de Indústria e Comércio, contribuindo, sobremaneira, para o seu melhor desempenho.

PONTE DE LIGAÇÃO — *Além de promover a integração do Sistema Estadual de Indústria e Comércio, evidentemente, através de contatos sistemáticos entre SIC e suas vinculadas, o NAP constituiu-se, por si só, em uma ponte de ligação com o Ministério da Indústria e Comércio — MIC. O titular da Pasta da Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, Jussier Santos, afirma que "hoje falamos a mesma linguagem. Com a criação do NAP, evitaram-se as distorções comumente observadas pela falta de integração, pela falta da comunhão de pensamento e idéias geradas pelo Sistema de Indústria e Comércio. E quando o projeto chega ao Ministério, por intermédio do NAP, já está tudo programado direitinho, segundo um acompanhamento e avaliação criteriosa do mencionado Núcleo de Articulação".*

Promover a integração dos órgãos ligados ao Sistema de Indústria e Comércio do Estado é o objetivo principal do NAP. O Núcleo de Articulação está, também, orientado para objetivos específicos. São eles:

1 — Desenvolver o planejamento como processo decisório e como método de ação destinado a adequar o funcionamento do Sistema Estadual de Indústria e Comér-

cio — SEIC;

2 — Fortalecer o relacionamento interno e externo entre os órgãos que direta ou indiretamente estão envolvidos com as ações setoriais, para a indústria, comércio e turismo, através da implementação de mecanismos de articulação eficazes;

3 — Gerar e difundir informações técnico-científicas, devendo estas serem o resultado da criação e implementação de mecanismos apropriados que possam garantir o fornecimento de informações úteis ao próprio planejamento, aos usuários dos serviços prestados pela Secretaria da Indústria e Comércio e seus órgãos vinculados, assim como, para atender às áreas de interesse comum do Ministério da Indústria e do Comércio e da Secretaria da Indústria e Comércio;

4 — Implementar um processo de modernização administrativa destinado a adequar a estrutura funcional do SEIC, aos objetivos de atuação dos órgãos.

Atuando como célula central do Sistema, ao NAP compete também coordenar a formulação e a proposição de política, diretrizes e programas, estando o mesmo subordinado diretamente à Coordenadoria Geral da Secretaria de Indústria e Comércio. O NAP é composto dos coordenadores técnicos da SIC e representantes de cada uma das Vinculadas do Sistema SEIC, todos com poder de opinião e decisão técnica no Núcleo. Jussier Santos, finalizando, diz: "A Portaria n.º 001-A/83, que criou o Núcleo de Articulação e Planejamento no seio desta Secretaria, em boa hora o fez. Além de nos dar a condição de pioneirismo no Estado, com a iniciativa, todo o complexo de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, hoje, sintetiza seus pensamentos e idéias".

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan "pensou em construir, pensou na Saci", já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa "na hora de construir, pensam na Saci". E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN



Previdência deficiente ajuda a previdência privada

PREVIDÊNCIA

Novas alternativas para a assistência médica

As dificuldades crônicas que se abatem sobre o sistema de assistência médica da Previdência Social no Brasil, de alguns anos para cá, forçaram o surgimento em todo o País de fórmulas alternativas por parte de grupos empresariais que buscaram, com essas iniciativas, capitalizar a crise do modelo oficial previdenciário, haja vista que a oferta de serviços da rede pública do INAMPS — Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social — não comporta, há muito, a demanda crescente da clientela formada por segurados e dependentes, notadamente expressiva nos capitais e grandes centros urbanos do País.

Aqui em Natal, esses modelos alternativos de prestação de serviços médicos assumiram duas formas básicas, distintas e pautadas em interesses opostos. No primeiro caso, tem-se as empresas prestadoras de serviços médicos, dentre as quais destaca-se a INTERMÉDICA, destinadas a cobrir faixas de público restrito a categorias profissionais específicas: empresas privadas, fábricas, sindicatos, etc. No segundo caso, têm-se as cooperativas médicas, que funcionam de modo análogo às em-

presas do ramo, isto é, mediante convênios de credenciamento junto ao INAMPS, mas com objetivos diferentes.

INICIATIVAS — Em ambos os casos, trata-se de iniciativas recentes com vistas a atender a crescente demanda de serviços médicos da população natalense, em decorrência, por outro lado, da retração da oferta de serviços básicos de saúde do INAMPS, e por outro, do interesse das empresas locadoras de disporem de profissionais médicos nos seus quadros, a fim de melhor controlar as condições sanitárias dentro da empresa, evitar deslocamentos desnecessários de pessoal até os postos do INAMPS, enfim, fazer medicina preventiva visando a otimização da produção. Mediante contratos com o INAMPS, esses dois sistemas privados assumem considerável parcela de ônus com assistência médica, que de outra forma caberia à própria Previdência Social, medida que concorre para reduzir de alguma maneira as tradicionais filas nos postos desse Instituto.

INTERMEDIACÃO — De acordo

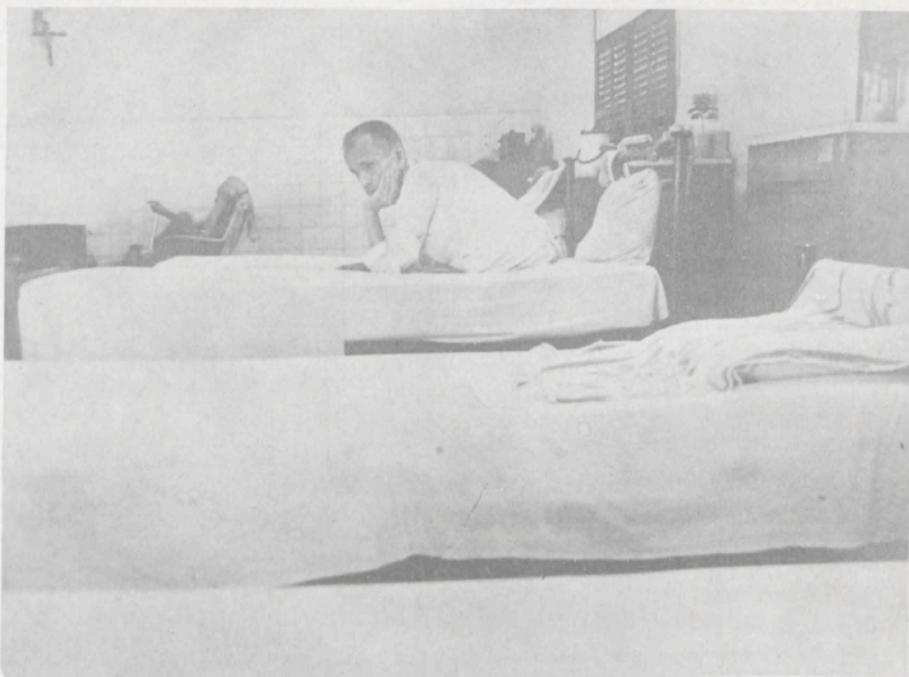
com o médico-psiquiatra Paulo de Medeiros Rocha, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, a proliferação dos anos 70 para cá de empresas prestadoras de serviços médicos, representa um acontecimento nefasto, do ponto de vista do profissional médico, e prejudicial, no que respeita aos seus beneficiários.

A principal crítica que ele faz a essas empresas é que elas funcionam com base num convênio tríplice: mediante convênios com o INAMPS, contratam mão-de-obra médica para colocá-la em empresas, auferindo grandes lucros com essa intermediação. Ao mesmo tempo em que exploram o trabalho do profissional médico, pagando-lhes baixos salários, essas empresas reduzem ao mínimo o número de exames e outros procedimentos necessários ao diagnóstico e ao tratamento "com o intuito de baratear custos e aumentar os lucros".

— A classe médica, afirma Paulo Rocha, é contra essa intermediação lucrativa e pretende coibí-la. Assinala que o Sindicato dos Médicos tem sido informado de irregularidades praticadas por essas empresas, acrescentando que essas denúncias serão apuradas em breve pelo setor jurídico do Sindicato para as providências cabíveis.

PRÁTICA LIBERAL — Quanto ao sistema cooperativado, cujo exemplo em Natal é representado pela UNIMED, Paulo Rocha o caracteriza como uma tentativa da classe médica fazer frente ao crescente assalariamento do profissional de saúde, no sentido de fortalecer a prática liberal da profissão. Nesse modelo, diz Paulo Rocha, o médico tem autonomia no seu trabalho, uma vez que dispensa a intermediação de terceiros. Quanto à questão salarial, lembra que a cooperativa mantém credenciamento junto ao INAMPS e recebe auxílio financeiro decorrente desse credenciamento que é dividido, de forma igualitária, entre os profissionais cooperativados.

Apesar de reconhecer deficiências no sistema cooperativista, e recear que esse sistema entre numa perspectiva de produtividade (como as empresas médicas), destaca que as cooperativas têm dado uma contribuição positiva na área de saúde em todo o País. A esse respeito, lembra o recente Congresso das UNIMEDs do Brasil, realizado em julho passado em nossa capital, quando foi firmado um importante documento, chamado



Médicos, o problema para o pobre

de Documento de Natal, cuja ênfase foi posta na luta contra a exploração do trabalho médico, luta esta que será empreendida em todos os Estados brasileiros a partir dos sindicatos e



O jeito é esperar

demaís órgãos representativos da categoria.

SAÍDA — Mas a principal reivindicação da classe médica hoje, segundo Paulo Rocha, refere-se à ampliação da capacidade de atendimento da rede pública de saúde, através de

novas contratações de profissionais médicos ("para evitar o pistolão"), com salários condignos e uma carreira profissional que assegure garantias a esses profissionais. Aí, em sua opinião, localiza-se a saída para a crise na assistência médica do País. A propósito disso, revela que o grande debate hoje em curso no País refere-se à reformulação da assistência médica previdenciária, através do CONASP — órgão da Previdência encarregado de reorientar a assistência médica, mediante duas vias: planejamento das ações de saúde e regionalização do atendimento.

Apesar de fazer restrições à política do CONASP — "ele visa muito mais baratear a assistência médica para o INAMPS, quando na verdade se deveria ter mais verbas para assistência médica aplicada nos serviços públicos e não nas áreas empresariais" — Paulo Rocha alimenta a esperança de que o convênio a ser firmado em breve entre o CONASP e a Secretaria de Saúde Pública com vistas a prestar assistência médica a toda a população do Estado, sem distinções — será um passo importante para o fortalecimento da assistência médica do setor público. Mas, assinala, "estamos apreensivos quanto à situação dos profissionais de saúde". "Não sabemos" — diz — "se vai haver concurso público para a contratação desses profissionais, como também ignoramos as compensações financeiras que decorrerão do aumento da carga de trabalho que será exigida dos médicos", finaliza. □

Morrer de sede em cima d'água — II

NEY LOPES DE SOUZA

Denning, Presidente da Corte de Apelação dos Estados Unidos, afirmou que nas sociedades humanas existem os que “encontram soluções para cada dificuldade” e outros que “encontram dificuldades para cada solução”.

O Nordeste clama soluções. Para isto, a imaginação e a criatividade colocam-se como únicas alternativas, levando ao debate amplo e sem prevenções.

Nessa discussão, ponho uma tese, que defendo há muitos anos: reforma estrutural na Constituição Brasileira, por via de emenda, implantando no Brasil o federalismo regional.

Esta, ao meu ver, a grande saída para o Nordeste e o fortalecimento do nosso Estado federal. O mais, é mero paliativo, demagogia, ou promessa mirabolante de véspera de eleição.

Quais as bases do federalismo regional que prego? Não é fácil responder sinteticamente. Mas, fundamentalmente, será a eliminação do centralismo econômico-político-legal, atualmente existente, em favor de normas legais diferenciadas, fazendo com que as regiões pobres — como o Nordeste — andem com os seus próprios pés e construam o futuro com as suas próprias mãos. Eliminar a esmola, a ajuda, o incentivo, a isenção, as frentes de emergência. Em lugar disto, revogar-se-ia o artigo 9.º I, da Constituição vigente, aditando parágrafo único, com a redação adiante sugerida:

“Parágrafo único — Lei Complementar disciplinará preferências em favor de Estados-Membros componentes de idêntica região geo-econômica”.

A partir da alteração constitucional ampla, com repercussões diretas no sistema tributário, ficaria o Estado brasileiro habilitado com sistema federativo realista, descentralizado, fazendo com que, efetivamente, os Estados-Membros e as suas naturais dissimilaridades integrem-se, gradativamente, em unidade social mais ampla e coesa.

O federalismo regional atinge o ponto mais sensível da ordem jurídico-política do Estado: a repartição de competências. A distribuição de atividades entre a União e os Estados-Membros há de ser variável, em razão do momento histórico e das condições típicas das regiões, pois Parry Clark, estudando o federalismo, já afirmava: “As fronteiras de divisão de competências não são imutáveis”.

A igualdade de todos os brasileiros, perante a lei (art. 153, I), não será ferida, pois as oportunidades iguais de crescer e desenvolver-se também acompanham o princípio constitucional. Como admitir-se, que o agricultor nordestino tenha a mesma carga tributária que o de regiões ricas, de maior soma de riqueza,

de know how desenvolvido, de níveis culturais mais elevados? Manter essa distância, a troco de «ajudas» nas horas de miséria, é um mal social tão nocivo, quanto os possíveis riscos de regionalizar o federalismo nacional.

A origem e evolução do federalismo comportou teses conflitantes ao longo dos tempos: a soberania do Estado-Membro (State rights, de Hamilton e Madison); a nulificação de Seydel, a doutrina histórico-social de Jellinek, os normativistas puros de Kelsen etc.

Não é, pois, absurdo, que o pensamento jurídico-constitucional acolha alterações substanciais na teoria federalista, dotando-a de instrumentos capazes de privilegiar, do ponto de vista econômico, fiscal, legislativo, certas regiões, como única forma de integrá-las no todo nacional.

De que adianta o FINOR, se a mentalidade do nosso agricultor não lhe permite, a curto prazo, implantar a empresa rural? E as linhas de crédito subsidiadas, se os tratos culturais e o emprego da mão-de-obra rudimentar mantêm os mesmos níveis de baixa produção?

No passado, a estrutura agrária e escravocrata dos Estados sulistas norte-americanos, comparada com a industrialização da Região Norte, determinou o movimento separatista. Igualmente, Seydel defendeu, no século XIX, a separação da Baviera, face o centralismo germânico imposto pela Prússia.

Atualmente, tais alternativas não encontram adeptos no espírito contemporâneo, inclusive porque a experiência histórica demonstra as marcas de sangue e sofrimento deixadas pelos movimentos separatistas no mundo. Porém, a imaginação criativa ajustará meios nos textos legais, que conceda aos Estados-Membros, encravados em regiões pobres, instrumentos de sair da miséria estática e aviltante. E o federalismo regional, implantado no Brasil, dará ao Nordeste a base legal indispensável, para que em seu solo, sem distinções de nativos ou conterrâneos, todos possam trabalhar e crescer, a base de diferenciações que não são privilégios, mas, ao contrário, formas eficientes de colocar em posição de igualdade brasileiros e regiões, vivendo dentro de pseudofederação, que abriga, na verdade, dois brasís.

O Autor é Senador-Suplente (PDS-RN), além de Professor Adjunto (Direito Constitucional e Direito Econômico) e Advogado militante, com escritório à rua Mipibú, 350 — Natal, RN.



Professores: sempre em luta

EDUCAÇÃO

Nenhum movimento obtém solução para o ensino

Passados alguns meses de movimentos de estudantes, paralisação de professores e protestos de todos os lados da área educacional, o sistema educacional no Rio Grande do Norte continua enfrentando os mesmos problemas. Professores continuam reclamando a falta de material didático, os alunos do nível de ensino e a Associação da classe agora parte para uma maior conscientização da categoria quanto à necessidade da melhoria salarial. A questão política do momento é a equiparação salarial, promessa não cumprida do Governador quando candidato, diz a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN). E nos últimos dias a situação talvez tenha piorado um pouco, com a crise que se instalou na Secretaria de Educação e Cultura, com os rumores da saída de seu titular, Genivan Josué Batista.

O Estado ainda tem 100 mil crianças sem escolas (segundo dados oficiais da SEC), o índice de repetência é de 29,9 e evasão 15 por cento, embora o Secretário de Educação, Genivan Josué Batista tenha informado que estes índices são os mais baixos do País, apesar da reconhecida po-

breza e deficiência do Rio Grande do Norte. De acordo com esses mesmos dados, o índice de repetência no segundo grau é menor que no primeiro, o que leva Genivan a crer que o aluno de 2.º grau é mais amadurecido,



Antenor: liderança

tem maior capacidade de rendimento, além de se adaptar melhor às circunstâncias. Além do mais, continuou ele, no caso do aluno de 1.º grau, o simples fato de faltar meren-

da “leva o aluno a abandonar a escola”.

É exatamente a merenda escolar um dos principais agentes de fixação do aluno, principalmente aquele de periferia, na escola. Uma professora de 1.º grau, da Escola Isabel Gondim, situada numa das áreas mais pobres da capital, afirma que “faltando merenda, a frequência cai sensivelmente”. Mas o grande problema da educação, no Estado é, continua a professora, a falta de material didático — “a gente só dispõe de quadro e giz, e às vezes nem os quadros oferecem condições”. Nessa mesma escola teve um caso do quadro que caiu e o professor de Matemática teve de dar aula oralmente.

Com a preocupação de não ser identificada, para não sofrer represália da direção da escola, a professora do Isabel Gondim afirma que se tivesse, pelo menos, papel ofício, a aprendizagem do aluno seria melhor — “bastava papel ofício para os exercícios de fixação”. Ela reconhece que há muitos casos de alunos relapsos, que se dizem «obrigados» pelas mães a frequentarem a escola, como também o fato do aluno de periferia, acostumado com um certo tipo de convivência, se chocar com o da escola.

MATERIAL NÃO É PROBLEMA

— Embora os professores afirmem que a falta de material didático é um grande problema, o Secretário de Educação disse que esse problema foi sanado, até porque depois que se elegeu a escola como prioridade da SEC e depois de ouvi-la, a falta de material mostrou-se uma realidade, mas agora “não há uma só escola no Estado que não tenha as condições mínimas de funcionamento, em termos de material”, frisou.

“Superando essa parte que a escola mais exigiu, estamos contribuindo para diminuir um dos mais graves problemas da educação”, falou ainda Genivan. O titular da SEC reconhece que há necessidade de treinamentos mais intensos para o professorado, mas ressalta a necessidade de haver um processo de conscientização de “que o educador pode, mesmo com as condições existentes, melhorar o nível de ensino”.

MAIS VERBAS — Um pouco gasta na boca dos estudantes, e também dos professores, o slogan “mais verbos para a educação” também é defendida por Genivan que diz: “No Rio

Grande do Norte, principalmente, pelo fato de ser um Estado pobre, não se faz educação com poucos recursos. Fazer educação é uma das tarefas mais difíceis do Estado”.

Diante de tal fato, 100 mil crianças estão sem escolas, e centenas de escolas do Estado estão em estado de penúria, que precisam ser recuperadas com urgência.

O Presidente da APRN, Professor José Antenor de Azevedo, também confirma que um dos grandes problemas do ensino no Rio Grande do Norte — situação estendida a todo território nacional — é a pouca verba. Como consequência, as escolas estão sem a mínima condição de funcionamento e a situação é idêntica tanto na capital quanto no interior, frisa Antenor, que tem visitado a categoria no interior do Estado.

“Falta giz, esponja. Há excesso de aluno em sala de aula, as carteiras são quebradas, uma gama de infraestrutura que a escola não dispõe. O Governo não dá condições para que as escolas funcionem satisfatória-

mente. Não há também condições de pesquisa. Não existe bibliotecas. Quando há bibliotecas, os livros são defasados”, diz Antenor.

A biblioteca, concordam os professores, complementa a atividade de classe, principalmente quando essa atividade é tão deficitária.

CONSCIENTIZAÇÃO — Há alguns anos a categoria dos professores tem se mostrado bastante insatisfeita com o tratamento que lhe é dispensado. Greves são deflagradas, protestos são feitos e já este ano os professores do Estado entraram em greve e permaneceram sem ir às salas de aula durante cinco dias. A reivindicação principal era a equiparação ao salário dos professores do Município, prometido por José Agripino quando candidato a Governador. Não conseguiram, mas a APRN acha que o maior saldo foi a organização dos professores, a conscientização política. Esse processo de conscientização tem continuidade, diz Antenor, com o trabalho da Associação no interior do

Estado. Não se trata somente de mobilização pela luta salarial, que ainda é prioridade, mas um trabalho visando a melhoria de ensino, “pois entendemos que existem duas posturas que o educador deve assumir: primeiro, se ele acha que ganha pouco, deixar a profissão. O caminho indicado é que ele lute para dignificar a profissão. Eu sou contra o profissional relapso. A conscientização é para que o educador assuma sua verdadeira postura. Já que ele abraçou a profissão, a exerça com seriedade e respeito”.

Se os professores acham que são mal pagos, participem do trabalho político, para pressionar o Governo a tratar a categoria com dignidade.

A Associação dos Professores denuncia ainda o que eles chamam de «monstruosidade». Alguns professores, cujos contratos foram publicados em agosto, a SEC está querendo pagar os meses de março, abril e maio como serviço prestado, e não quer pagar junho e julho. O contrato, continua Antenor, deveria ter validade com efeito retroativo. □

Desdobramentos para uma situação crítica

A situação dos professores secundários, no Rio Grande do Norte, tem desdobramentos que, tortuosos como sejam, sempre chegam num mesmo ponto: a questão financeira. Os critérios exatos para chegar a um sistema de remuneração adequada para o professor são muito confusos. Mal o Governo chega a um acordo para atender, em parte, algumas reivindicações, estouram novos problemas. Há a questão do professor contratado, há as gratificações, há o critério de pagamento por aulas e, sobretudo, há a diferença de sistemática de pagamento de salário entre o município e o Estado. Sejam quais forem os critérios, eles têm sido considerados insatisfatórios. Mas essa questão — em si muito grave — não é todo o problema. Um professor secundário procura mostrar a situação sob o seguinte aspecto: “O problema da educação no Rio Grande do Norte é tanto de dinheiro, quanto administrativo/político”.

O termo administrativo-político quer dizer, para o professor, que a Educação, no Estado, se confunde muito com política partidária. Ele diz que a Pasta é um excelente trampolim político, pelo potencial de votos a explorar. Aponta como consequência “a pressa de algumas realizações, a falta de planejamento maduro, porque tudo é feito com o objetivo de mostrar realizações, o que é diferente de trabalhar realmente pela Educação, um setor muito complexo e onde nada pode ser feito a curto prazo nem com improvisações”.

PROBLEMAS — Talvez haja muito fundamento nessa argumentação. O fato é que nem sempre os planos do Governo conferem com a realidade educacional e muito menos as estatísticas que são apresentadas. A Educação, segundo o mesmo professor, é o setor onde se pode mais apresentar estatísticas, tanto boas como más. De fato, é fácil relacionar a

construção de tantas salas de aulas ou escolas, reformas de prédios, ampliações, etc. Mas o difícil é mostrar nesses balanços de «realizações» o nível de funcionamento e o grau de aproveitamento de cada escola. Há alguns anos, as estatísticas de escolas construídas eram bem substanciais. Mas essas estatísticas não mencionavam a situação do professor, o quadro com que contava o Estado, as condições operacionais de cada escola, seu equipamento, etc. O que se viu foi um ciclo de denúncias sobre escolas e colégios sem condições de funcionamento e muitas recém-construídas onde não havia sequer professor ou mesmo lugar — para dar aula, como ocorreu no Conjunto Sta. Catarina. Há educadores fiéis à tese de que a Educação não é só problema do educador e necessita, sobretudo, de bons administradores para funcionar adequadamente. É uma questão realmente difícil de precisar. Mas o que a quase totalidade dos educadores condena é a excessiva exploração política da Educação, tanto da parte dos que ocasionalmente estão em postos de confiança, como também de professores que, também ocasionalmente, estão na condição de defensores da classe.



Deputados têm tido atuação sintonizada

OPOSIÇÃO

Unidade de ação apesar das notícias sobre a desunião



O PMDB mantém-se unido enquanto sigla está ampliando e consolidando o espectro de atuação política do Partido, que não experimenta rachas ou divisões internas. O que, há, na verdade, são as já conhecidas divergências de ordem ideológica, mas em termos programáticos, não há qualquer divisionismo. As colocações sintetizam o pensamento de um militante de base, o vereador Wober Jr., e de uma das mais expressivas presenças do Partido, o deputado Paulo de Tarso, líder da bancada na Assembléia Legislativa.

Questionados a respeito do desempenho oposicionista diante do atual quadro político-institucional, ambos manifestaram a convicção de que o PMDB continua firme em sua marcha para a reimplantação da democracia no País, criticaram a administração Agripino Maia e o Prefeito Marcos César Formiga, pregando também as tradicionais bandeiras da luta partidária, como a Assembléia Nacional Constituinte e as eleições diretas em todos os níveis.

Paulo de Tarso, o primeiro a ser ouvido, disse que, no momento presente, o PMDB está-se portando, "inicialmente, como o depositário

da mais expressiva parcela da confiança da vontade eleitoral brasileira, em face dos resultados da última vez em que o povo foi chamado a julgar a estratégia política dos diversos Partidos, tendo o PMDB se consagrado nas eleições de 15 de novembro de 82".

O GRANDE ENCONTRO — Continuando, disse o parlamentar que, diante disso, a primeira proposta que

o Partido tem diante de si, que é uma permanente luta, é precisamente esta: ver respeitada a decisão da vontade eleitoral brasileira, ou seja, se afastarem do ordenamento político, jurídico e constitucional do Brasil, mecanismos espúrios, que desrespeitam a decisão da maioria do povo brasileiro, e mantêm no poder um Governo ilegítimo, sustentado e mantido por um Partido perdedor de eleições.



Paulo: liderança com base

Tarso, lembrando que a proposta permanente do PMDB é a luta pelo reingresso nacional na democracia. A partir daí, salientou, "o PMDB, uma vez reconhecida a legitimidade da decisão popular, e em consequência a ilegitimidade do Governo que aí está, o Partido insiste não só no cumprimento das grandes teses do seu programa, mas também na equação e solução de problemas que surgiram no evoluir da vida política, social e econômica brasileira: defende a eleição direta para todos os níveis, convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que legitimamente possa refazer o grande encontro da Nação com o Estado". E continuou:

"Preocupa-se o Partido com a situação econômica e defende intransigentemente a soberania nacional contra entreguismos, contra a alienação da atividade produtiva e econômica do Brasil. E insistimos em que o Governo deve ser Governo pelo povo, e não apenas Governo para o povo. E sendo Governo pelo povo entendemos que o julgamento dos governantes e a tomada de decisões deve ser precedida de amplo debate nacional, com o foro qualificado do Congresso, independente e retomando as suas prerrogativas, mas também com ampla discussão através da imprensa e dos diversos canais que possam auscultar a opinião pública, culminando com a frequente chamada do povo brasileiro às urnas, para a eleição de seus representantes e de seu governante no Poder Executivo, dentro da mais absoluta lisura eleitoral, afastados todos os obstáculos legais, que tornam ilegítimo o pronunciamento popular".

SEM A PERVERSIDADE — A respeito da atuação do Partido no Estado, declarou Paulo de Tarso que, através dos seus Diretórios e bancadas federal, estadual e municipal, além de Prefeituras, manifesta-se perfeita sintonia com os objetivos peemedebistas a nível nacional. Segundo afirmou, todos os militares estão engajados na defesa das propostas partidárias.

Quanto à situação local, disse que "a aflitiva situação" nordestina e particularmente do Rio Grande do Norte, está ocupando uma grande parte do trabalho partidário, com a mobilização de todos os setores peemedebistas, visando enfrentar os desdobramentos sociais da crise econômica que se abate mais duramente



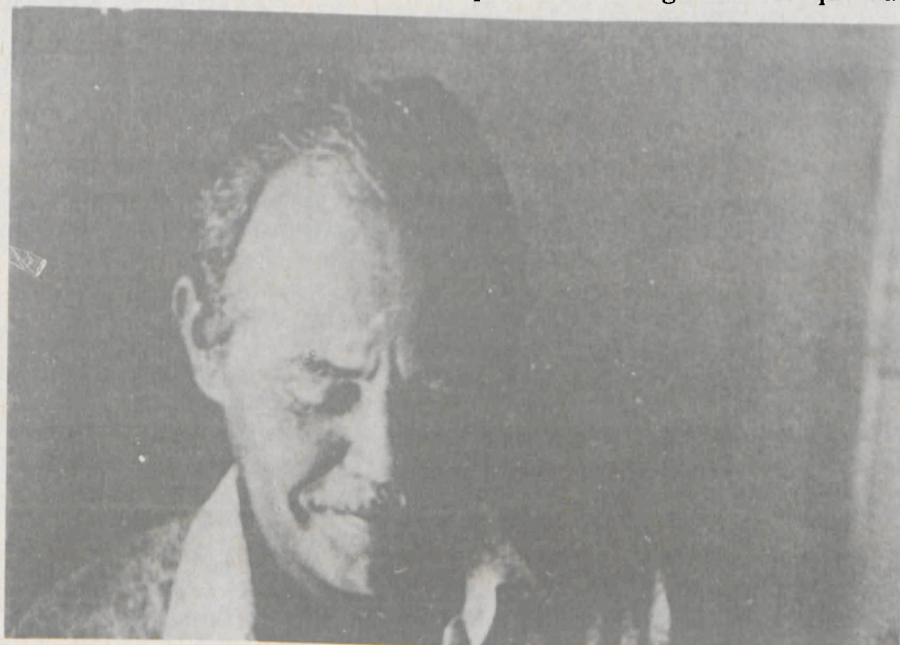
Ação oposicionista...



... em várias frentes

sobre as camadas populares. Além disso, as forças políticas do Partido unem-se a fim de pressionar os Governos Federal e Estadual, de forma a permitir que se administre a crise "sem preconceitos, sem discriminações, sem a perversidade dos governantes que vêem adversários e correligionários, amigos e inimigos, vencedores e perdedores, numa cruel divisão do povo do Rio Grande do Norte, neste momento de luta".

Segundo esclareceu, o objetivo político mais imediato será fazer com que o povo de conscientize de que o Estado não pode permanecer na situação de divisionismos, com a existência sempre de "conquistadores e perseguidos, entre governantes que podem tudo e governados que não



Furtado no Diretório

podem nada, entre amigos do Poder, que tudo recebem, e aqueles que discordam do poder e só recebem a perseguição, o ódio, a ofensa. É preciso que o povo tenha consciência política do seu valor e a partir daí leve o Governo a impor seriedade ao seu estilo político e administrativo”.

FORMA EXEMPLAR — Na base do Partido, o Vereador Wober Jr., inicialmente, fez uma listagem dos problemas suportados, especialmente pelos bairros populares. Relatou o seguinte: custo de vida, especialmente na aquisição de alimentos, ineficiência da coleta de lixo e acúmulo de lama no meio das ruas, permitindo o contato direto da população com a total falta de higiene, com maiores reflexos na saúde das crianças. Além disso, salientou, é a administração de recursos da Prefeitura, apesar da pressão oposicionista em torno do assunto, buscando forçar a tomada de decisões por parte do Prefeito, que, garante Wober: “Até hoje, nada fez pelo Município de Natal”.

Passando a fazer declarações de ordem política, Wober, que, dia 7 de agosto último, denunciou a existência de um imobilismo partidário, falou a



Wober: combatividade

respeito da liderança da bancada na Câmara Municipal: “O Vereador Sérgio Dieb só toma posições depois de consultar a bancada. Recentemente, nós nos reunimos para discutir um projeto que foi encaminhado pelo Executivo, pedindo a aprovação de 25 por cento do orçamento do Município por antecipação de receita, e a bancada do PMDB se reuniu democraticamente para discutir se vai aprovar, ou não”. E completou:

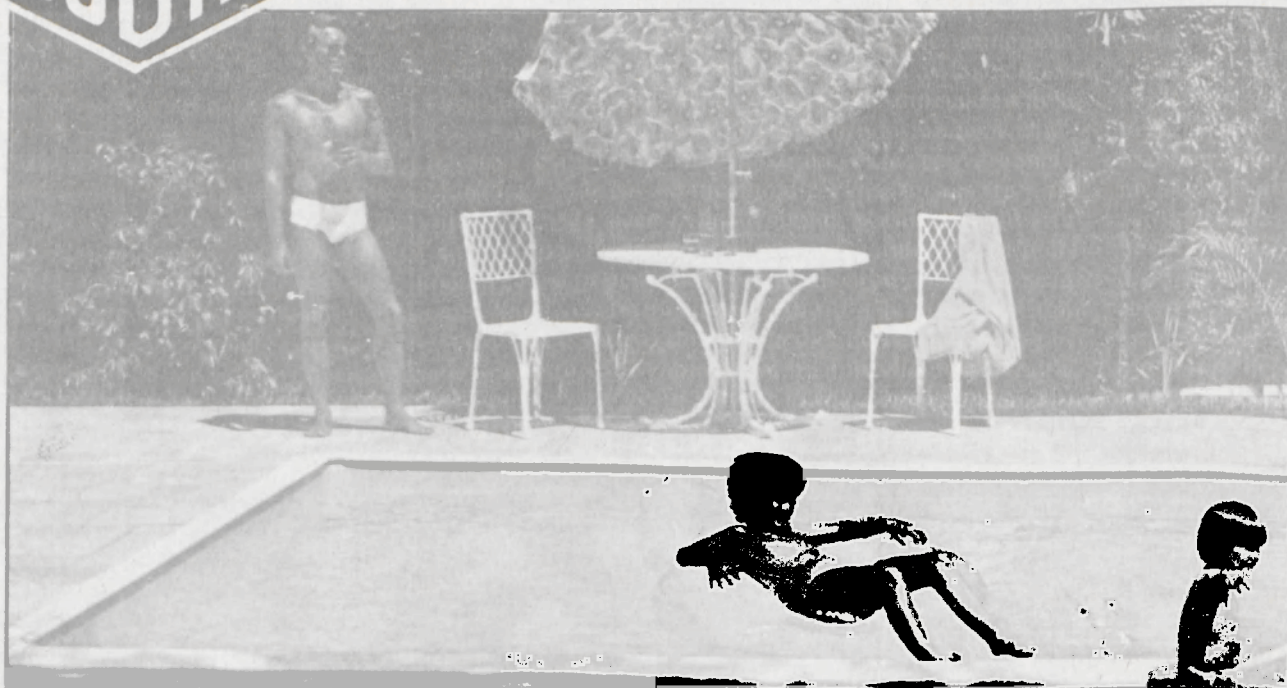
“Sérgio, como líder, vem-se comportando de forma exemplar. Há divergências porque o PMDB é uma frente ampla. Mas a maioria esmagadora dos vereadores apóia sem restrições a atuação do nosso líder. E a bancada vem-se dando bem. Não se vê esse tumulto todo, como na bancada do PDS, as brigas. No PMDB, não. Porque o tipo de política que nós estamos fazendo na Câmara é um tipo de política novo, onde todo vereador discute: você vê requerimento do PMDB assinado por três, quatro vereadores e num livre entendimento bastante avançado. Agora, no aspecto ideológico, nós reconhecemos as divergências. Agora, o que une a bancada do PMDB, como une o PMDB nacional, são os objetivos imediatos, ou seja: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleição direta para Presidente da República, rompimento com o FMI, decretação da moratória”.

PASSADO PARLAMENTAR — Quanto ao imobilismo a que se referira durante a Convenção Municipal, disse que o Partido, agora, encontra-se mobilizado. Lembrou a recente ida a Brasília de uma comissão de depu-



Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Companhia
Distribuidora de
Ferragens

Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira — Fone: 222-3571 — Natal-RN

tados, que denunciou a nível nacional o assassinato do Prefeito de Angicos, Expedito Alves, como fruto de um clima de intranquilidade e impunidade existente no Rio Grande do Norte.

Para Wober, que apóia o ex-Deputado Federal Roberto Furtado para Presidente do Diretório Regional, o Partido começa a tomar ares novos, com uma maior mobilização, acreditando que, a partir da próxima Convenção, a tendência será ainda maior em favor da dinamização das atividades do PMDB em todo o Rio Grande do Norte, acreditando que a Presidência sairá de um consenso.

Quanto ao seu apoio a Furtado, lembrou o passado parlamentar do correligionário, creditando-lhe todas as condições para assumir o cargo, além de ser uma das lideranças com livre trânsito em todas as áreas, segundo defende. Mesmo assim, citou os nomes do ex-Governador Aluizio Alves e do seu filho, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, atual Presidente do Diretório, além do Deputado Federal Antônio Câmara, como plenamente qualificados a responder pela Presidência do órgão máximo do Partido no Estado. □

ma de escolha indireta. A situação é tão delicada que os observadores da cena política preferem dar poucos palpites. E, quando o fazem, é em silêncio.

Há consciência em muitas partes que a sorte política de muita gente vai depender da escolha do próximo Presidente da República. Por isso as pesquisas têm se mostrado tão contraditórias. As tais raposas políticas dizem que não é hora de se comprometer apressadamente ou de arriscar-se a formar do lado errado. Na mente de todos estão os exemplos das últimas eleições e o quadro administrativo do País: o Poder continua rigidamente centralizado e as verbas e os cargos mais gordos dependem da vontade de Brasília.

OS «CABOS INVISÍVEIS» — Mesmo a determinação dos Maia e o absoluto controle político da família no Estado parecem não poder evitar que os outros presidenciáveis tenham seus «cabos eleitorais invisíveis» agindo com muito empenho no Rio Grande do Norte. Alguns deles até se dizem andreazzistas. Mas a hora de definição não é exatamente agora. Além do mais, José Agripino não está



MOMENTO POLÍTICO

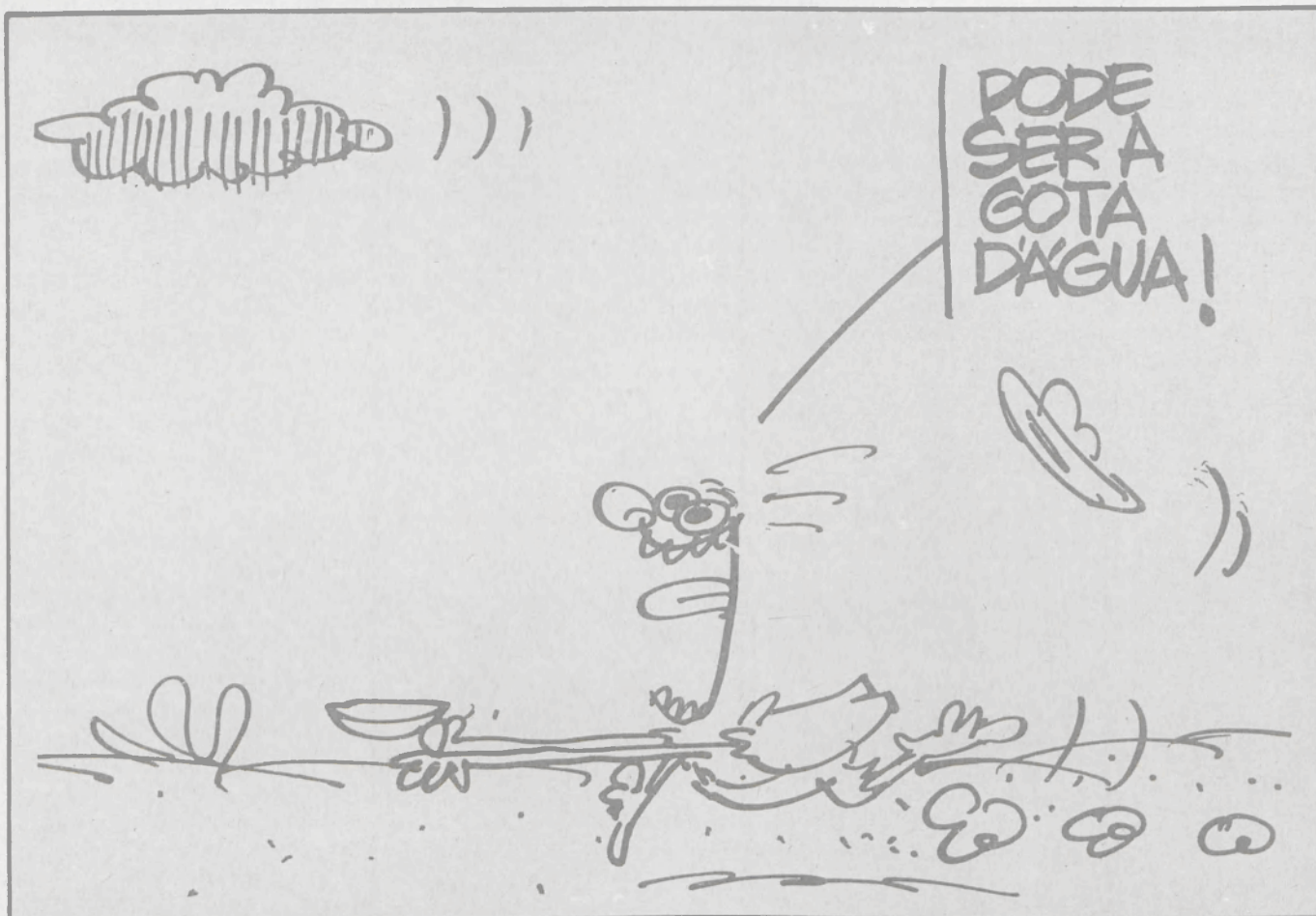
Sombra da disputa pela presidência é o assunto

O segundo período legislativo do ano vai transcorrendo sem grandes surpresas, ou traumas, no Rio Grande do Norte. Apenas uma dúvida: estará a bancada do PDS realmente unida em torno do nome do já candidato à Presidência, Mário David Andreazza? Aparentemente, o tema não representa mistério algum. O Governador José Agripino está convicto de que há unanimidade do partido em torno do nome do Ministro do Interior no Estado e tem se empenhado muito nisso. E, quanto mais se compromete com a candidatura do Ministro, mais cresce a sua responsabilidade e há quem diga ser esse o seu segundo grande teste na política: o primeiro foi quebrar as resistências

dentro do seu partido para ser o candidato ao Governo do Estado. O fato é que as revistas de circulação nacional e os principais jornais do País apontam Agripino como um dos principais defensores da candidatura de Mário Andreazza no Nordeste, vinculando-o ainda mais a um compromisso.

O QUE PODERÁ OCORRER — Se Maluf, Aureliano ou Marco Antônio Maciel quiserem votos dos deputados do PDS potiguar vão ter de trabalhar muito. Os Maia têm se mostrado inflexíveis e determinados na perseguição de suas metas políticas — e a vitória de um candidato a Presidente da República é realmente uma meta a não se desprezar; na agonia do siste-

com muitos governadores da Região ao seu lado, segundo as pesquisas que têm sido feitas. O Ceará parece não estar disposto a formar com Andreazza, a Bahia tem lá as suas veleidades — Antônio Carlos Magalhães não deixa de pensar na Presidência — e Pernambuco, como é óbvio, luta pelo nome de Marco Antônio Maciel — sem falar no próprio destaque que vem obtendo o atual Governador, Roberto Magalhães. Não é, pois, uma tarefa fácil para um Governador que tem o propósito de atuar em conjunto com seus colegas de outros Estados. Mesmo assim, Agripino, com seus poucos anos de política, já está acostumado a enfrentar tarefas que não são fáceis. E, possivelmente, enfrentará essa com todo o seu entusiasmo e o auxílio do Pai, Tarcísio Maia, nas imprescindíveis articulações para um jogo tão alto. □



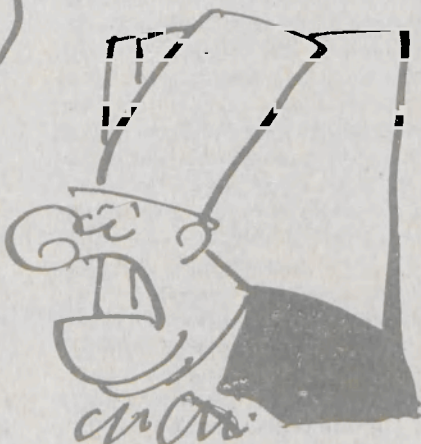
NENHUMA
NUNEM NO
CÉU!

SERA' QUE
ATE' ISSO
EMPENHARAM
AO FUNDO?



SE DANE!

SUDENE!



cláudio

Dez anos de Ivan

ROSEMILTON SILVA

Não conheci muito bem o Ivan Silva pessoa. Conheci mais o Ivan Silva jogador. Ali, quase dono absoluto da área, por dez anos. Capitão de um barco que, como tantos outros, também um dia furou, foi a pique. Comandante inigualável nas derrotas ou nas vitórias. Ivan Silva completa seus dez anos de América sentado no banco de reservas, pode parecer até maldade mas é melhor dizermos que são coisas do destino, coisas do futebol. Seu prêmio: passe livre. Mas o que isso representa? Pouco, muito pouco para um jogador que deu tudo de si. Não culpo o América por ter dado a Ivan Silva apenas o passe livre, culpa a própria estrutura do futebol que suga o atleta, arranque a pele e se ele conseguir atingir os dez anos no mesmo clube recebe, como prêmio, o passe livre.

Não faz muito tempo — foi ano passado — Ivan Silva sagrou-se, ao lado dos companheiros de clube, tetracampeão, um título até então jamais conquistado pelo clube que defende. No entanto, poucos conhecem as amarguras do jogador fora de campo. Sua mulher — que Deus lhe dê saúde — ficara mais tempo em leitos de hospitais que em sua casa. Ivan Silva não demonstrava isso dentro de campo mesmo que seu subconsciente estivesse longe dos gramados sua razão continuava a espreitar os adversários que rondavam a área em busca do gol. No auge do conflito, em Mossoró, Ivan salvava o América de um gol que poderia ser fatal às suas pretensões, tirava a bola da risca do gol depois de uma falha de César. Este é apenas um exemplo entre os muitos gois, entre muitas bolas que não entraram.

Queria, aqui nesta página, prestar uma grande homenagem a Ivan Silva mas, infelizmente, nessas horas eu não sei nem como começar, até porque pouco o conheço do Ivan homem comum como disse no início e do jogador seria quase que uma repetição daquilo que todos os torcedores do Rio Grande do Norte sabem: Simples, humilde e profissional até «debaixo d'água», Ivan Silva é aquele craque que, por muitas vezes, foi considerado o exemplo que todos deveriam seguir. Sempre bem humorado mas muito sério quando acha que tudo está errado, Ivan jamais manteve um atrito com diretores do clube mas também é bom salientar que na hora em que ele falava, quando achava que estava algo errado, era acreditado quase que de imediato. Dentro de campo não era — nem é — diferente. Sabe impor seu respeito. Sabe lidar com democracia e habilidade quando necessário mas também sabe ser valente e forte quando o momento exig. Craque na acepção da palavra jamais deixou se abater nem entregou os pontos quando todos diziam que tudo estava perdido. Foi sempre um jogador elegante, por saber perder e ganhar e não é atoa que ele recebeu os louros da glória.

Foi o principal batalhador para a formação da Associação de Proteção ao Atleta Profissional e dela continua cuidando com muito carinho, malgrado o desprezo de alguns dos seus companheiros pela luta em busca de dias melhores para eles. Mas Ivan, ao lado de outros, continua firme, defendendo — como sem-

pre fez dentro e fora do futebol — suas posições, sua «área» fora de campo. Mesmo antes disso, no América já existia uma «caixinha do jogador» e era ele, Ivan Silva, quem comandava. Havia sempre alguém procurando o «capitão» para tomar um dinheirinho emprestado. Tudo controlado direitinho, sem maiores confusões porque todos acreditavam na honestidade do Ivan Silva.

Se tivéssemos que falar sobre tudo o que Ivan Silva tem feito pelo nosso futebol e pelo do América teríamos que escrever toda a revista só sobre o craque. Aqui quero apenas prestar a minha homenagem também simples, também humilde e sem maiores fricotes porque o jogador me conhece e sabe que na hora de jogar confetes não sou muito bom porque não aprendi fazer isso. Por isso Ivan, quero apenas e tão somente que você guarde esses anos todos como uma vitória do anão contra o gigante. Dizer que você deve continuar humilde, simples e modesto seria burrice minha porque a gente é o que é e jamais se muda uma personalidade. Dizer também que gostaria de ver você com sua esposa bem de saúde não seria pedir demais, pedir muito mas, sinceramente, é tudo o que posso desejar de melhor para o dono de casa Ivan Silva porque o jogador, a mim me parece, já tem tudo ou quase tudo que deseja. Mesmo que não tenha conseguido alcançar o lugar maior, mesmo que não tenha chegado à Seleção eu sei que você se contenta em continuar sendo um craque que veio do Rio de Janeiro para brilhar na humilde, porém decente, cidade potiguar onde não nasceu o menino Jesus mas se chama Natal.

Sabe, tem momentos que a gente começa a dizer babaquices, as vezes até sem nexus para alguns, sem plexus para outros e sem sexus para uma reduzida minoria. Mas nem tudo isso pode ser reprovado, há sempre alguma coisa que cada um de nós pode dar, uma contribuição. Ivan Silva, na minha opinião deu uma grande contribuição a quantos quiseram aproveitar suas lições de humanidade, suas aulas de como ser jogador. Ivan ensinou que todos devem ser humildes com dignidade. Na hora de perder, saber perder. Quando necessário brigar por uma causa justa, ir à luta sem reservas de domínios mas sabendo respeitar a opinião dos outros (pode ser isso? Pode. Com o Ivan Silva era possível, mesmo parecendo de minha parte um contrasenso).

Não queria nem quero me despedir de Ivan. Ainda o verei por muito tempo nos gramados da vida, nos gois da saudade; nos títulos alcançados em tempos de glórias; nas faltas de pagamentos dos salários... Afinal, em tudo e todos nos encontramos e Ivan Silva é uma pessoa que eu gostaria de encontrar sempre em tudo e todos. Pela serenidade, pelo bom humor constante; pelo profissionalismo. Aliás, tudo o que eu mais admiro numa pessoa é seu senso de profissionalismo porque por trás disso aí as outras características estão mais do que presentes. Bom, Ivan Silva completa dez anos de América e ganha passe livre. Só isso? Só e só e só. Mas fica a certeza do dever cumprido.

RN/ECONÔMICO

SERVIÇOS GRÁFICOS DE QUALIDADE

OFF-SET E TIPOGRAFIA

EIS AS NOSSAS REFERÊNCIAS:

Alpargatas Confeções Nordeste S/A — Sperb do Nordeste S/A
Bompreço S/A — Supermercados do Nordeste
Confeções Guararapes S/A — Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A
Bandern — Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A
Radir Pereira & Cia. — A Sertaneja — Caixa Econômica Federal
Apern - Associação de Poupança e Empréstimo Riograndense do Norte
Cosern — Caern — Telern — Auto Locadora Dudu Ltda.
Sulfabril Nordeste S/A — Texita — Cia. Têxtil Tangará
Tecelagem Texita S/A — Galvão Mesquita Ferragens S/A
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Restaurante Xique-Xique — Nemésio Restaurante
Catre — Viação Riograndense Ltda. — Dentern Ltda.
Transportadora São Cristóvão Ltda. — Joaquim Alves Flor & Cia.
Motéis Tahiti — Dumbo Publicidades e Promoções Ltda.
Herbus Confeções S/A — Eldorado Administradora de Consórcio
Empresa Jornalística Tribuna do Norte Ltda. — Editora O Diário S/A
Apec — Associação Potiguar de Educação e Cultura
Souto Engenharia Com. Ind. Ltda. — Engarrafamento Murim Ltda.
Eit — Empresa Industrial Técnica S/A — Dianorte/Diafil
Cirne — Cia. Industrial do Rio Grande do Norte

RN/ECONÔMICO

Rua São Tomé, 421 — Cidade Alta — Natal-RN
Fones: (084) 222-4722 e 222-8517

PAGUE MENOS É MAIS ECONOMIA EM MOSSORÓ



UMA EMPRESA TÃO MOSSOROENSE COMO VOCÊ

Os Supermercados Pague Menos chegam aos oito anos cheios de vida



PAGUE MENOS TODO DIA

Escritório Central:
Rua Meira e Sá, 84 — Tel.: 321-2521
MOSSORÓ-RN

Os cem anos da Abolição dos Escravos de Mossoró coincidem com o oitavo ano de trabalho e bons serviços dos Supermercados Pague Menos. Queremos compartilhar com a comunidade mossoroense de todas as emoções que renascem neste 30 de Setembro do centenário da abolição. Foi um ato de Fé, numa luta onde a inteligência, o estoicismo e a determinação consagraram o indômito destino de um povo que ama a liberdade e o progresso. Queremos, também, neste tempo de nossa maior festa cívica, agradecer aos mossoroenses, a toda grande clientela que vem nos prestigiando com a sua preferência ao longo de oito anos de serviço especializado a esta cidade e ao seu grande povo. Somos realmente uma empresa desta terra, que serve à família mossoroense, procurando sempre atendê-la dentro dos melhores padrões de qualidade e economia. Hoje, em pleno funcionamento nossas lojas 01, na rua Meira e Sá, 02, na rua Benjamin Constant, 03, na avenida Presidente Dutra, e 04, na avenida Alberto Maranhão. Até o final deste ano será inaugurada nossa loja 05, no Conjunto Abolição II, para servir a toda zona norte da cidade. A filosofia é a mesma: pague menos todo dia.